

ÍNDICE

	<u>Página</u>
Relatório da Administração 2007	3
Mensagem da Administração	3
Cenário Econômico	5
Nossos Negócios	6
Valor da Marca CEMIG	7
Planejamento Estratégico	8
Investimentos	9
Comercialização de Energia Elétrica	14
Desempenho Econômico Financeiro	18
Liquidez e Fluxo de Caixa	23
Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida	24
Governança Corporativa	26
Mercado de Capitais	27
Política de Pagamento de Dividendos	30
Proposta de Destinação do Lucro	30
Relacionamento com os Auditores Independentes	30
Gerenciamento de Riscos	31
Tecnologia	33
Responsabilidade Social	37
Considerações Finais	47
Balanço Social	48
Cemig em Números	49
Composição dos Conselhos e da Diretoria	50
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	51
Demonstrações de Resultados dos Exercícios	53
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	54
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos	55
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
1) Contexto Operacional	56
2) Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	59
3) Princípios de Consolidação	63
4) Das Concessões	64
5) Disponibilidades	66
6) Consumidores e Revendedores	66
7) Ativos e Passivos Regulatórios	67
8) Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	68
9) Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento	70
10) Despesas Antecipadas e Passivo Regulatório – CVA	71
11) Tributos Compensáveis	71
12) Créditos Tributários	72
13) Reajuste Tarifário Diferido	73
14) Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	74

Continuação	<u>Página</u>
15) Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS	76
16) Investimentos	77
17) Imobilizado e Intangível	84
18) Fornecedores	86
19) Impostos, Taxas e Contribuições	86
20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	87
21) Encargos Regulatórios	90
22) Obrigações Pós-Emprego	90
23) Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão	96
24) Contingências Judiciais	96
25) Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas	101
26) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	104
27) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	105
28) Outras Receitas Operacionais	105
29) Deduções à Receita Operacional	106
30) Custos e Despesas Operacionais	106
31) Resultado Financeiro Líquido	108
32) Resultado não Operacional	109
33) Participação dos Empregados no Resultado	109
34) Transações com Partes Relacionadas	110
35) Exposição e Gerenciamento de Riscos	110
36) Instrumentos Financeiros	112
37) Seguros	114
38) Obrigações Contratuais	114
39) Revisão Tarifária Periódica da Cemig Distribuição – Fato Relevante	115
40) Demonstrações dos Resultados Segregados por Empresa	116
Anexos	
I - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	119
II - Demonstrações do Valor Adicionado	121
III - Demonstrações dos Resultados Segregados por Atividade	122
Parecer	124

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

Senhores Acionistas,

A CEMIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. As principais informações deste Relatório referem-se às atividades da Controladora e das empresas nas quais o controle é exercido integralmente, destacando-se a Cemig Distribuição S.A e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após a primeira onda de consolidação do setor, quando lideramos o processo através da aquisição da Light S.A., empresa de distribuição de energia elétrica e da TBE, grupo de cinco linhas de transmissão, iniciamos 2007 pela preparação de nossa empresa para enfrentar uma concorrência maior devido ao sucesso obtido em 2006.

Com a percepção positiva dos investimentos que fizemos, o mercado investidor despertou para as oportunidades de crescimento através de aquisições. Com isto, a dificuldade de se conseguir bons ativos aumentou significativamente, principalmente para nós que temos metas de retorno estabelecidas por nossos acionistas e consubstanciadas no nosso Plano Diretor e que visam garantir a sustentabilidade de nosso crescimento.

O grande desafio para 2008 é a retomada da posição de liderança do processo de consolidação e, para alcançá-la, foi necessário proceder algumas mudanças na condução de nosso Plano Diretor.

Primeiramente, procedemos algumas alterações em nosso estatuto buscando dar uma agilidade maior no processo decisório e uma estrutura organizacional mais adaptada ao novo contexto competitivo.

Reestruturamos o processo de planejamento estratégico para permitir que as mudanças conjunturais sejam incorporadas na medida de sua identificação. Este aspecto irá agregar uma maior dinamicidade na avaliação dos impactos causados pelas mudanças e comprometer um maior número de executivos no redirecionamento das iniciativas estratégicas para a consecução das metas estabelecidas no Plano Diretor.

Constituímos a Diretoria de Novos Negócios e a Diretoria de Comercialização visando dar flexibilidade e competitividade nos dois segmentos mais expostos aos mercados investidor e de comercialização de energia. Acreditamos que esta nova estrutura permitirá uma identificação mais eficaz das oportunidades em ambos mercados principalmente aquelas voltadas à aquisição de novos ativos e a da captura dos benefícios dela decorrentes.

Por outro lado, buscamos a excelência operacional de nossos ativos que também vão ser submetidos a uma revisão de processos visando torná-los mais eficientes e mais econômicos. Para isto vamos contratar uma empresa de consultoria de renome internacional que possa trazer novas práticas que, em conjunto com as práticas atuais, irão proporcionar redução de custos que agregarão não só grande valor aos nossos acionistas, mas também benefícios aos nossos consumidores atendidos pela nossa Distribuidora de Energia Elétrica.

Continuamos a implementar a nossa política de gestão do capital humano visando a adotar, de forma definitiva, uma melhor prática de remuneração de nossos empregados vinculando-a ao seu desempenho. Esta prática irá materializar os ganhos de eficiência obtidos pela revisão de projetos em aumentos de produtividade e lucratividade.

Atingimos em 2007 um lucro líquido de R\$1,7 bi e a geração de caixa de R\$4,1 bilhões, medida pelo LAJIDA, o que assegura os recursos necessários para nossa expansão. No período de 2004 a 2007 superamos em 2,9% a meta de lucro líquido acumulado estabelecido no Plano Diretor.

Estes resultados nos colocam entre os melhores desempenhos do setor elétrico conforme havíamos projetado em nossas estimativas divulgadas ao mercado. Aliás, como poderão comprovar pelos relatórios que publicamos, todos nossos indicadores estão em consonância com as metas de nosso Plano e os limites inscritos em nosso estatuto, o que preserva um dos pilares de nossa estratégia de crescimento que é a saúde financeira da empresa.

Destacamos os investimentos realizados que irão proporcionar ganhos adicionais tão logo madurem. Nos últimos cinco anos, investimos mais de R\$6,2 bilhões em nossas atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Somente o Programa Luz para Todos, de universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica, representou investimentos de R\$1,6 bilhão no acumulado dos dois últimos anos. Esses investimentos se materializaram na ligação de 279 mil novos consumidores no exercício de 2007, o que permitiu a redução drástica do número de pessoas que vivem na área rural do estado de Minas Gerais sem acesso à energia elétrica.

Além dos investimentos em distribuição, investimos, de forma acentuada, em empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica. Entre esses projetos, deve ser destacada a participação da Companhia no consórcio vencedor do leilão referente à UHE Santo Antônio, primeira usina do Complexo do Rio Madeira, ocorrido em dezembro de 2007. Essa usina, com capacidade instalada de 3.150 MW, contribuirá, de forma significativa, para a garantia do suprimento de energia elétrica para o Brasil na próxima década e cuja entrada em operação está prevista para 2012. Para consecução de nossa estratégia de atuação no setor de geração de energia elétrica, é fundamental a presença na região amazônica, pois é lá que se localizam mais de 60% do potencial em novos projetos de expansão de geração de origem hidráulica.

Buscamos um aprimoramento constante de nosso relacionamento com os acionistas e investidores e, desta vez, vamos facilitar ainda mais o acesso dos investidores aos papéis da Companhia, com o início da negociação das ações ON na Bolsa de Valores de Nova Iorque, ocorrida em 12 de junho de 2007. Também procedemos ao grupamento de ações, levando à sua negociação em base unitária na BOVESPA e paridade com as ADRs na Bolsa de Nova Iorque além da negociação na Bolsa de Madrid - LATIBEX.

Nossas ações obtiveram o segundo maior valor de mercado entre as empresas do Setor Elétrico Brasileiro, em valores médios anuais. Ao final do ano o valor de mercado da Companhia montou a R\$ 16 bilhões, refletindo inquietações acerca da crise de crédito nos Estados Unidos, o risco da revisão tarifária e a incerteza quanto ao retorno do Projeto Santo Antonio. Com relação a este projeto, reaseguramos nossa confiança na decisão de investir certos de obter um retorno compatível com nossa política de investimentos. Infelizmente, em razão da existência de um acordo de confidencialidade, não foi possível dar a transparência requerida pelo mercado investidor. Assim que tal acordo permita, complementaremos as informações divulgadas e então todos poderão comprovar que nossa decisão está alinhada com nossa política de investimentos.

Temos confiança de que, por meio de práticas corporativas responsáveis e sustentáveis, aliadas ao nosso compromisso de agregar valor no longo prazo, nossos acionistas continuarão a ter um retorno adequado para os seus investimentos.

Um posicionamento que nos colocou, mais uma vez, entre as empresas líderes mundiais de acordo com o Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones (Dow Jones Sustainability World Index). Fomos reconhecidos, ainda, como a melhor empresa no supersector de concessionárias de serviço público, segmento que engloba empresas de energia elétrica, gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo.

Além do reconhecimento internacional, que reafirma, mais uma vez, sua condição de empresa de classe mundial, fomos reconhecidos por nossos clientes como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País, dentre as que possuem mais de 400 mil consumidores, pelo Prêmio Iasc 2006 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

Estamos conscientes dos desafios de 2008, cujo ambiente econômico será de muita incerteza e instabilidade, com destaque para a preocupação crescente com a garantia do fornecimento de energia elétrica nos próximos anos. Neste cenário, a CEMIG se apresenta como empresa-líder, investindo com rígida disciplina financeira, o que garante criação de valor, com fundamentos sólidos em seus negócios de geração, transporte e distribuição de eletricidade, pautados pela permanente atualização de acordo com as exigências do setor elétrico e das melhores práticas de gestão empresarial.

Finalmente, agradecemos aos acionistas a confiança em nosso trabalho e, de forma especial, ao nosso acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, representado pelo Governador Aécio Neves. Agradecemos ainda aos nossos empregados pelo comprometimento e dedicação, aos nossos clientes e fornecedores e a todos aqueles que participam dessa nossa bem sucedida história de 55 anos.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2007 foi marcado pela melhoria de praticamente todos os indicadores da economia brasileira.

O Brasil apresentou um crescimento relevante da sua economia em 2007, o Produto Interno Bruto – PIB teve uma variação positiva superior a 5%, conforme estimativas do mercado financeiro, sendo esse aumento impulsionado principalmente pelo mercado interno.

Contribuiu para o crescimento da economia brasileira a redução gradativa e constante das taxas de juros, a SELIC diminuiu de 13,25% ao ano no final de 2006 para 11,25% em dezembro de 2007.

A manutenção do processo de redução das taxas de juros em 2008 dependerá principalmente do comportamento da inflação, que apresentou um crescimento preocupante no final do ano. Apesar desse crescimento, a inflação acumulada no período de janeiro a dezembro, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 4,46%, dentro da meta estabelecida pelas autoridades monetárias do País.

No que se refere à Balança Comercial, continuamos a apresentar um superávit expressivo, entre os maiores do mundo, no montante de R\$ 40 bilhões, mas 14,1% inferior ao verificado em 2006. Apesar das exportações terem crescido 17% no ano, impactada positivamente pelo aumento do preço de produtos básicos exportados, houve uma pressão de aumento nas importações, que cresceram em um ritmo mais acelerado, 32% em 2007.

Essa redução no saldo da balança comercial pode ser explicada pelo comportamento da taxa de câmbio, com o fortalecimento do Real em relação ao Dólar Norte-americano. A cotação do dólar, de R\$2,1380 em 31 de dezembro de 2006 reduziu-se para R\$1,7713 no final de 2007, um percentual de depreciação superior a 17%.

Para 2008, espera-se novamente uma taxa expressiva de crescimento da economia brasileira e, em contrapartida, uma maior preocupação das autoridades monetárias com a manutenção das taxas de inflação dentro das metas estabelecidas, o que pode contribuir para a redução no ritmo de queda das taxas de juros.

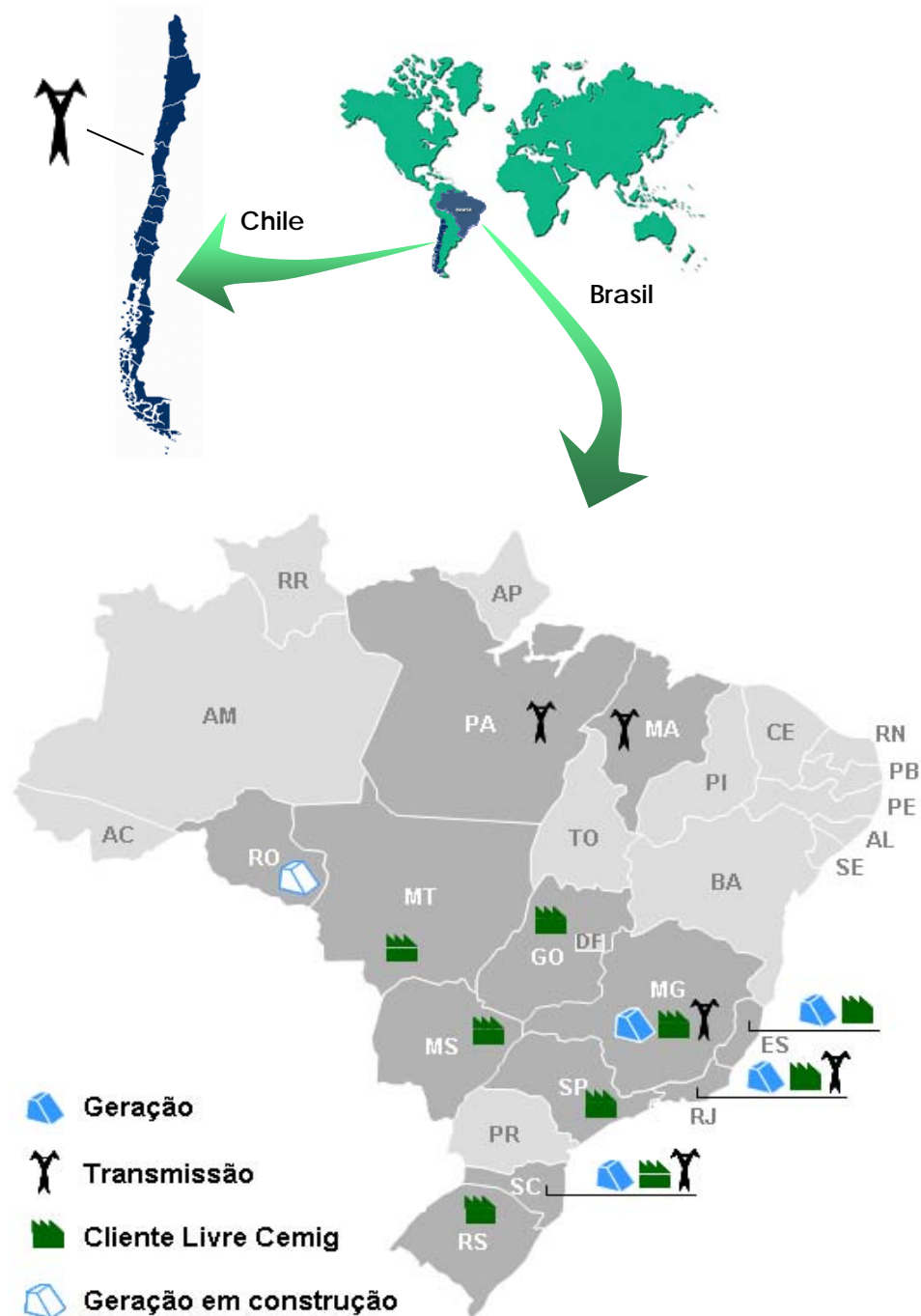
Esse crescimento da economia brasileira previsto para o próximo ano terá um impacto direto no consumo de energia elétrica, o que torna ainda mais necessário o aumento expressivo dos investimentos na expansão da oferta de energia elétrica, com a manutenção de um ambiente regulatório que estimule a entrada de novos investidores no setor.

NOSSOS NEGÓCIOS

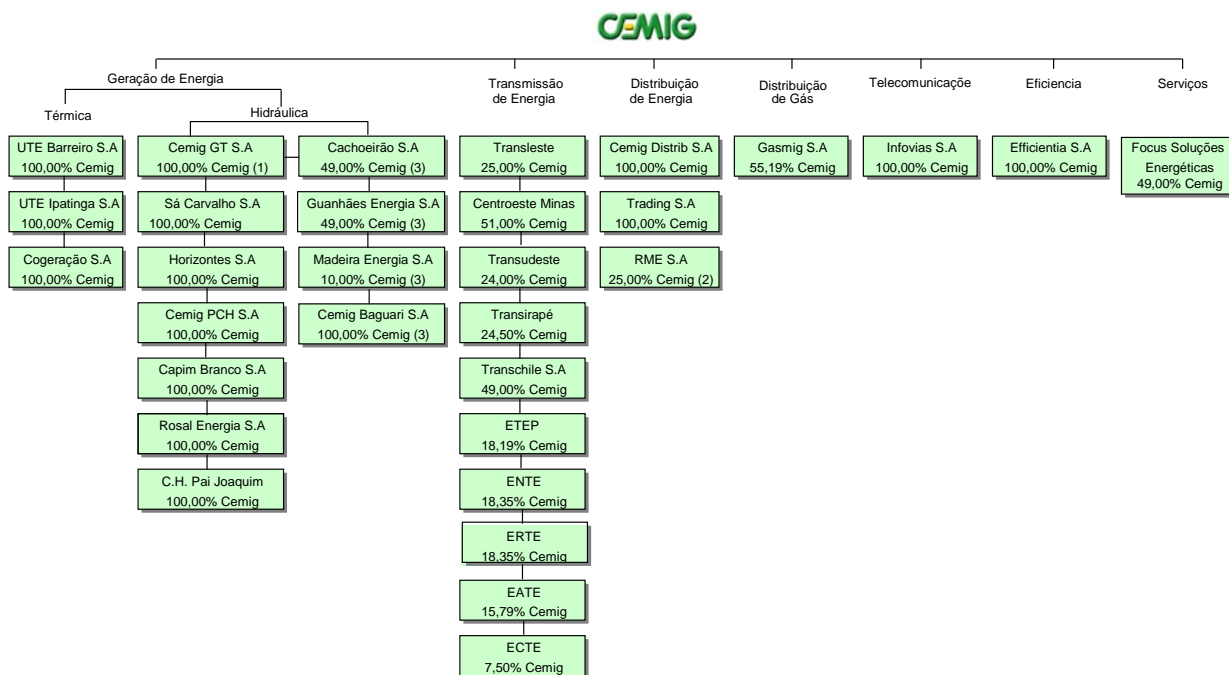
A CEMIG tem uma atuação expressiva no setor elétrico, tendo constituído diversas empresas para o gerenciamento de seus ativos.

Atuação Geográfica

Conforme pode ser observado no mapa abaixo, a CEMIG atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, com previsão de início de operação no 2º semestre de 2008.



Estrutura Societária



(1) Possui também atividades de transmissão de energia elétrica

(2) A Rio Minas Energia detém uma participação de 52,25% no capital da Light S.A.

(3) Controladas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (em conjunto) com atividades de geração e comercialização de energia. Empresas em fase pré-operacional.

VALOR DA MARCA CEMIG

Atualmente, na era da informação, os produtos, máquinas e equipamentos podem significar menos para as empresas do que a sua imagem, seu *know-how*, sua marca, sua capacidade de desenvolvimento tecnológico, ou mesmo seu capital intelectual. Estes valores, conhecidos como Ativos Intangíveis, quando mensurados, podem valer no mercado muitas vezes mais que os ativos tangíveis registrados contabilmente.

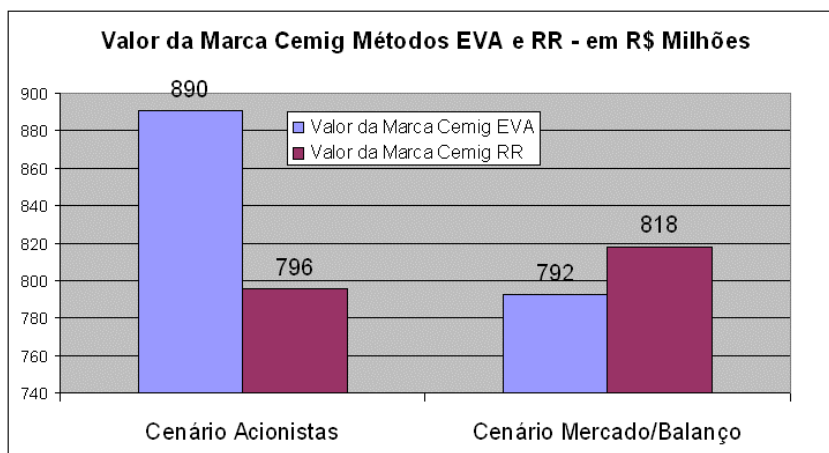
Dentro desse contexto, a Cemig, de forma pioneira no mercado de energia, decidiu avaliar a sua marca com objetivos estratégicos de gestão e mitigação de risco. Criou-se um painel de indicadores da marca Cemig integrado ao Balanced Scorecard da empresa, bem como todo um processo interno de gestão da mesma.

A força de sua marca pode ser vista no relacionamento com clientes, acionista, formadores de opinião (tais como mídia especializada, ambientalistas, ONGs, Prefeituras, entre outras), investidores e empregados.

O valor da Marca Cemig foi calculado pelo método baseado no Uso Econômico pela Brand Finance, uma das principais empresas do mundo especializadas em valoração de marcas. No método da Brand Finance, procurou-se conhecer o valor futuro do fluxo de lucro gerado pela marca em função do pacto feito com seu cliente e demais stakeholders. Por isso, ele é baseado no valor descontado dos lucros futuros gerados pela marca, segregando-se entre o lucro atribuído aos ativos tangíveis e intangíveis.

Baseado em indicadores ou drivers de valor junto aos stakeholders da marca, a determinação da contribuição da marca ao negócio foi feita a partir de uma pesquisa quantitativa junto aos públicos, avaliando o desempenho da Marca Cemig nos seguintes drivers de valor: Credibilidade, Confiança & Solidez da empresa, Inovação e Tecnologia, Ética e Transparência, Qualidade, Práticas de Gestão, Desenvolvimentista, Imagem, Tarifa/Condições de Contrato, Suporte Técnico/Atendimento, Responsabilidade Socioambiental, Associação com o Estado.

Com isto, o valor da marca Cemig pode ser sumarizado, conforme a seguir, em dois cenários diferentes:



EVA – Economic Value Added (Valor Econômico Adicionado)
RR - Royalty Relief (Valor da Propriedade Intelectual)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A estratégia da Cemig busca maximizar valor para os acionistas, de forma sustentável, e atendendo ao Plano Diretor (2005/2035), o qual estabelece as bases financeiras para o planejamento estratégico.

Para a execução da estratégia, foca-se na ampliação da área de atuação (energia elétrica e gás) em todo o território brasileiro, respeitando os limites regulatórios; além de se iniciar os investimentos em projetos internacionais. Em 2007, constitui exemplo da materialização dessa estratégia de crescimento a participação da Cemig no consórcio Madeira Energia, vencedor do leilão da usina de Santo Antônio do complexo do Rio Madeira.

Ademais, almeja-se a agregação constante de valor para os acionistas e comunidade, através de uma política reconhecidamente atrativa de dividendos; compromisso com a responsabilidade social e ambiental; lucratividade dos negócios; gestão integrada de riscos; eficiência operacional e um ambiente agradável para se trabalhar.

Outro passo importante para a Cemig foi a implementação de um novo modelo de gestão da estratégia, baseado em um fluxo estruturado de reuniões que permitiu maior alinhamento e foco, tornando o processo de planejamento e gestão da estratégia contínuo. O modelo proposto contempla a possibilidade de um planejamento estratégico estruturado, bem como um reposicionamento imediato, caso necessário, através de um sistema de alertas estratégicos que podem ser acionados a qualquer necessidade ou oportunidade. A Alta Administração é o foco e a principal usuária do modelo que aciona qualquer área da Corporação. A gestão da estratégia é o conceito adotado, que incorpora o planejamento estratégico tradicional às melhores práticas de gestão.

Em 2006, o processo de implantação desta ferramenta focou a tradução da estratégia corporativa em termos operacionais, tendo sido atualizados e validados os mapas estratégicos dos negócios e construídos os mapas corporativos e painéis estratégicos dos processos de suporte, todos com seus objetivos estratégicos e indicadores de performance, de forma a atender ao indicador principal diretamente derivado do Plano Diretor.

Já em 2007, os esforços se voltaram para o alinhamento em torno da estratégia e a definição das metas de todos os negócios da empresa, para os próximos cinco anos, e das iniciativas que permitirão o alcance da estratégia corporativa.

Todos esses esforços têm por objetivo tornar a CEMIG uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro. Para tanto, devemos buscar oportunidades de aquisição de ativos existentes, aumento da competitividade nos leilões de expansão de geração e de transmissão nos quais participamos, além da busca constante de eficiência operacional e alinhamento à estratégia.

Diante do cenário de consolidação que caracteriza o setor, crescer torna-se um desafio e, acima de tudo, condição de sobrevivência para a CEMIG.

INVESTIMENTOS

Adicionalmente às atividades de concessionária do serviço público, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a CEMIG vem desenvolvendo várias outras atividades sinérgicas ao seu negócio principal, levando a sua marca a setores diversos como telecomunicações, serviços de eficiência energética e outros, objetivando sempre o aumento na rentabilidade da Companhia e fortalecimento de sua posição no mercado.

Foi organizado, no final dos anos 90, o Comitê de Priorização de Obras, que vem atuando na análise dos projetos de expansão constantes do plano quinquenal de negócios, recomendando à Diretoria Executiva a execução desses projetos e garantindo que o retorno mínimo exigido pelo Conselho de Administração seja atendido.

Os principais investimentos da CEMIG, líquidos de alienação de participação societária, foram como segue:

	2007	2006	Var. %
Geração	279	206	35,44
Distribuição	861	1.130	(23,81)
Transmissão	78	359	(78,27)
Venda da Way Tv	(49)	-	-
Outros	22	25	(12,00)
	1.189	1.720	(30,87)

Geração

A CEMIG e suas controladas possuem 62 usinas, sendo 57 hidrelétricas, 4 termelétricas e 1 eólica, com uma capacidade instalada total de 6.678 MW.

Expansão da Geração de Energia Elétrica

Os principais empreendimentos de geração de energia elétrica em construção estão demonstrados abaixo:

Empreendimentos	Potência	Participação CEMIG	Início previsto da operação
Usina de Baguari	140 MW	34,00%	2º sem/2009
Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") de Cachoeirão	20 MW	49,00%	2º sem/2008
PCHs Dores de Guanhões, Senhora do Porto, Fortuna II e Jacaré	44 MW	49,00%	1º sem/2009

Adicionalmente, deve ser destacada a participação da CEMIG no Leilão referente à UHE Santo Antônio (Complexo do Rio Madeira) em dezembro de 2007, na condição de membro do consórcio vencedor do certame. A UHE Santo Antônio, com instalada de 3.150 MW, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, será construída em parceria de várias empresas, sendo a participação da Cemig Geração e Transmissão S.A. de 10,00% e cujo início de operação está previsto para o ano de 2012.

Estudos de Inventários Hidrelétricos:

Com o objetivo de obter informações sobre as potencialidades energéticas do estado de Minas Gerais, foram viabilizadas as seguintes parcerias para elaboração de estudos de inventários hidrelétricos:

Rios	Parceiros	Potência	Início das Parcerias
São Francisco	Chesf	1.400 MW	Jan/07
Paracatu	Engevix	47 MW	Jan/07
Jequitinhonha e Araçuaí	Neoenergia e Furnas	990 MW	Ago/07

Estudos de Viabilidade de Usinas Hidrelétricas e Termelétricas:

Foram firmadas parcerias com importantes agentes do setor de geração hidrelétrica do País para desenvolver, em conjunto, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental de usinas hidrelétricas e termelétricas, que totalizam cerca de 1.300 MW e 70 MW de capacidade instalada, respectivamente.

Programa Minas PCH

O Programa Minas PCH tem como objetivo ampliar o parque gerador da Cemig através da implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Estado de Minas Gerais, visando desenvolver projetos de energia de fontes alternativas e de geração distribuída, alavancando o desenvolvimento de mercados regionais no Estado.

Além disso, os consumidores da energia gerada pelas PCHs serão beneficiados pela redução de sua tarifa e poderão, também, ser beneficiados por consumirem energia de fontes renováveis. Os projetos de geração a partir dessas fontes são elegíveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, visando à obtenção de créditos de carbono.

A implantação e exploração das PCHs se faz através de sociedades de propósito específico – SPEs privadas, tendo como acionistas empresas autorizadas pela Aneel, investidores e a Cemig (com participação de até 49%). A comercialização da energia é feita através de contrato de venda que será firmado entre a SPE e o consumidor.

Além dos empreendimentos que já tem sua construção prevista para 2007, o Programa Minas PCH conta com 15 PCHs cadastradas, totalizando 209,4 MW de potência instalada, dos quais 68,5 MW com memorandos de entendimentos, 64,9 MW com acordos de confidencialidade assinados e 76,0 MW com análise documental realizada.

Modernização e revitalização das usinas:

A CEMIG vem realizando um amplo programa de modernização e revitalização de algumas de suas usinas, com investimentos de aproximadamente R\$250 milhões no período de 2002 a 2009.

Estão em andamento três grandes projetos:

- Modernização da Usina de Três Marias (396 MW) com um investimento de R\$53 milhões e conclusão prevista para 2008, que incluiu a atualização tecnológica de diversos sistemas de controle e reforma de suas unidades geradoras, possibilitando a automação da instalação.
- Modernização das unidades geradoras da Usina de Jaguara (424 MW) com investimento de R\$60 milhões. Essa usina, que entrou em operação em 1971, foi totalmente modernizada no período de 2004 a 2007. O projeto de modernização incluiu atualização tecnológica dos sistemas de regulação, excitação e proteção, além das reformas parciais dos geradores. A modernização das unidades geradoras possibilitou ganhos de confiabilidade operativa, maior eficiência da proteção física e elétrica e melhor resposta às oscilações do sistema.

- Reforma geral das 04 unidades geradoras da Usina Hidrelétrica de Salto Grande (102 MW). Com investimentos estimados da ordem de R\$17 milhões e prazo de conclusão previsto para 2009, o projeto contempla a reforma dos geradores e turbinas, com ganhos significativos de eficiência e confiabilidade da usina.

Setor Sucroalcooleiro

No âmbito do Programa Mineiro de Incentivo ao Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro, estão sendo firmados protocolos de intenções com as usinas de açúcar e álcool que pretendem se instalar em Minas Gerais, sendo signatários o Governo do Estado de Minas Gerais, através de seus diversos órgãos, e a Cemig.

Dessa forma, a Cemig, vem realizando reuniões com os grupos que pretendem implantar novas usinas sucroalcooleiras ou modernizar usinas existentes, de forma a mapear o potencial para cogeração e comercialização e apresentar a proposta de parceria da Cemig na cogeração e/ou comercialização de energia

Foram identificadas 45 usinas a serem implantadas em Minas Gerais, que poderão atingir uma capacidade instalada de cogeração da ordem de 2.200 MW até 2015, com geração excedente para comercialização de 1.300 MW durante a safra.

Transmissão

Os principais empreendimentos em andamento:

- LT Furnas – Pimenta, 345 kV, com 75 km de extensão, a ser implantada pela Companhia de Transmissão Centroeste de Minas, com participação da CEMIG (51%) e Furnas (49%). O investimento é de R\$47,7 milhões, sendo a participação da Cemig no valor de R\$24,3 milhões. Este empreendimento tem previsão de início de operação em janeiro de 2009.
- LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV, circuito duplo, com 205 km de extensão e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A CEMIG participa com 49% e a Alusa com 51%. Juntas constituíram a empresa Transchile Charrúa Transmisión S.A. para implantar, operar e manter as instalações objeto da concorrência, com início de operação previsto para julho de 2008. O investimento é de US\$ 63,4 milhões, sendo a participação da Cemig no valor de US\$31,1 milhões.

Principais empreendimentos com início de operação em 2007:

- LT Itutinga – Juiz de Fora, 345 kV, com 140 km de extensão, implantação pela Companhia Transudeste de Transmissão, com participação da CEMIG (24%), Alusa (41%), Furnas (25%) e Orteng (10%). O custo total da obra foi de R\$68 milhões.
- LT Irapé – Araçuaí, 230 kV, com 65 km de extensão, e as subestações – SEs Irapé e Araçuaí, em implantação pela Companhia Transirapé de Transmissão, com participação da CEMIG (24,5%), Alusa (41%), Furnas (24,5%) e Orteng (10%). O custo total da obra foi de R\$59 milhões.

Distribuição

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

A Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica se tornou obrigatória através da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 alterada pela Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003. A ANEEL e concessionárias de energia elétrica estabeleceram metas de universalização, do acesso ao serviço público de energia elétrica, para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW atendidas em tensão secundária, e sem ônus de qualquer espécie para o solicitante.

O Programa instituído pelo Governo Federal em 2003 e denominado “Luz para Todos”, teve como objetivo antecipar a meta de universalização, prevista inicialmente para 2015 para o ano de 2008.

O Programa teve um custo total até 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$1.599 milhões. O Programa teve a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R\$593 milhões e R\$79 milhões, respectivamente. O valor remanescente de R\$927 milhões foi financiado através de recursos próprios da Companhia.

Entre meados de 2004 e dezembro de 2007, foram construídos quase 56 mil km de redes, correspondente a cerca de 22% de toda a rede rural construída pela Cemig no Estado, em seus 55 anos de atuação. No mesmo período, foram também instalados 106 mil transformadores e 476 mil postes. Além disso, 1.700 painéis fotovoltaicos foram instalados naqueles lugares em que não foi possível estabelecer redes convencionais, devido a entraves como questões ambientais, distância e barreiras físicas.

O mercado atendido pelo Programa, além dos produtores e estabelecimentos rurais, abrange as populações atingidas por barragens, escolas municipais e estaduais, poços de abastecimento d'água comunitários, assentamentos rurais, comunidades remanescentes de quilombos e minorias raciais.

Até o final de dezembro de 2007, dentro do Programa de Universalização, foram ligadas aproximadamente 180 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 840 mil pessoas. Há pelo menos um favorecido em todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig, sendo que em 475 deles o mercado potencial original foi até mesmo superado. Essa performance faz a empresa campeã de ligações do Programa entre a concessionárias brasileiras.

Com o aumento contínuo do Mercado Potencial gerado devido à ocorrência de desmembramentos de propriedades, à construção de novas residências e ao próprio crescimento vegetativo, estima-se que existam ainda outros 92 mil novos consumidores beneficiários do Programa em todo o Estado. Com isso, a Cemig Distribuição está negociando com o Governo Federal a inclusão de novas ligações dentro do Programa para execução no biênio 2008/2009.

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O objetivo principal deste programa é modernizar os sistemas de Iluminação Pública com a introdução de tecnologia mais eficiente, visando a redução do consumo de energia elétrica no horário de ponta do sistema elétrico, com redução dos gastos com operação e manutenção e aumento da segurança nas vias públicas.

Em 2007 foram executados projetos de melhoria e expansão da iluminação pública envolvendo cerca de 52 mil pontos com investimentos da ordem de R\$14 milhões, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte.

Programa Cresce Minas

Aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da CEMIG, o Programa Cresce Minas, com investimentos previstos de R\$759 milhões, deverá ser executado em 4 anos, no período de 2006 a 2010. Os principais objetivos do programa são a recuperação das condições do sistema elétrico para o atendimento ao mercado de Minas Gerais frente à retomada do crescimento; a expansão dos mercados associados à irrigação e aos agronegócios; e a recuperação e manutenção dos níveis de qualidade de serviço dentro dos parâmetros regulatórios.

O projeto Cresce Minas é composto por obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição no Estado de Minas Gerais, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, 11 novas subestações e 101 obras de ampliações em subestações diversas existentes.

Este conjunto de obras beneficiará aproximadamente 340 municípios (41% do total), uma população aproximada de 4,1 milhões e cerca de 1,1 milhão de consumidores em todo o estado.

Gás Natural

A indústria do gás natural no Brasil vivenciou sua primeira crise de abastecimento, obrigando a Petrobras, a principal supridora no país, a buscar alternativas no fornecimento, com contratos em modalidades diversas.

Os acontecimentos ocorridos na Bolívia provocaram alguma mudança quanto ao cumprimento dos níveis de fornecimento já contratados com aquele país e evidenciaram a relevância de se reduzir a dependência do mercado brasileiro do gás de suprimento originário do Gasoduto Brasil/Bolívia - GASBOL. As ações tomadas pela Petrobrás para a contratação do Gás Natural Liquefeito – GNL importado inserem-se como resposta de médio prazo a essa equação cujo fornecimento deverá ter início em meados de 2008.

Em um horizonte mais longo, cabe ainda a agilização de projetos de exploração e produção do gás em bacias brasileiras, assim como a aplicação de políticas que visem uma maior integração energética do Brasil com outros países da América Latina, além da ampliação da infra-estrutura de transporte de gás para o escoamento do gás natural produzido internamente e daquele a ser importado.

A média de consumo de gás natural no país situou-se na casa dos 42 milhões de m³/dia, permanecendo a Região Sudeste em primeiro lugar com 2/3 desse volume. O segmento industrial, o mais representativo entre todos, ocupou 59% do volume distribuído, seguido do segmento termelétrico com 26%, do automotivo que atingiu 13% e dos demais segmentos com 2%.

A expansão da rede da GASMIG permitiu a ampliação da distribuição do gás natural aos clientes que, ao final de 2007 somaram 276 sendo 169 empresas, 90 postos de gás natural veicular e 2 usinas termelétricas, 7 bases de distribuição de Gás Natural Comprimido – GNC, além de 8 clientes consumindo Gás Natural Liquefeito - GNL. O número de clientes atendidos pela GASMIG apresentou um crescimento de 5,75% em relação a 2006. Houve uma redução de 13,47% no volume total de vendas, influenciado, principalmente, pela redução do consumo das termelétricas, com a significativa queda de 60,77%. No entanto, considerando-se apenas o mercado de gás convencional, o volume de gás vendido aumentou 3,51%, em razão, principalmente, do aumento do consumo no segmento industrial.

Telecomunicações

O ano de 2007 foi positivo para o setor de telecomunicações mantendo a expansão dos últimos anos para a telefonia móvel. O serviço de voz atualmente é o principal gerador de receita para as operadoras móveis e estima-se que seja responsável por 80% do faturamento total. Essa tendência deve ser mantida para o exercício de 2008 mas o setor busca uma forma de reverter essa tendência e conseguir que seus clientes utilizem outros serviços disponíveis.

Destaca-se o lançamento das primeiras redes de terceira geração (3G), que permite a oferta de serviços de banda larga móvel. Seguindo a tendência do mercado de telecomunicações, a Empresa de Infovias expandiu a rede em tecnologia ethernet inicialmente para atender a demanda da operadora TIM no “projeto 3G”. Este projeto consiste em uma Rede de terceira geração, capaz de oferecer aos seus clientes banda larga a altas taxas de transmissão (velocidades) através de celular.

A Empresa de Infovias foi classificada pelo Anuário Telecom 2007 como a segunda empresa mais eficiente no item de Serviços – Infra-Estrutura de Rede. A análise foi feita considerando o resultado da Empresa em 2006. Agilidade e qualidade no atendimento aos clientes e os preços competitivos foram fundamentais para o desempenho da empresa no ano que passou.

A expectativa para o setor de telecomunicações para o ano de 2008 é de crescimento maior do que o verificado no ano anterior, crescimento que seria impulsionado pelo acesso à banda larga. É certo que em 2008 a América Latina será palco de uma intensa implantação tanto das redes 3G quanto de Wimax para aumentar a penetração de banda larga na região, que é em média de apenas 3% a 5%, enquanto que nas regiões mais desenvolvidas a penetração é de aproximadamente 20%.

Neste ano as perspectivas para a Empresa de Infovias são de investimentos em projetos importantes para sua consolidação no setor e crescimento da sua receita. O Conselho de Administração aprovou a execução do Projeto de Serviços Integrados (SIM) para a prestação de serviços de telecomunicações (voz, telefonia IP, telemetria, internet, entre outros) em 50 cidades no estado de Minas Gerais. Este atendimento será destinado inicialmente à Cemig, mas também poderá atender o mercado corporativo local. O investimento total previsto para o ano de 2008 é de R\$ 59,5 milhões.

Outros negócios

A Cemig, em parceria com a Concert Technologies S.A., Nansen S.A. Instrumentos de Precisão, Leme Engenharia Ltda. e FIR Capital Partners Ltda, criou a empresa Focus Soluções Tecnológicas S.A., cuja razão social está sendo alterada para Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., com o objetivo de ofertar soluções de tecnologia e sistemas para a gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades, com atuação:

- na integração de novas soluções, desenvolvidas por ela ou por outras empresas, aos sistemas existentes;
 - no desenvolvimento e na implantação de soluções específicas;
 - na oferta de serviços de contratação de *hardware* ou consultoria para soluções integradas;
- no desenvolvimento, no fornecimento e na comercialização dos equipamentos, softwares e sistemas necessários às soluções ofertadas.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Leilões de Energia Elétrica

Durante o exercício de 2007, a CEMIG participou de diversos leilões no ambiente regulado e livre conforme segue:

Negociações no Ambiente Regulado					
Data	Leilão	Montante comprado pela Cemig Distribuição	Preço Médio (MWh)	Montante vendido pela Cemig Geração e Transmissão	Preço Médio (MWh)
18/6/2007	Fontes Alternativas	61 MW médios (15 anos)	R\$138,85	-	-
18/6/2007	Fontes Alternativas	20 MW médios (30 anos)	R\$134,99	-	-
26/7/2007	A-3	431,173 MW médios (15 anos)	R\$134,67	-	-
27/9/2007	6º Leilão de ajuste	3,5 MW médios (1 ano)	R\$138,74	60 MW médios (1 ano)	R\$139,04
16/10/2007	A-5	56 MW médios (30 anos)	R\$128,73	43 MW médios (30 anos)	R\$125,90
16/10/2007	A-5	126 MW médios (15 anos)	R\$128,73	-	-
10/12/2007	Santo Antonio	30.002.603,786 MWh (30 anos)	R\$78,87	-	-

Leilões do Ambiente de Contratação Livre

A Cemig Geração e Transmissão vendeu 32.323 GWh e, em contrapartida, adquiriu 3.879 GWh de clientes livres e comercializadoras em leilões realizados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, promovidos pela própria Cemig Geração e Transmissão ou por terceiros.

Evolução do Mercado de Energia

O mercado consolidado da CEMIG compreende o mercado das empresas Cemig Distribuição S/A e Cemig Geração e Transmissão S/A, assim como de outras controladas, destacando-se a Light. Por meio dessas empresas, a CEMIG atua em todos os segmentos da indústria de energia elétrica e, com um diversificado portfólio, atende a consumidores finais cativos e livres, além de comercializar energia com outros agentes que atuam nesse mercado.

Após a forte migração de clientes cativos para o ambiente de livre contratação verificada em 2005, nos anos que se seguiram, ainda que em menor frequência, algumas unidades consumidoras optaram pela aquisição de energia livre. Durante o ano de 2007, 12 consumidores migraram do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, representando 0,8% na energia fornecida pela Cemig Distribuição S/A. Desses consumidores, 4 unidades contrataram energia oriunda de fonte incentivada com Controladas do Grupo CEMIG e 1 unidade com a Cemig Geração e Transmissão.

O bom desempenho da economia nacional, sustentado pelo dinamismo dos mercados interno e externo, associado às estratégias de comercialização adotadas pela CEMIG no ambiente livre e à aquisição da Light, em agosto de 2006, por intermédio do Consórcio RME - Rio Minas Energia S.A., contribuíram para o crescimento das vendas de energia em 2007.

Fornecimento de Energia Elétrica

Venda de Energia - GWh						
Classe	2003	2004	2005	2006	2007	Var.% 2007/2006
Industrial	21.715	23.071	23.472	23.973	24.686	2,97
Residencial	6.529	6.526	6.590	7.430	8.649	16,41
Comercial	3.402	3.537	3.754	4.439	5.549	25,01
Rural	1.783	1.846	1.941	1.942	2.212	13,90
Outros	2.478	2.499	2.573	2.970	3.507	18,08
Total Vendido a Consumidores Finais	35.907	37.479	38.330	40.754	44.603	9,44
Suprimento	621	364	1.255	11.472	13.236	15,38
Consumo próprio	55	54	29	37	53	43,24
Total	36.583	37.897	39.614	52.263	57.892	10,77

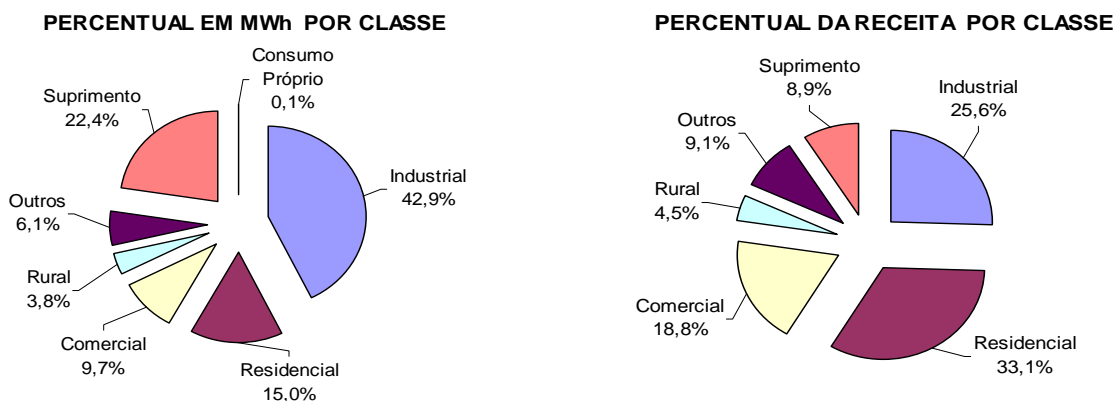
Observamos que o volume de vendas de energia da CEMIG apresenta aumentos em todas as classes de consumo, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. As vendas da Light, consideradas na proporção da participação acionária da CEMIG no consórcio RME (25%), representaram um acréscimo de 5.791 GWh nas vendas totais consolidadas em 2007.

As classes comercial e residencial apresentaram a maior variação positiva em relação às demais, com crescimentos de 25,01% e 16,41%, respectivamente. O crescimento nessas classes deve-se, em grande parte, à participação na Light que contribuiu com 1.836 GWh na classe residencial e 1.439 GWh na classe comercial. Somadas, as duas classes correspondem a 56,55% dos 5.791 GWh fornecidos pela Light.

As principais variações nas classes de consumo, além do efeito decorrente da consolidação da Light em 12 meses de 2007 em comparação a 5 meses de 2006, podem ser explicadas pelos seguintes fatores:

- A classe Residencial apresentou melhoria de performance quanto ao consumo, com incremento em função do número de consumidores faturados e pelo bom desempenho de fatores condicionantes, tais como: aumento do emprego e da renda real, oferta de crédito em abundância e o crescimento no volume de vendas de eletrodomésticos.
- A classe Industrial apresentou crescimento de 3,0%. Esse desempenho deveu-se às vendas para clientes livres, reflexo do maior exercício de flexibilidades contratuais e também do esforço da empresa em firmar contratos com novos clientes, inclusive fora da área de concessão.
- A classe Comercial apresentou acréscimo de 25,0% em relação a 2006, reflexo também do aumento do consumo dos principais ramos de atividade em Minas Gerais, como: Comércio Varejista (5,2%), Alojamento e Alimentação (4,5%) e Serviços de Comunicação (8,7%).

- Na classe Rural, o acréscimo de novas unidades consumidoras convencionais ligadas por meio do Programa Luz Para Todos e o crescimento do consumo destinado à irrigação, influenciado pela menor incidência de chuvas e temperaturas mais elevadas, levaram a um aumento de consumo em relação ao ano anterior de 13,9%.



Reajuste/revisão tarifária da Cemig Distribuição

Reajuste tarifário

O reajuste tarifário, em vigor a partir de 8 de abril de 2007, teve aplicação diferenciada por categoria de consumo com o objetivo de eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre os grupos de consumidores. O impacto médio do reajuste nas contas de energia foi de 5,16%, sendo que o efeito na fatura dos consumidores de baixa tensão foi de 6,50% enquanto nas tarifas dos consumidores de alta tensão foi de 2,89%.

Revisão tarifária

A ANEEL está em processo de revisão das tarifas de fornecimento e TUSD da Cemig Distribuição, 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013, sendo que a Audiência Pública ocorrerá em 05 de março de 2008 e as novas tarifas entrarão em vigor a partir de 08 de abril de 2008. O percentual médio de correção, divulgado provisoriamente pela ANEEL, corresponde a uma redução de 9,72%. Para a definição desse valor foram considerados parâmetros do 1º ciclo que também estão sendo ajustados, como indicadores de produtividade, valor da base de ativos a serem remunerados e também o custo médio de capital. Este percentual provisório poderá ainda ser alterado em função das contribuições que serão recebidas na audiência pública e da definição pela ANEEL do valor efetivo da base de ativos a ser remunerada no 2º ciclo de revisão tarifária.

Revisão da Receita da Transmissão

Em 26 de junho de 2007, data do reajuste anual das receitas permitidas das concessionárias de transmissão, a ANEEL publicou os valores reajustados através da Resolução Homologatória nº 496, para vigorarem a partir de primeiro de julho de 2007 até 30 de junho de 2008 para a Cemig Geração e Transmissão.

A receita anual da Transmissora sofreu um reajuste de 3,07%, resultante da aplicação do IGP-M acumulado até maio, no valor de 4,40%, e em contrapartida, foram incorporados os efeitos da primeira Revisão Periódica nos ativos da Rede Básica Novas Instalações – RBNI, que implicaram em uma redução de 24,58% na receita desses ativos, com efeito retroativo à julho de 2005.

Dessa forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R\$31 milhões, que está sendo amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

A Cemig Distribuição apresenta-se dentre as Distribuidoras com menores índices de perdas comerciais do Brasil, apesar de termos observado aumento nos últimos anos.

Atualmente, a perda comercial da Empresa encontra-se em torno de 2,78% do montante de energia ingressada no sistema de distribuição, índice comparável aos das melhores empresas do setor elétrico mundial. A média nacional situa-se em torno de 6%.

Os resultados de identificação e recuperação de perdas comerciais totalizaram 147,8 GWh em 2007, representando um aumento de 11,5% em relação ao valor obtido em 2006. Isso corresponde a cerca de R\$108,7 milhões (crescimento de 20,8% em relação a 2006), além de, aproximadamente, R\$91,4 milhões decorrentes da perda evitada ou incremento de consumo das unidades consumidoras regularizadas.

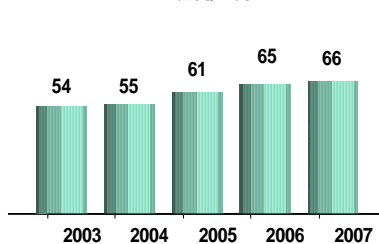
Em 2007, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da Empresa ao aumento da prática de irregularidades foram implementadas várias ações, dentre as quais destacamos:

- Implantação de análise de probabilidade e risco de perda para cada unidade consumidora com suspeita de irregularidade, associada ao sistema de Gestão de Ordens de Inspeção via Web (WGOI), buscando maior eficiência na identificação de unidades com irregularidade e potencialização dos resultados do processo;
-
- Melhoria do sistema corporativo para controle de selos e medidores disponibilizados, bem como das regras gerais para controle de selos, buscando garantir a rastreabilidade desses dispositivos e equipamentos;
- Implementação e execução do Projeto de Agregação de Valor (PAV) para Proteção da Receita, o qual demonstrou a viabilidade econômica das ações de combate às Perdas e Inadimplência, propiciando maior aporte de recursos nessas atividades com a conseqüente agregação de receita.
- Aprovação do Plano de Proteção da Receita com foco na medição, para implantação a partir de 2008, com o objetivo de focar a questão e o tratamento das perdas comerciais da CEMIG Distribuição, agregando em um grande projeto, tecnologias e ações para blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte e aplicação de tecnologias complementares para os demais consumidores.
- Desenvolvimento e incorporação do sistema de gestão de perdas no novo Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP) adquirido e em implantação pela Cemig, tornando as informações plenamente rastreáveis e disponíveis a todos os envolvidos.

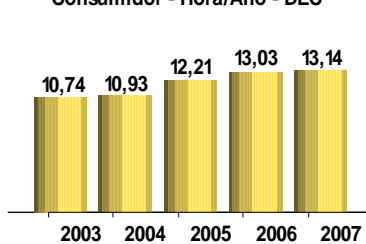
Qualidade no fornecimento

Os gráficos a seguir apresentam a evolução histórica dos indicadores de qualidade da Cemig Distribuição.

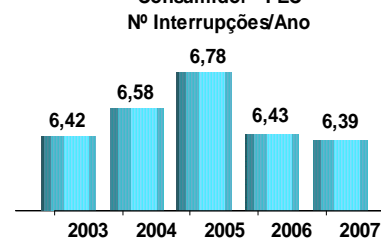
Privação de Fornecimento por Consumidor
- Minutos/Mês



Interrupções de Fornecimento
Consumidor - Hora/Ano - DEC



Frequência de Interrupções por
Consumidor - FEC
Nº Interrupções/Ano



Em relação aos valores apurados para esses índices, cerca de 18% do DEC e 13% do FEC se referem aos desligamentos programados realizados para melhorias na rede elétrica. Esses desligamentos são precedidos de avisos aos consumidores e, portanto, reduzem o impacto do corte temporário de energia.

Política de atendimento

A Cemig tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

A Empresa oferece canais de relacionamento que permitem aos clientes realizar negócios, reclamar, sugerir e solicitar serviços de forma eficiente e ágil. Os principais canais disponíveis são: Fale com a Cemig; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento, Postos de Atendimento Simplificado (PAS); Cemig Fácil e Agência Virtual que está disponível dentro do Portal Cemig: www.cemig.com.br.

Além do investimento contínuo na melhoria dos canais já existentes, a Cemig busca novas formas de relacionamento para oferecer opções mais cômodas e ágeis de contato com a Empresa.

O cliente também tem a seu dispor, periodicamente, outras opções de relacionamento através do trailer da agência móvel e do Programa Cemig na Praça. Ambos têm o objetivo de levar a Cemig até o cliente. O trailer da agência móvel percorre municípios de algumas regiões do Estado prestando serviços e orientações à população. Já o Programa Cemig na Praça abrange municípios de todas as regiões levando serviços, informações e orientações aos clientes em uma tenda personalizada.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro Líquido

A CEMIG apresentou, no exercício de 2007, um lucro líquido de R\$1.735 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$1.719 milhões no exercício de 2006.

Conforme apresentado na tabela abaixo, a maior contribuição para o resultado da CEMIG é proveniente da Cemig Geração e Transmissão e da Cemig Distribuição:

	2007	%	2006	%
CEMIG - Controladora	(176)	(10,14)	124	7,21
Cemig Distribuição S.A.	771	44,44	770	44,79
Cemig Geração e Transmissão S.A.	747	43,05	614	35,72
Gasmig	46	2,65	44	2,56
Rio Minas Energia (Light)	148	8,53	35	2,04
Outras	199	11,47	132	7,68
Lucro Líquido Consolidado	1.735	100,00	1.719	100,00

Receita Operacional

RECEITA OPERACIONAL – R\$ milhões			
	2007	2006	Var. %
Fornecimento Bruto de Energia elétrica	13.285	11.135	19,30
Receitas de uso da rede – consumidores livres	1.946	1.789	8,78
Outras	558	507	10,06
Total	15.789	13.431	17,56

Fornecimento bruto de energia elétrica

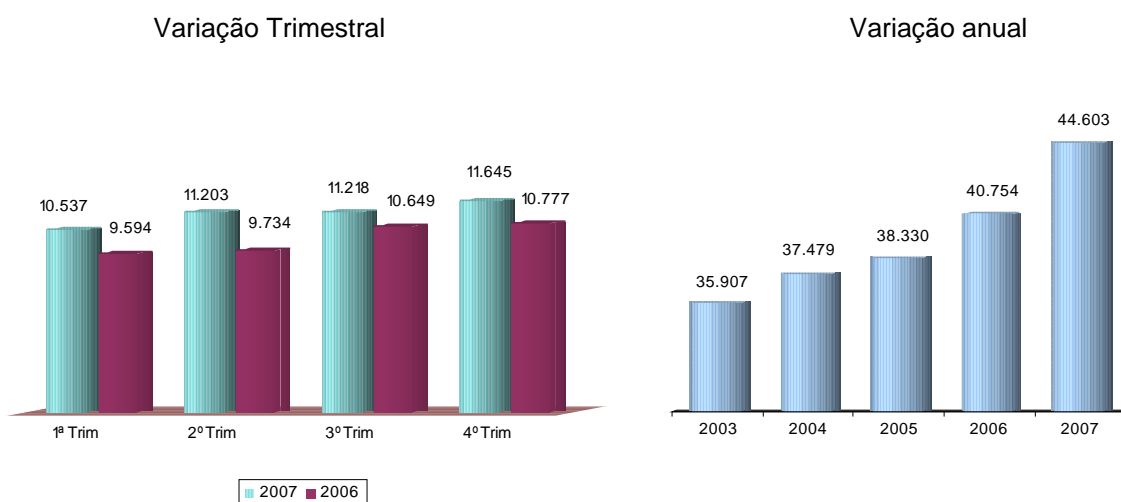
Consumidores finais

Os principais impactos na receita de 2007 decorreram dos seguintes fatores:

- Aumento de 8,69% na tarifa média, de R\$245,73/MWh (em 2006) para R\$267,08/MWh (em 2007) em função principalmente dos reajustes nas tarifas da Cemig Distribuição em 8 de abril de 2006 (efeito integral no resultado do exercício de 2007) e 8 de abril de 2007.
- Aumento de 9,44% no volume de energia faturada a consumidores finais, cujos comentários sobre as variações estão descritos no item de comercialização de energia elétrica.

As variações trimestrais e anuais no fornecimento podem ser observadas nos gráficos a seguir:

GWh faturados - consumidores finais



Mais comentários sobre o fornecimento de energia elétrica e reajuste tarifário podem ser obtidos no item “Comercialização de energia elétrica”.

Suprimento a outras concessionárias

O volume de energia vendida a outras concessionárias foi de 13.236 GWh no exercício de 2007 comparados a 11.472 GWh no exercício de 2006, correspondentes a R\$1.210 milhões e R\$709 milhões, respectivamente. Esse aumento expressivo decorre basicamente da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006, um maior volume de energia negociada através de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica e melhores preços negociados em 2007 pela Cemig Geração e Transmissão. Deve ser destacado ainda, a exportação de energia feita para a Argentina e Uruguai em 2007, que representou uma receita de R\$64 milhões. A tarifa média de venda em 2007 foi de 91,40/MWh em comparação a R\$61,79/MWh em 2006, um aumento de 47,92%.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou crescimento de 8,78% em 2007 comparado a 2006 (R\$1.946 em 2007 e R\$1.789 em 2006).

O valor mais representativo dessa rubrica refere-se à receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD cobrada pela Cemig Distribuição e Light dos consumidores livres e apresentou, em 2007, um aumento de 9,23% em relação a 2006 (R\$1.313 milhões em 2007 comparados a R\$1.202 milhões em 2006). Este crescimento decorre principalmente do maior volume de energia transportada em 2007, reflexo do crescimento da produção industrial e da migração de clientes do mercado cativo para o ambiente de livre contratação, ocorridas em 2007.

Adicionalmente, foi registrada em 2007 uma redução na receita de uso da rede básica de transmissão, no montante de R\$31 milhões, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL. Mais explicações nas notas explicativas nº 23 e nº 27 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “CVA”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subsequentes, sendo registrados no ativo ou passivo. Em função de alteração do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Mais informações nas notas explicativas nº 2 e nº 8 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$5.544 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$4.965 milhões no exercício de 2006, um aumento de 11,66%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A CCC refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado referente aos serviços de distribuição de energia elétrica corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa, e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$407 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$554 no exercício de 2006, representando uma redução de 26,53%. Esta redução deve-se, principalmente, a cobrança retroativa em 2006 do encargo de alguns consumidores, após homologação dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST pelo Operador do Sistema – ONS.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente à CDE foi de R\$391 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$334 no exercício de 2006, um aumento de 17,07%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que o valor registrado, referente aos serviços de distribuição de energia elétrica, corresponde ao efetivamente repassado para a tarifa e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é apenas repassadora do encargo uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Reserva Global de Reversão - RGR

A dedução à receita referente a RGR foi de R\$145 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$30 milhões no exercício de 2006. A variação entre os períodos comparados deve-se ao ajuste credor em 2006, referente a provisão do exercício de 2004, no montante de R\$66 milhões, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia e também do aumento em 2007 do valor contábil do ativo imobilizado em serviço, base de cálculo da referida despesa.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais

	2007	2006	Var. %
Custos não Controláveis			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.794	2.113	32,23
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	137	139	(1,44)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	650	664	(2,11)
	3.581	2.916	22,81
Custos Controláveis			
Pessoal e Administradores	968	1.088	(11,03)
Obrigações Pós-emprego	123	170	(27,65)
Materiais	93	82	13,41
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	59	37	59,46
Serviços de Terceiros	620	504	23,02
Provisões Operacionais	291	52	459,62
Gás comprado para revenda	154	158	(2,53)
Depreciação e Amortização	778	672	15,77
Outras Despesas Líquidas	284	238	19,33
	3.370	3.001	12,30
	6.951	5.917	17,48

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$6.951 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$5.917 milhões em 2006, representando um aumento de 17,48%. Este resultado decorre principalmente da variação na energia comprada para revenda e provisões operacionais, compensada parcialmente pela redução na despesa com pessoal.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no exercício de 2007 foi de R\$2.794 milhões comparados a R\$2.113 milhões no exercício de 2006, um aumento de 32,23%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no exercício de 2007 foi de R\$650 milhões comparados a R\$664 milhões no exercício de 2006, uma redução de 2,11%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Pessoal

A despesa com pessoal no exercício de 2007 foi de R\$968 milhões, comparados a R\$1.088 milhões no exercício de 2006, uma redução de 11,03%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R\$178 milhões, compensada parcialmente pelo reajustes salariais de 4,00% e 5,00% concedido aos empregados em novembro de 2006 e 2007, respectivamente, e pelo aumento de 1,50% na quantidade de empregados, da Cemig Holding, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, que passou de 10.658 empregados em dezembro de 2006 para 10.818 em dezembro de 2007. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 30 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$778 milhões no exercício de 2007 comparados a R\$672 milhões no exercício de 2006, representando um aumento de 15,77%. Esta variação decorre principalmente dos investimentos no Programa Luz para Todos e a entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006. Deve ainda ser ressaltada a consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$82 milhões em 2007 (R\$33 milhões em 2006). O menor valor da depreciação e amortização da RME em 2006 deve-se ao fato da sua consolidação a partir de agosto de 2006, contribuindo apenas com 5 meses da despesa no ano anterior.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$123 milhões no exercício de 2007, comparados a R\$170 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 27,65%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Cemig Distribuição, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

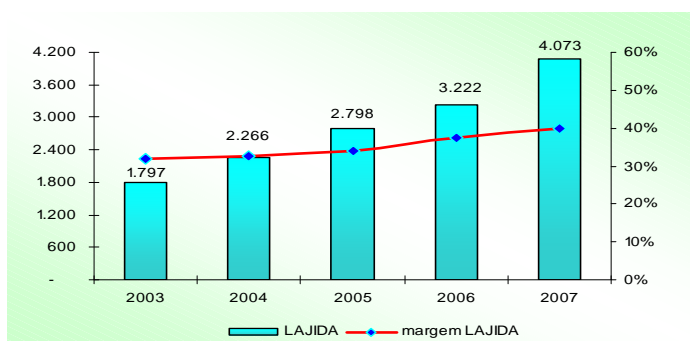
Lucro Antes do Resultado Financeiro, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA

Em função das variações mencionadas anteriormente, segue o Lajida, ajustado pelos itens não recorrentes.

	2007	2006	Var. %
Lucro Líquido	1.735	1.719	0,93
+ Provisão IR e C.Social Correntes e Diferidos	623	527	18,22
+ Resultado não Operacional	10	37	(72,97)
+ Resultado Financeiro	356	50	612,00
+ Amortização e Depreciação	778	672	15,77
+ Participação dos Empregados no Resultado	455	210	116,67
+ Participação de Minoritários	116	7	1.557,14
LAJIDA	4.073	3.222	26,41
Ajustes não recorrentes (*)			
+ Custos com eficiência energética de exercícios anteriores	-	85	-
+ Programa de Indenização do anuênio	-	178	-
+ Recomposição da CVA da TUSD	-	93	-
+ Revisão da receita de transmissão – Resolução Homologatória nº 496	31	-	-
- Reversão da provisão da RGR	-	(66)	-
- CVA energia – ajuste definido pela ANEEL	(29)	-	-
LAJIDA AJUSTADO	4.075	3.512	16,03

(*) Os ajustes não recorrentes correspondem à interpretação da Companhia sobre os eventos que julga como extraordinários, não relacionados às operações correntes.

Conforme pode ser verificado, ocorreu um crescimento expressivo no LAJIDA da CEMIG em 2007. Na comparação dos últimos 5 anos, conforme gráfico abaixo, o crescimento foi de aproximadamente 127% na geração de caixa da Companhia. O crescente desempenho operacional verificado nos últimos 5 anos contribuiu para o crescimento constante da margem do LAJIDA.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro líquido em 2007 foi uma despesa de R\$356 milhões comparada a uma despesa de R\$50 milhões em 2006. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Reversão de provisão para perdas no Contas a receber do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$99 milhões em 2006 em função da criação de um Fundo de Direitos Creditórios – FIDC e assinatura do 4º aditivo contratual de renegociação da dívida. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- Receita com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico no exercício de 2007 no montante de R\$405 milhões comparados a R\$322 milhões no exercício de 2006, um aumento de 25,77%. Esta variação decorre, principalmente, da contabilização no segundo trimestre de 2007 da receita financeira no montante de R\$100 milhões, decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre (R\$175 milhões em 2007 comparados a R\$86 milhões em 2006).
- A Receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido em 2007 foi de R\$131 milhões comparados a R\$199 milhões no exercício de 2006, representando uma redução de 34,17%. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo, na comparação entre os dois períodos, em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia elétrica. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 13 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- Ganhos líquidos com variações cambiais no exercício de 2007, no montante de R\$110 milhões em comparação a ganhos líquidos de R\$86 milhões no exercício de 2006, advindos basicamente dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Em 2007, o real apresentou uma valorização de 17,15% frente ao dólar norte-americano em comparação a uma valorização de 8,66% em 2006.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 31 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no exercício de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$622 milhões em relação ao lucro de R\$2.928 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,24%. No exercício de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$527 milhões em relação ao lucro de R\$2.463 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 21,40%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 12 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Participação dos Empregados no Resultado

A CEMIG, em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho 2007, destinou aos seus empregados a título de participação nos resultados, um montante de R\$455 milhões (R\$210 milhões em 2006). Vide notas explicativas números 02 e 33 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

LIQUIDEZ E FLUXO DE CAIXA

O caixa no fim do exercício somava R\$2.066 milhões (R\$1.402 milhões em 2006), um aumento de R\$664 milhões e crescimento de 47,36%.

O caixa gerado pelas operações foi de R\$3.213 milhões em comparação a R\$2.185 milhões em 2006. Este aumento de 47,05% no caixa gerado pelas operações deve-se, principalmente, ao maior valor recebido referente ativos regulatórios e também pelo maior lucro em 2007 ajustado pelos itens que não afetam o caixa.

As atividades de financiamento representaram uma saída de caixa de R\$1.359 milhões comparada a uma saída de R\$532 milhões em 2006. Esta expressiva variação decorre, principalmente, do menor volume de empréstimos e financiamentos obtidos em 2007 (R\$1.855 milhões em 2007 comparados a R\$3.466 milhões em 2006), parcialmente compensada pela menor distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (R\$1.360 milhões em 2007 comparados a R\$2.072 milhões em 2006).

No que se refere aos investimentos, a Companhia investiu R\$1.189 milhões em 2007 em comparação a R\$1.720 milhões em 2006, uma redução de 32,0%. Esse resultado deve-se principalmente ao maior volume de recursos investidos em 2006 na atividade de Distribuição em função do Programa Luz para Todos.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

A gestão da dívida da CEMIG está focada em preservar a qualidade de crédito. Essa preocupação se traduz na expressa obrigação estatutária de se manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a saúde financeira da Empresa.

A CEMIG, como sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais, está sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público, que limitam suas alternativas de financiamento. Tais limitações se aplicam também às suas subsidiárias que, indiretamente, têm controle estatal.

A captação de recursos de terceiros, em 2007, apoiou-se em operações com o mercado de capitais, na forma de *commercial papers* e debêntures, suportadas por garantias firmes de colocação dos títulos pelas instituições financeiras. Tais operações visaram o pagamento de dívidas vincendas e à recomposição do caixa em função das dívidas pagas ao longo do ano. A elevada liquidez favoreceu a contratação de operações em condições bastante satisfatórias.

Em dezembro de 2007 foi efetuada a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária e Série Única. Foram subscritas e integralizadas 40.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$10 mil, emitidas em 15/12/2007, perfazendo um montante de R\$400 milhões. As debêntures são indexadas ao IPCA e rendem juros anuais à taxa de 7,96% a.a.. O pagamento do principal ocorrerá em três parcelas iguais em dezembro de 2015, 2016 e 2017 e os juros serão pagos anualmente.

A emissão contou com a garantia firme de colocação pelo Banco do Brasil Investimentos S.A., o qual subscreveu 46% das debêntures. Merece destaque o prazo total de 10 anos estabelecido para o vencimento das debêntures. Tal prazo tem sido considerado notável na conjuntura atual e uma comparação com a remuneração que é paga por um título público de igual prazo e indexador (NTN-B), aponta que a Cemig Distribuição S.A. captou recursos com um custo muito próximo ao de um ativo livre de risco. A combinação de prazo e custo desta emissão reflete a confiança do mercado financeiro e dos investidores na capacidade de crédito da Empresa e no seu potencial de crescimento.

Já a CEMIG Geração e Transmissão realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R\$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidiram juros correspondentes à taxa de 101,5% do CDI. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da CEMIG. Aos recursos acima somam-se os recursos captados pela CEMIG Distribuição S.A. junto à Eletrobrás para o financiamento do Programa Luz para Todos e do Projeto Reluz, no total de R\$159 milhões (exceto recursos da CDE).

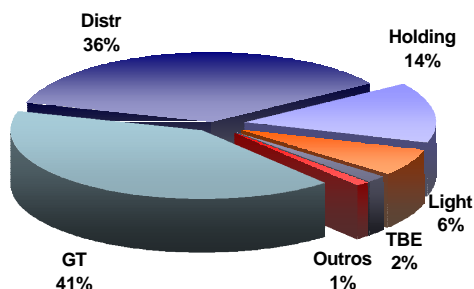
Também merecem destaque em 2007 dois financiamentos contratados por subsidiárias da CEMIG em estruturas do tipo *Project Finance*, para a implantação de projetos de investimento em transmissão e em geração:

- A Transchile Charrúa Transmisión S.A celebrou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 18/07/2007, um contrato de financiamento, com prazo de 20 anos e valor de, aproximadamente, US\$51 milhões, cujos recursos serão aplicados na implantação da Linha de Transmissão LT Charrúa – Nueva Temuco, em 220 kV e com 205 km de extensão.

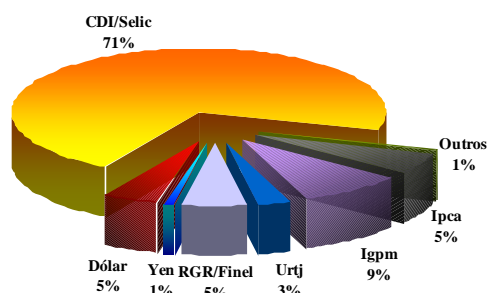
- A PCH Cachoeirão, subsidiária da Cemig Geração e Transmissão S.A. em parceria com a Santa Maria Energética S.A., celebrou com o Banco do Brasil, em 01/11/2007, um contrato de financiamento mediante repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com prazo de 11 anos e valor de R\$71,3 milhões.

A utilização do mercado bancário para atender às necessidades de financiamento vinha contribuindo, nos últimos anos, para aumentar a participação do CDI na composição da dívida. Entretanto, a emissão, no final de 2007, de debêntures da Cemig Distribuição indexadas ao IPCA, refinanciando notas promissórias indexadas ao CDI, resultou na seguinte configuração da dívida:

Dívida por empresa

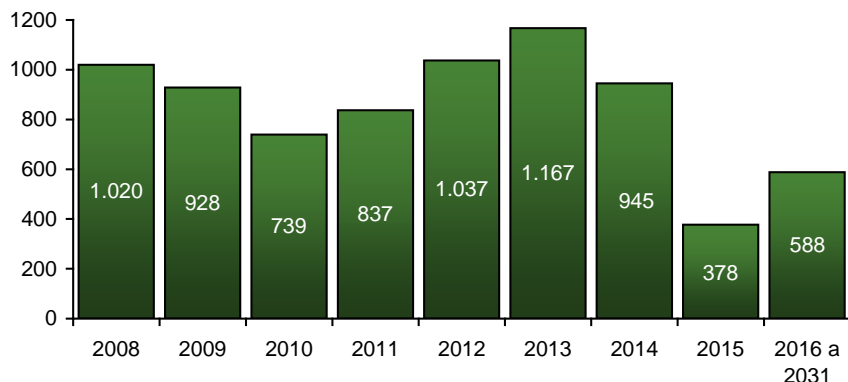


Perfil da Dívida - Posição em Dezembro/2007



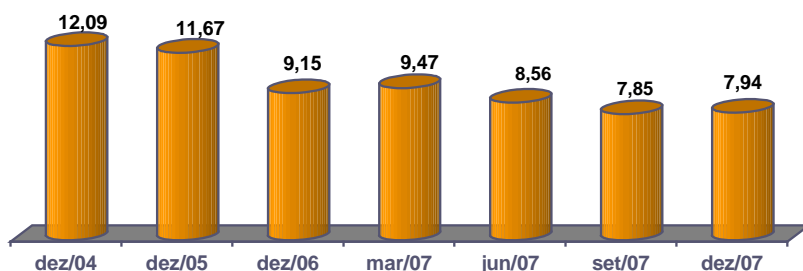
O cronograma de amortizações da dívida está satisfatoriamente escalonado, com prazo médio de 5 anos, como pode ser visto no gráfico a seguir, atendendo à diretriz da Empresa de se evitar a concentração de dívida vencendo no curto prazo, mitigando o risco de refinanciamento e eliminando qualquer pressão no fluxo de caixa que possa comprometer a disponibilização de recursos para investimento.

Cronograma de Amortizações da Dívida – Consolidado
Valores referentes a Dezembro/2007 em R\$ milhões



Outra diretriz da Empresa, de redução do custo médio da dívida, tem sido atendida, verificando-se, ao final do ano, uma taxa de 7,94% a.a. a preços constantes, reflexo da tendência de queda das taxas de juros presente na política monetária do Governo Federal.

Custo Médio da Dívida Consolidado %



A posição da dívida de 6% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, já que boa parte dela está contratualmente protegida por operações de troca de indexadores (*swap*). Há também uma proteção natural proporcionada por contratos de venda de energia indexados ao dólar.

A *Moody's Investors Service* atribuiu para a CEMIG, em março de 2007, o *rating* corporativo de Ba2 na escala global e Aa3.br na escala nacional brasileira, resultando numa elevação de 5 níveis em sua escala. Essa elevação dos *ratings* reflete a visão da *Moody's* de uma melhora da governança corporativa da Empresa e de seus indicadores de crédito numa base consolidada, refletindo a forte geração de caixa da CEMIG, que a *Moody's* acredita ser sustentável no curto prazo, bem como seu melhor perfil de endividamento e sua robusta posição de liquidez.

Política de Proteção Cambial (*Hedge*)

Mantemos uma política de *hedge*, cujo objetivo primordial é dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento, num horizonte móvel de 12 meses, através de operações que reduzam a exposição e minimizem os impactos negativos proporcionados pela variação relativa de preços.

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial através de um *hedge* natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, possuindo entre suas principais características a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

As ações preferenciais e ordinárias da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN e ON, nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na Bolsa de Nova Iorque.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Para aumentar a eficiência de sua atuação, o Conselho constituiu 5 (cinco) comitês que atuam de forma mais específica nas questões relacionadas à Estratégia, Governança, Finanças, Auditoria e Riscos e Recursos Humanos. Em 2007, foram realizadas 25 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 (cinco) membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2007 foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, uma estrutura de comitês composta de executivos de diversas áreas, garante a tomada de decisões estratégicas a partir do suporte de critérios técnicos.

Anualmente, realizamos nosso encontro com analistas do mercado de capitais e com investidores para divulgar informações sobre a situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, além de realizarmos diversas reuniões com as associações regionais de analistas.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme abaixo:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;

Acordo de acionistas

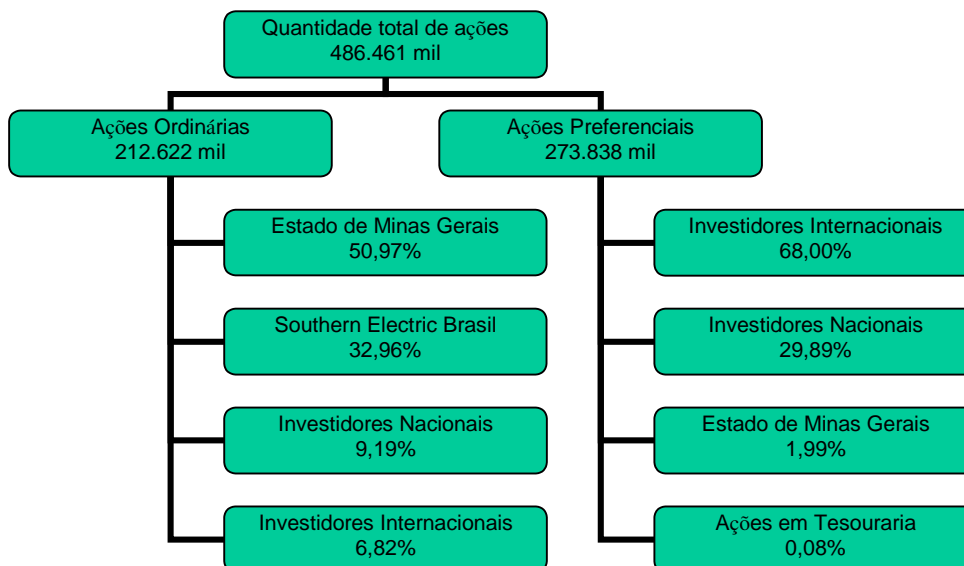
O acordo de acionistas assinado em 1997 entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda. – SEB encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

MERCADO DE CAPITAIS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960. Em 14 de janeiro 1972, nossas ações ordinárias (ON) e preferenciais (PN) passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, nossas ações são negociadas na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002 e na Bolsa de Nova Iorque desde 1993, onde temos ADRs Nível 1 (CIG) em ações preferenciais, que foram transformados em Nível 2 em 2001. Posteriormente, em junho de 2007, lançamos na NYSE o programa de ADRs lastreado em ações ordinárias (CIG.C). Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, totalizou R\$2.432 milhões, conforme composição demonstrada a seguir:



A Cemig, através de suas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas cumulativamente em 26 de abril de 2007, deliberou um aumento de capital de R\$ 810.769 mil, correspondente a um aumento de 50% do capital, com a utilização de recursos da reserva de lucros. A alteração do capital social representou uma bonificação de 500 novas ações, da mesma espécie, com valor nominal de R\$ 0,01, para cada grupo de mil ações. Da mesma forma, foi deliberado um posterior grupamento, das ações bonificadas, na proporção de 500 ações com valor nominal de R\$ 0,01 para uma ação com valor nominal de R\$ 5,00. O quadro acima já reflete estas alterações.

Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2006 e 2007, de nossas ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

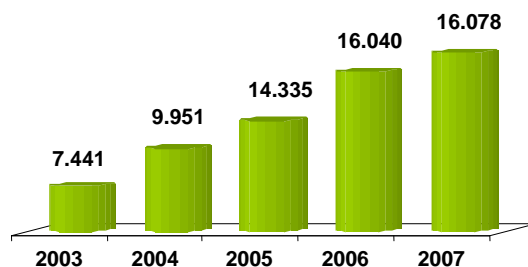
Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2006	Fechamento 2007
Cemig PN	CMIG4	R\$	32,70	32,50
Cemig ON	CMIG3	R\$	28,36	33,79
ADR PN	CIG	US\$	15,14	18,46
ADR ON	CIG.C	US\$	-	18,50
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	12,46	12,75

Nossas ações preferenciais apresentaram um volume de negociação, em 2007, de R\$ 13.866 milhões, com média diária de R\$56,6 milhões em 2007 e R\$39,3 milhões em 2006. Esse volume posiciona a CMIG4 como sendo a décima sexta ação com maior volume da Bovespa e a de maior volume do setor elétrico.

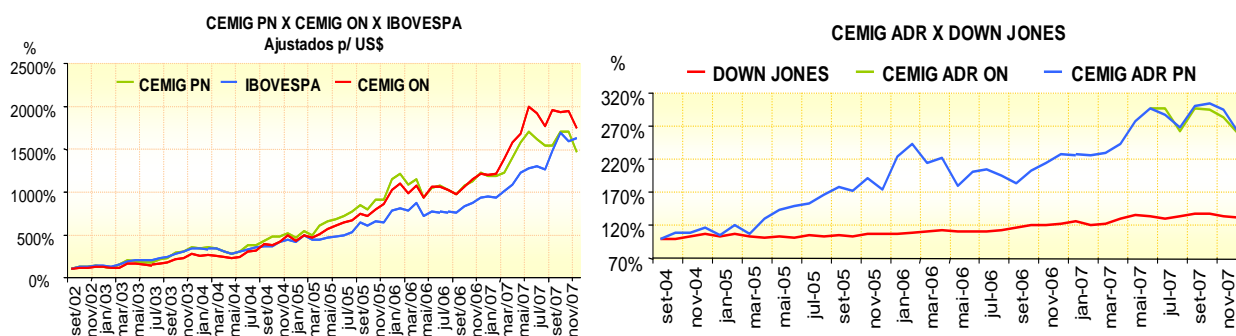
Valor de mercado

Nosso valor de mercado se manteve constante no ano de 2007 comparado a 2006, uma pequena variação de 0,3%. Se analisarmos a variação nos últimos 5 anos, nosso valor de mercado apresentou um crescimento de 116,1%.

Valor de Mercado - R\$ milhões



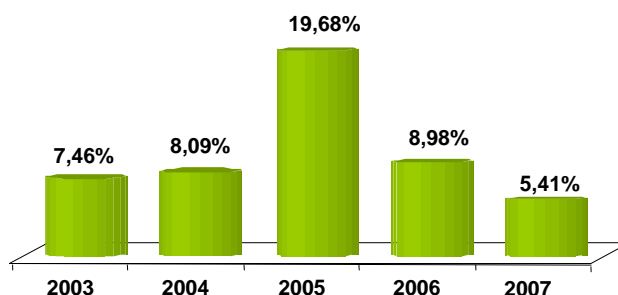
Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores.



Dividend Yield e Rentabilidade do Acionista

A rentabilidade total do acionista, entendida como o ganho da valorização mais o dividendo distribuído foi como segue nos últimos 5 anos.

Dividend Yield %



Relações com Investidores

Em consonância com as práticas de governança corporativa, buscamos disseminar uma política de transparência com o mercado de capitais, a fim de possibilitar agregação de valor aos investimentos de nossos acionistas.

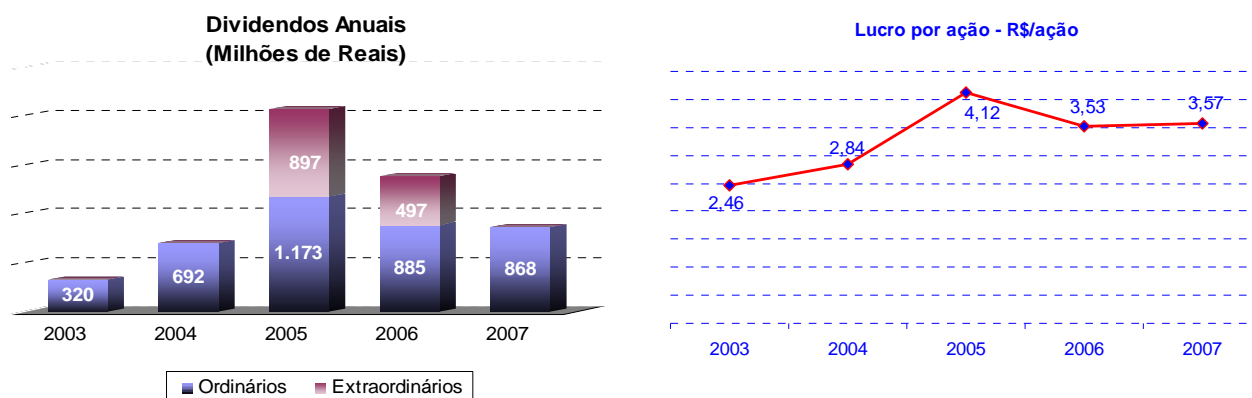
No ano de 2007, a CEMIG esteve presente, no Brasil e no exterior, em 84 seminários, conferências e encontros com investidores; 10 congressos; 11 Road Shows; além de teleconferências e videoconferências com analistas de mercado de capitais e investidores. Ressaltamos que tais eventos nacionais e internacionais ultrapassaram a marca de 490 reuniões individuais.

Destacamos ainda a realização do 12º Encontro Anual da CEMIG juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais - APIMEC, na cidade de Tiradentes - MG, incluindo uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itutinga, localizada nas confluências dos municípios de Itutinga e Nazareno no estado de Minas Gerais.

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A CEMIG, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disso, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente ao exercício a que se referem. Em 2007 foram pagos dividendos no valor de R\$868 milhões. Em 2006 foram pagos R\$1.382 milhões, sendo R\$497 milhões correspondentes a dividendos extraordinários.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2008 que, ao lucro líquido do exercício, no montante de R\$1.735 milhões, seja dada a seguinte destinação:

- R\$868 milhões (50% do lucro líquido) para pagamento de dividendos;
- R\$87 milhões para a constituição de Reserva Legal; e,
- R\$780 milhões serão mantidos no Patrimônio Líquido, em Reservas de Lucros,

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis, até o 1º trimestre de 2007, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e, a partir dessa data, passaram a ser auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Os serviços prestados pelos auditores independentes da CEMIG e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2007 R\$ mil	% em relação à auditoria	2006 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria				
Deloitte	32	4,69	502	100,00
KPMG	650	95,31	-	-
Total de Serviços de Auditoria	682	100,00	502	100,00
Outros Serviços:				
Adequação e aderência às exigências SOX – Seção 302 e 404				
Deloitte	-	-	2.080	314,34
KPMG	290	42,52		
Total Geral	940	142,52	2.582	414,34

Os serviços adicionais mencionados foram aprovados pelo Conselho de Administração, tendo em vista que não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal premissa do gerenciamento de riscos corporativos adotado pela CEMIG é a de que toda empresa existe para prover valor aos seus acionistas. Enfrenta-se o desafio permanente de se determinar o quanto a corporação está preparada para garantir o seu desenvolvimento sustentável, considerando os riscos e oportunidades apresentados.

O principal objetivo da CEMIG não é eliminar os riscos e sim ser pró-ativa na sua identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo, visando obter vantagens competitivas. O sucesso do gerenciamento de riscos corporativos depende de uma cultura de gerenciamento de riscos disseminada servindo como base para sustentação dos 3 pilares, a saber:

- Gestão dos processos: conhecimento dos processos da empresa visando à melhoria da eficiência operacional;
- Gestão de riscos de maior severidade: identificação dos riscos iminentes que requerem decisões de curto prazo visando a redução da volatilidade nos resultados, maior previsibilidade de retorno para o acionista e decisão no tratamento dos riscos;
- Gestão de riscos e mensuração do custo de capital: alocação ótima de capital, análise de sensibilidade, utilização de modelagem compreensível com hipóteses fundamentadas.

Portanto, o gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da CEMIG, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar como exemplos o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, entre outros.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na CEMIG, ocorrendo em 2004 a 1ª revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a 2ª revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

As atividades de gerenciamento de riscos corporativos dão origem a diversos produtos os quais são de grande valia no processo decisório, a saber:

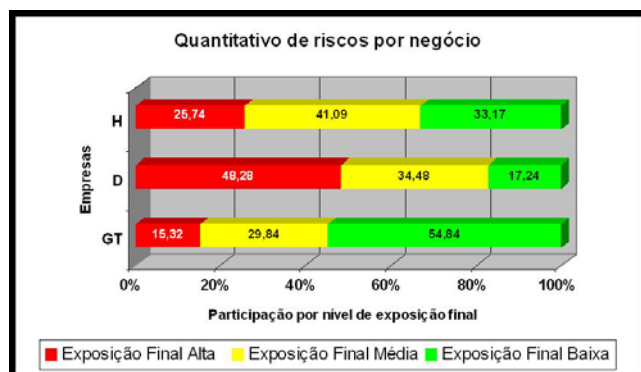
1- Matriz de riscos corporativos: apresenta todos os riscos corporativos mapeados, classificados conforme: a) Exposição Financeira, resultado do produto do impacto no negócio pela probabilidade de ocorrência do risco ou b) Exposição Final, resultado da associação da exposição financeira do risco ponderada com a análise do seu impacto intangível.

2 - Matriz de fatores de risco sob a ótica dos stakeholders: Trata-se da análise dos fatores de risco - circunstâncias ou ocorrências que podem (ou não) dar origem a riscos para a corporação - levando-se em consideração os direcionadores de valor sob o foco desses agentes. O objetivo é permitir um aprimoramento da gestão a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica e a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos corporativos.

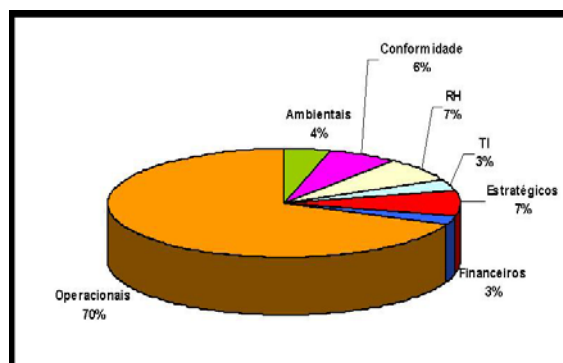
Esse produto foi desenvolvido durante o ano de 2007. Na primeira etapa, foram identificados os fatores de risco sob a ótica de cada *stakeholder*. Na segunda etapa, procuramos nos certificar se os riscos correspondentes haviam sido mapeados na matriz de riscos corporativos, o que nos sinalizou que a empresa está no caminho certo quanto à percepção abrangente da gestão de riscos, tendo em vista que mais de 90% dos riscos encontram-se mapeados. Como trata-se de uma ferramenta de aperfeiçoamento, os riscos identificados não mapeados na matriz de riscos corporativos estão sendo objeto de análise e inclusão.

Nos gráficos abaixo são apresentados os riscos com Exposição Final Alta, Média e Baixa nas empresas Cemig Distribuição (D), Cemig Geração e Transmissão (GT) e Cemig Holding (H) e os riscos por categoria.

Gráfico Riscos x Exposição Final



Riscos x Categoria



Na Cemig Distribuição a grande participação de riscos com Exposição Final Alta se deve ao fato de que os riscos de faturamento e arrecadação, e de mercado, dentre eles o de comercialização de energia elétrica no atacado e varejo, estarem mapeados nessa empresa.

Na Cemig Geração e Transmissão o destaque é dado para os riscos de operação e manutenção das usinas hidrelétricas, operação e manutenção do sistema elétrico e expansão do parque de geração e sistema de transmissão.

Na Cemig Holding a composição dos riscos com Exposição Final Alta é diversificada, tendo em vista que nessa empresa estão localizados todos os processos de suporte às áreas de negócio da empresa dentre eles TI, RH, logística, transporte, materiais e serviços e finanças.

É possível visualizar que a participação de riscos com Exposição Final Alta do negócio Distribuição é superior ao do negócio Geração/Transmissão. Entretanto, a exposição financeira dos riscos relevantes do negócio Geração/Transmissão é superior ao do negócio Distribuição (fortemente regulado), fato explicado pelo requisito de rentabilidade mínima exigida nos empreendimentos do sistema elétrico ser maior.

Certificação dos Controles Internos

A CEMIG obteve a certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, conforme parecer da auditora independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 e arquivado junto à Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC.

Tendo em vista que as atividades relacionadas à Certificação de Controles Internos são permanentes e precisam ser constantemente monitoradas, a Administração da CEMIG, aderente às novas orientações da SEC e com base nos critérios do PCAOB, do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso) e do *Control Objectives for Information and Related Technology* (Cobit), a partir da revisão da estrutura de controles existente, documentou os controles nos níveis dos processos de negócios e de entidade, inclusive os controles que são suportados pela tecnologia da informação.

Foi estabelecida uma ligação entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas nas demonstrações financeiras do exercício de 2007, bem como foi validado, junto à nova auditora independente, KPMG Auditores Independentes, o desenho dos processos e dos controles chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Comissão de Ética e Canal de Denúncia

Foi constituída em 12 de agosto de 2004, sendo responsável pela avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, estando alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa além de se tratar de um instrumento que atende às orientações da Lei americana Sarbanes-Oxley – SOX.

Com a criação do canal de Denúncia, a partir de dezembro de 2006, a Comissão de Ética passou a receber as denúncias anônimas, de práticas irregulares contrárias ao interesse da empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, via canal aberto na intranet da Cemig – Canal de Denúncia Anônima.

As denúncias de caráter ético são acatadas somente quando existe a identificação do denunciante e são processadas pela própria Comissão. As denúncias que se enquadram nos itens 1 a 4, mencionados acima, são encaminhadas ao Presidente do Conselho Fiscal para tomada de providências.

TECNOLOGIA

Telecomunicações e Informática

Em dia com a Segurança da Informação

Com a participação de 941 pessoas, foi realizado em 2007 o projeto “Em dia com a Segurança da Informação”, com o objetivo de disseminar a classificação e o tratamento das informações da Cemig, melhorar o nível de segurança da Empresa e a certificação na Auditoria da SOX 2008.

Deve ainda ser ressaltado o projeto “Diversão com Segurança”, que objetivou conscientizar os filhos dos empregados da CEMIG sobre a importância da adoção de medidas de Segurança da Informação na utilização domiciliar do computador e no trato com informações da família e dados profissionais dos pais.

Classificação da informação

Esse projeto tem por objetivo estabelecer os critérios para a classificação e tratamento das informações de interesse da CEMIG, visando protegê-las de acesso e/ou alterações indevidas, divulgação não permitida e indisponibilidade, levando-se em conta a estimativa dos prejuízos que o acesso, a modificação, a exclusão e/ou divulgação não autorizada, a falta de controle e de registro e a indisponibilidade da informação podem causar aos negócios ou à imagem da Empresa.

Dentre os benefícios auferidos, destacamos o atendimento a requisitos legais; a proteção dos negócios da CEMIG; a valorização adequada da informação; o atendimento aos requisitos da SOX; a disseminação dos graus de sigilo e formas de tratamento das informações classificadas da Empresa aos empregados, contratados e estagiários.

Certificação Digital

Foram realizados estudos que permitiram colocar em fase de viabilização um projeto que visa identificar as oportunidades de uso da Certificação Digital e Criptografia de Informações dentro das necessidades dos processos de negócios da Empresa, definindo assim, os padrões técnicos a serem utilizados e um plano de projetos para sua implementação.

Os principais benefícios deste tipo de projeto são o conhecimento das oportunidades de utilização da tecnologia dentro da Empresa; a identificação de oportunidade de redução de custo e agilidade em alguns processos; a definição de padrões técnicos (oferecimento de um serviço estruturado) e a segurança no armazenamento e transmissão de informações críticas.

Sistema de Gestão de Clientes

Em abril de 2006, foi iniciado o projeto de implementação do novo Sistema de Gestão de Clientes (Projeto Evolução). Esse projeto tem como objetivo a substituição de alguns dos principais sistemas de informação da Companhia envolvidos no processamento do faturamento, arrecadação, atendimento, contabilização, serviços de campo, gestão de equipamentos de medição, além da emissão e impressão de notas fiscais de energia e relatórios e conta com uma equipe de 240 profissionais entre empregados CEMIG e consultores externos.

Dentre os principais objetivos deste programa estão um maior controle e segurança dos processos de faturamento e arrecadação, com informações integradas e precisas para subsidiar o controle e a gestão de clientes.

O projeto tem a sua conclusão prevista para o 1º semestre de 2008, com investimentos previstos de R\$178 milhões.

Tecnologia e alternativas energéticas

A CEMIG sempre considerou a tecnologia como insumo básico e estratégico, sendo um fator de agregação de valor através da viabilização de desenvolvimento de negócios ou da otimização de processos internos na busca de melhores práticas tecnológicas.

No tocante à gestão das alternativas energéticas, a CEMIG tem investido em projetos de utilização de fontes de energia renováveis, com destaque para biomassa, pequenas centrais hidrelétricas, energia solar e geração eólio-elétrica. Adicionalmente, tem investido também em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel.

Estar sempre à frente na identificação, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias voltadas para o setor elétrico e uso de fontes alternativas de energia garante à CEMIG um lugar de destaque entre as empresas de energia e reafirma o compromisso da empresa com os seus consumidores e com o desenvolvimento sustentável.

Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação

Com o objetivo de garantir a vanguarda da CEMIG com relação à utilização, adaptação e desenvolvimento de tecnologias mais avançadas e adequadas aos seus processos produtivos, a empresa utiliza a metodologia de Gestão Estratégica de Tecnologia, envolvendo o desenvolvimento de parcerias com universidades e entidades de pesquisa, prospecção tecnológica e análise da evolução dos cenários tecnológicos, com o estabelecimento das estratégias, diretrizes e ações de cunho tecnológico para atuação empresarial, em coordenação com o Comitê de Gestão Estratégica de Tecnologia – CoGET.

A importância da tecnologia como um dos pilares de sustentação da estratégia empresarial, o elevado volume de recursos alocados anualmente em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e a necessidade de potencialização dos resultados decorrentes dessas iniciativas, justificaram a criação, em 2006, do Centro de Gestão Estratégica de Tecnologia – CGET, associação sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, e a celebração, em 2007, dos convênios de cooperação técnico-científica para apoio ao desenvolvimento dos projetos de P&D das empresas Cemig.

Ciente do relevante papel que desempenha no desenvolvimento do mercado onde atua e da importância das parcerias e intercâmbios, a CEMIG tem buscado incrementar ações envolvendo universidades, centros de pesquisa e empresas interessados em promover e participar do desenvolvimento e da consolidação da excelência tecnológica em Minas Gerais.

Na área de parcerias tecnológicas, em 2007 foram estabelecidos seis convênios de cooperação técnico-científica, destacando-se a criação do Centro de Excelência em Gestão Empresarial em parceria com a Fundação Dom Cabral - FDC. Outros doze convênios encontram-se em elaboração, podendo-se citar o Protocolo de Intenções para criação do Centro de Excelência em Agroenergia, numa parceria da CEMIG com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG e diversas universidades do Triângulo Mineiro, além do convênio para criação do Centro de Excelência em Materiais de Construção, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Programas de P&D

Destacando-se sempre como uma empresa dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, foram priorizados e selecionados os projetos que compõem os Programas Anuais de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da CEMIG e submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Entre projetos de P&D, novos e em continuidade, em 2007 estiveram em desenvolvimento cerca de 62 projetos. Dentre os 82 projetos já concluídos, a grande maioria resultou em produtos incorporados ao dia-a-dia da empresa, sendo que diversos métodos de engenharia, softwares, dispositivos e equipamentos foram desenvolvidos e aplicados, contribuindo para a redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade e segurança dos sistemas e instalações CEMIG, controle ambiental e desenvolvimento de alternativas energéticas.

Em 2007, a Cemig teve despesas de R\$27 milhões com P&D, R\$26 milhões com Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e R\$22 milhões para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Biomassa

Com o desenvolvimento das tecnologias de transformação que apresentam maior eficiência, menores níveis de emissões de gases tóxicos e de gases que causam efeito estufa, a biomassa torna-se uma alternativa energética muito promissora para a geração de energia elétrica em determinadas regiões do Estado.

Dessa forma, desde a Usina de Formoso no norte de Minas Gerais, passando pela co-geração nos setores sucro-alcooleiro, de papel e celulose e siderúrgico, até às experiências atuais como o plantio de florestas energéticas, gaseificação de biomassa, geradores a álcool e o biodiesel, a utilização da biomassa tem sido buscada pela CEMIG.

Um exemplo desse esforço é o projeto de co-geração utilizando gás de alto forno a carvão vegetal na termelétrica de 13 MW pertencente à siderúrgica Vallourec Mannesman. A CEMIG trabalha continuamente para viabilizar os projetos de geração de energia da biomassa, consciente de ser esta uma alternativa ambientalmente correta e importante para o atendimento do crescimento da demanda energética da sociedade, com impactos positivos para a geração de emprego e renda de forma descentralizada.

Energia Solar

Os trabalhos pioneiros da CEMIG na área de energia solar, tanto na sua forma fotovoltaica quanto na forma solar térmica através da utilização de coletores planos e concentradores solares, tem ajudado a criar novas alternativas de oferta de energia e de eficiência para alguns consumidores no Estado de Minas Gerais.

As instalações de sistemas de aquecimento de água por coletores solares planos e de bombas de calor também são fomentadas pela CEMIG, que vê nessas opções ferramentas para reduzir o consumo de energia elétrica no horário de pico e também como alternativa energética para conjuntos habitacionais destinados a famílias de baixa renda.

A CEMIG, em 2007, instalou energia fotovoltaica em 760 residências para atender o Programa Luz para Todos, além de 1.000 coletores solares planos para aquecimento de água em substituição ao chuveiro elétrico em residências de baixa renda e hospitais. A CEMIG continua investindo em projetos de P&D para purificação do silício metalúrgico existente em Minas Gerais e desenvolvimento de células fotovoltaicas de baixo custo. Outra iniciativa da empresa refere-se à pesquisa e experimentações relativas ao uso de energia solar térmica para produção de energia elétrica através de termelétricas solares, utilizando concentradores cilíndrico-parabólicos, e para aquecimento de água de forma centralizada, utilizando coletores solares planos (calor distrital para comunidades de baixa renda).

Energia Eólica

A CEMIG foi a primeira concessionária brasileira a instalar uma usina eólica conectada ao sistema elétrico integrado, a Usina Eólio-Elétrica Experimental do Morro do Camelinho, abrindo o caminho para a introdução de uma cultura eólica no país. Foi efetuado levantamento do potencial eólico-elétrico de alguns sítios promissores no Estado de Minas Gerais e, em 2007, foram assinados acordos de confidencialidade com empresas interessadas em avaliar a instalação de uma usina eólica no norte de Minas. Foi iniciado também um projeto de pesquisa e desenvolvimento de geradores eólico-elétricos de pequeno porte.

Hidrogênio e Células a Combustível

O hidrogênio é um vetor energético obtido da água e de outras fontes de energia como a biomassa e combustíveis fósseis, sendo considerado o energético do futuro. Para explorar essa alternativa, a CEMIG conta com um laboratório experimental para produção de hidrogênio via eletrólise e por reforma de etanol. Os principais desafios para viabilizar esse energético são a diminuição dos custos de produção, o armazenamento e o transporte desse combustível. O hidrogênio será utilizado inicialmente como combustível para teste das células a combustível, para suprir demandas internas e também como elemento químico para purificação do silício, a ser utilizado no projeto de P&D de células fotovoltaicas, que se encontra em desenvolvimento. As células a combustível são uma das novas tecnologias para geração de energia de forma descentralizada, com grande possibilidade de causar, no futuro, impactos no setor elétrico.

Biodiesel

A CEMIG considera o biodiesel como uma alternativa energética sustentável, geradora de emprego e renda e que propicia inclusão social. Nesse sentido, a empresa vem trabalhando, junto com outros órgãos do Estado e centros de pesquisas, para a consolidação da tecnologia de produção do biodiesel em Minas Gerais, através da identificação das vocações regionais para a cultura de oleaginosas, da construção de uma planta piloto de pequeno porte para produção experimental desse combustível e também da implantação de infra-estrutura laboratorial em órgão de pesquisa do estado para qualificar e certificar esse combustível e, dessa forma, contribuir para a sua inserção no mercado nacional.

Em 2007, foi inaugurado o Laboratório de Biocombustível do CETEC, com capacidade de produção de 1.000 litros/dia de biodiesel. Em 2008, está prevista a utilização do biodiesel produzido no laboratório para a geração de energia elétrica, de forma experimental, em um grupo motor gerador e em uma microturbina.

Veículo Elétrico

O veículo elétrico pode ser considerado uma tendência para os próximos anos. A CEMIG, em parceria com Itaipu Binacional e Fiat Automóveis, iniciou projeto de pesquisa e de estudo de viabilidade técnica e econômica da utilização de veículos movidos a energia elétrica. A empresa pretende testar protótipos desses veículos em sua frota durante o ano de 2008 visando avaliar aspectos operativos e de manutenção e desenvolvimento de tecnologia nacional. Com o uso intensivo dessa tecnologia, pretende-se disponibilizar mais uma alternativa para as empresas Cemig e seus consumidores visando redução do uso de combustíveis fósseis e exploração de um novo nicho do mercado de energia elétrica.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A concepção de Responsabilidade Social por parte das empresas está se difundindo cada vez mais, associada à noção de sustentabilidade, visando conciliar as dimensões econômica, ambiental e social. A CEMIG busca atuar dentro de uma visão de futuro em suas práticas de gestão relativas a essas dimensões.

Ações Sociais Integradas

Nossa estratégia de responsabilidade social é publicamente conhecida e reconhecida através de nossa missão, visão e valores empresariais. Nossas diretrizes corporativas são acompanhadas pelo Comitê de Responsabilidade Social, com representantes de todas as Diretorias da Empresa.

Muitos são os projetos desenvolvidos em nossa Empresa, voltados à melhoria das condições de vida de crianças, adolescentes, adultos, idosos e assistência a populações carentes. Um exemplo é o Projeto Asin – Ações Sociais Integradas Cemig, com mais de 1.100 empregados cadastrados como voluntários, contribuindo para gerar recursos dirigidos a sustentabilidade de instituições, associações comunitárias, escolas e asilos nas comunidades onde a Empresa atua.

São 83 projetos desenvolvidos em todo o Estado, envolvendo 10% dos empregados da Empresa, e com foco na ação comunitária, educação, meio ambiente e saúde, contando com parceiros externos e internacionais. Conta, ainda, com a realização de ações diversas como o Dia das Crianças, Dia do Voluntário, Natal, e outras iniciativas, envolvendo, além das instituições cadastradas e os voluntários do Asin/Cemig, empregados terceirizados e parceiros dos municípios. O Projeto Asin/Cemig está disponível no site: http://www.cemig.com.br/institucional/balanco_social.asp.

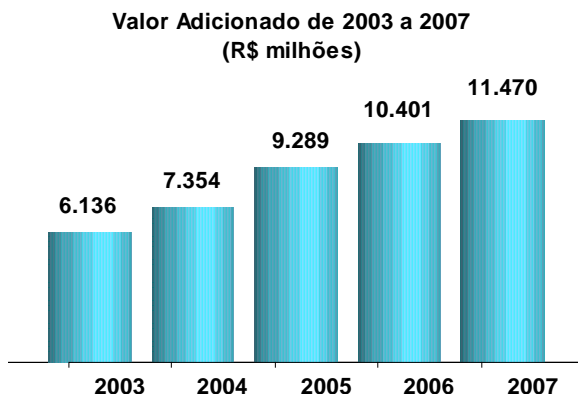
Outro exemplo concreto de ação social apoiado pela Empresa é o Programa AI6% - Formando Cidadãos, parceria entre a AIC – Associação Intergerencial da CEMIG e o Projeto ASIN/Cemig, implantado desde 2001. A finalidade do programa é incentivar empregados e aposentados da CEMIG a repassar parte de seu imposto de renda devido para os Fundos da Infância e da Adolescência – FIA's.

Como evidência da evolução do Projeto ASIN/Cemig, em 2001 conseguimos destinar R\$190 mil a 31 instituições de 16 municípios, sendo que em 2007 o programa arrecadou doações dos empregados da Cemig no valor de R\$1.243 mil, o que permitiu o auxílio à 137 instituições de 80 municípios do Estado de Minas Gerais.

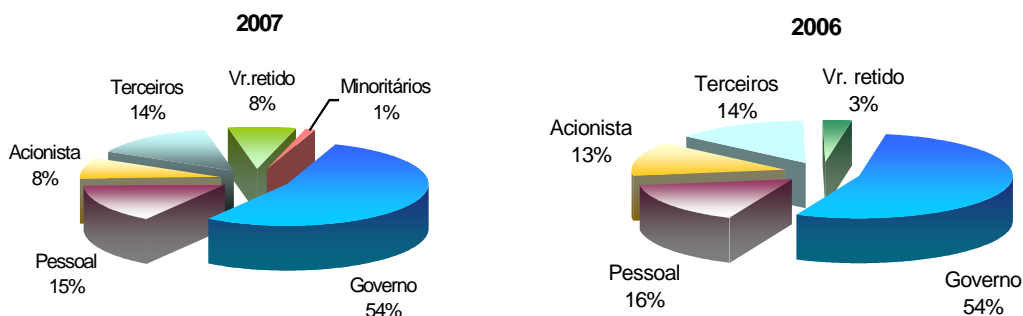
Outro reconhecimento das ações de responsabilidade social da CEMIG foi a inclusão da empresa, desde 2005, no grupo de trabalho para a criação da ISO 26.000 – Responsabilidade Social, a convite da International Organization for Standardization (ISO), do Instituto Ethos e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Pela primeira vez, a coordenação mundial de um trabalho da ISO, é liderada em conjunto por dois países, nesse caso pelo Brasil e Suécia, o que torna a participação da empresa ainda mais relevante. A participação ativa e interação da Cemig em um fórum de discussão de alto nível, influenciando o processo internacional de construção da norma por meio de atividades do projeto evidencia o seu pioneirismo.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$11.470 milhões de valor adicionado em 2007 em comparação a R\$10.401 milhões em 2006, um aumento de 10,28%.



A distribuição do valor adicionado da CEMIG entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2007 e 2006, correspondente a 54% em cada ano.



Recursos Humanos

Desde 2004, a Cemig vem implantando o Sistema de Gestão Estratégica do Capital Humano, modelo desenvolvido a partir da visão e missão da Empresa, cujo objetivo é alinhar planejamento estratégico e modelo de gestão de RH à estratégia organizacional, incorporando visão de longo prazo e focalizando ações que agreguem valor aos negócios e favoreçam uma gestão integrada. Nele, a Gestão do Desempenho é o elo entre a “estratégia Cemig” e os diversos processos de gestão do RH, demonstrando como as diretrizes estratégicas são aplicadas na Empresa.

A Gestão do Desempenho é o processo que visa ao desenvolvimento das competências estratégicas que levem à melhoria de resultados, sejam eles financeiros ou não-financeiros, por meio da contratação de metas e de acordos individuais de desenvolvimento, alinhando ações individuais e de equipes às diretrizes organizacionais.

Com a implementação do modelo de Gestão do Desempenho e uma atuação mais estratégica da área de Recursos Humanos, foi possível vincular, definitivamente, a estratégia empresarial aos diversos processos de gestão de pessoas, servindo de base para diversas iniciativas e mudanças na área de Recursos Humanos, tais como: movimentações com base no desempenho, concurso externo, programa Trainee, mobilidade interna, diversos programas de capacitação e desenvolvimento, gestão do clima organizacional, dentre outros.

Capacitação e Desenvolvimento

Em 2007, a Cemig deu prosseguimento ao CELIG – Cemig Liderança em Gestão, programa formatado em parceria com a Fundação Dom Cabral, com o objetivo de desenvolver as competências de liderança definidas e mapeadas pela Empresa. Esta é a continuação de um processo permanente, que visa assegurar que a Cemig disponha de pessoas aptas a liderar suas transformações hoje e no futuro. Gerentes e Superintendentes foram treinados nas competências de liderança, visando à redução dos *gaps* no exercício destas. Foram 1.586 participações que representaram 14.092 horas de treinamento.

Dando continuidade ao objetivo empresarial de ter e manter um quadro de pessoal com desenvolvimento compatível com as suas necessidades e em constante formação, aperfeiçoamento e especialização, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional da Cemig – EFAP forneceu, em 2007, 11.323 participações em treinamentos técnicos para empregados do Grupo Cemig, além de 458 participações em treinamentos técnicos para empregados de outras empresas. No total, foram 507.590 Hh treinados.

Em novembro de 2007, a Bureau Veritas Quality International - BVQI recomendou a certificação de 15 processos da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional – EFAP. A implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na EFAP faz parte dos desafios do Planejamento Estratégico de Recursos Humanos, e seu principal objetivo é a busca da melhoria contínua dos seus processos, focada na qualidade do treinamento técnico ofertado aos seus clientes internos e externos.

Também com vistas a atender às necessidades da Empresa decorrentes do surgimento de novas tecnologias, equipamentos e métodos de trabalho, foram implementadas várias ações de treinamento e desenvolvimento, tais como treinamentos de informática, administrativos, treinamentos externos, cursos de pós-graduação, cursos de idiomas, dentre outros. Foram ao todo, em 2007, 17.172 participações, correspondendo a 49,23 Hh treinados.

Gestão de Clima Organizacional

A Cemig, ciente de que a obtenção de alta performance está intimamente ligada a um ambiente saudável e estimulador, busca permanentemente fazer uma gestão de seu ambiente interno. Dentro deste contexto, vale destacar que um dos elementos da Visão da Empresa é “ser uma das melhores Empresas para se trabalhar”.

Em 2006, concorrendo com mais de 500 empresas, a Cemig figurou na lista das 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame. Em 2007, além de estar novamente entre as 150 melhores empresas para trabalhar do Guia Você S.A. – Exame/2007, a Empresa foi considerada a melhor na categoria especial “AS MAIORES” (empresas com mais de 10.000 empregados).

Outra ferramenta utilizada para gerir o Clima é a Pesquisa de Clima Organizacional, realizada a cada dois anos com todos os seus empregados. Após a fase de diagnóstico e análise de resultados, a Empresa realiza o planejamento de ações de melhoria, com a elaboração do Plano de Ação Corporativo e dos Planos de Ação das superintendências e gerências, e finalmente, vem a fase de monitoramento da execução dos referidos planos de ação de melhorias. No ciclo 2005/2007, foram elaborados, além do plano corporativo composto de 21 ações de melhoria, 95 planos de ação das diversas áreas da Empresa, totalizando 2.232 ações de melhoria. Pelo monitoramento realizado, foi constatada a implementação de mais de 80% dessas ações.

Saúde, Bem-estar e Segurança do Trabalho

Para difundir a cultura e assegurar os níveis desejados de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores próprios e contratados, a CEMIG dá continuidade aos seus programas iniciados em períodos anteriores e mantém suas iniciativas inovadoras implementando novos programas objetivando garantir a saúde, segurança e bem-estar de seus empregados.

Foram continuadas as ações relativas ao Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, do Programa de Inclusão de Deficientes, a realização de campanhas de vacinação e doação de sangue, seminários de preparação para aposentadoria, entre outras ações.

Em 2007 a CEMIG realizou diversos treinamentos de segurança destacando-se aqueles relacionados a atividades de eletricidade, cursos técnicos e de reciclagem, totalizando 254.820 Hh treinados, além da promoção de Workshops, Encontros e Treinamentos.

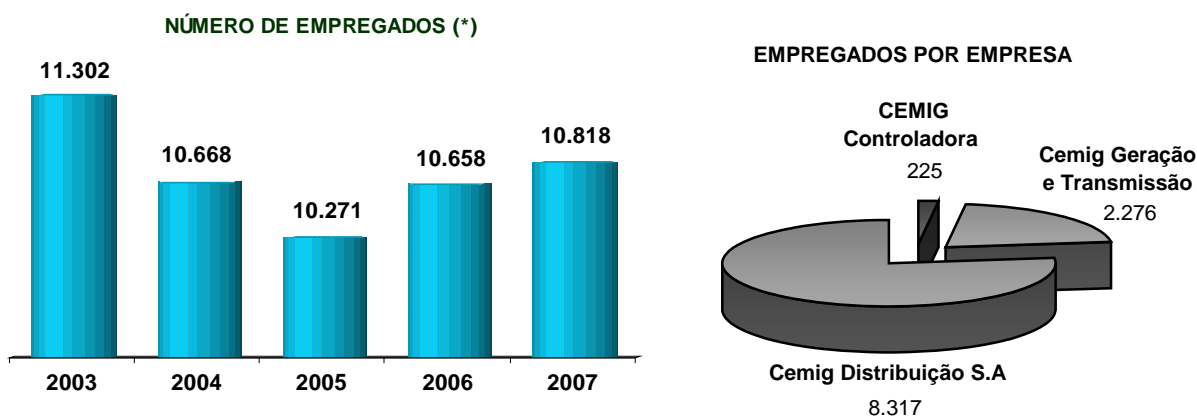
Relações Trabalhistas e Sindicais

Ao longo dos últimos 4 anos, a CEMIG vem negociando com as Entidades Sindicais mudanças na sua política de remuneração, com o objetivo de integrar os processos de gestão da RH à estratégia de negócios da Empresa, destacando-se a obtenção pela Assessoria de Relações Sindicais da certificação pela norma NBR ISO 9001:2000.

Provimento

Em complementação a reposição do quadro de pessoal da Empresa iniciado em 2006, foram admitidos em 2007, cerca de 242 novos empregados em cargos de nível médio técnico e superior, decorrentes da aprovação em concurso público realizado em janeiro de 2006.

Com o foco na Gestão Estratégica do Capital Humano, em outubro de 2007, a Empresa propiciou a abertura do Processo de Mobilidade Interna. Este processo está vinculado ao mérito de suprir demandas das diversas áreas da Empresa em consonância com a existência de vaga. A mobilidade teve por objetivo otimizar e viabilizar a adequação de empregados, associando os interesses dos empregados e as necessidades da Empresa, respeitados os critérios vigentes do Plano de Cargos e Remuneração e a viabilidade legal.



(*) Cemig Controladora, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão

Cultura e Sociedade

A CEMIG mantém um profundo envolvimento com a sociedade onde se insere. Um dos focos dessa questão está no patrocínio de projetos culturais e nas doações incentivadas às iniciativas de inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Em 2007, a CEMIG investiu R\$27,3 milhões em cultura e ações sociais, beneficiando diretamente a população de mais de 200 municípios, em Minas Gerais. A maioria dos projetos possui continuidade ou se caracteriza pela manutenção de espaços de formação cultural permanente, o que reforça a idéia de sustentabilidade, fator decisivo na construção da identidade e dignidade do cidadão.

Continuamos a investir nos festivais de extensão universitária dos maiores centros acadêmicos do Estado por entendê-los como a possibilidade de reflexão sobre a informação adquirida na sala de aula – a riqueza dessa proposta alcança a população das cidades onde eles acontecem. Manteve-se também o patrocínio de grandes e pequenos museus, bibliotecas públicas, academias de música e teatros.

Com a terceira edição do Programa “Filme em Minas”, reafirmamos a vocação da Empresa no apoio ao audiovisual. No Biênio 2007/2008, 34 projetos foram contemplados nas mais diversas categorias. Foram premiados, além dos longas e curtas-metragens, vídeos experimentais, documentários, projetos de pesquisa em desenvolvimento e literatura da área. Todos esses projetos com mão-de-obra, logística e locações no Estado de Minas Gerais.

Atenta ao acesso do público interno à leitura e às artes plásticas, a CEMIG mantém em sua sede uma galeria de arte, onde há 17 anos são montadas 11 exposições anuais de artistas de todo o país e uma biblioteca aberta, inclusive ao público externo, com aproximadamente 57 mil títulos. Além do acervo do edifício sede, uma biblioteca itinerante visitou outras 12 unidades administrativas da empresa, atendendo a novos leitores no interior e capital.

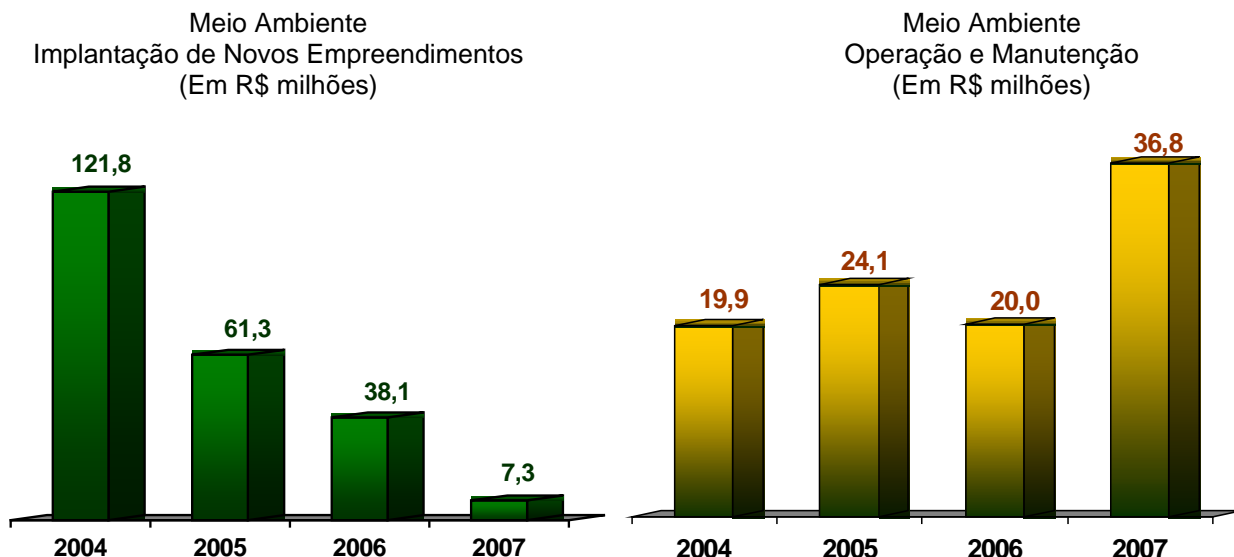
Assegurando a realização de festivais de teatro popular ou levando para fora do Brasil a expressão artística mineira, a Empresa investe na força transformadora da cultura e colhe junto à uma sociedade mais madura a compreensão da melhor utilização dos recursos naturais, do respeito pelo patrimônio e pelo bem comum.

Meio Ambiente

A Cemig possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam as atividades e direcionam os esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Tais princípios são traduzidos em ações que buscam imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em sua área de atuação, a Cemig realiza uma série de atividades que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas pode-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas, as reservas ambientais, os programas de preservação da flora e fauna, com destaque para programas relacionados à ictiofauna.

Através dessas ações, a Empresa busca a melhoria contínua na responsabilidade socioambiental. Os investimentos em meio ambiente nos últimos 4 anos foram superiores a R\$300 milhões, como segue:



Sistema de Gestão Ambiental

Na Cemig as áreas podem se certificar em Sistema de Gestão Ambiental – SGA, conforme a Norma ISO 14001/2004 ou adotar um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, o qual foi desenvolvido considerando-se os princípios da Norma NBR ISO 14001.

Em 2007, a Cemig manteve a certificação conforme a NBR ISO 14001/2004 das Usinas Hidrelétricas de Nova Ponte e Itutinga, a Estação Ambiental de Galheiro, a Gerência de Usinas do Oeste e a Assessoria da Superintendência de Geração.

Em 2007, foram certificadas:

- Usinas hidrelétricas:
 - São Simão, Miranda e Rosal (2.173 MW) certificadas na NBR ISO 14001:2004;
 - Emborcação e Salto Grande certificadas em SGA Nível 1 (1.296 MW).
- Transmissão:
 - Gerência de Operação e Manutenção da Transmissão Triângulo certificada em SGA Nível 1, NBR ISO 9001 e OHSAS 18001 – 2.121 Km de linha.
- Gerência de Segurança de Barragens certificada na NBR ISO 14001:2004; ISO 9001:2000 e OHSAS 18001.

Com a ampliação da implantação dos Sistemas de Gestão Ambiental, a capacidade instalada de geração de energia certificada passou de 1.939 MW em 2006 para 5.408 MW em 2007, o que representa 83% do total.

Desenvolvimento Sustentável

A Cemig foi selecionada, em 2007, como a líder mundial do supersetor de “utilities” no DJSI World – Índice Dow Jones de Sustentabilidade, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Essa conquista representa, também, o oitavo ano consecutivo da permanência da Cemig na seleta lista de empresas do DJSI World para o período 2007/2008. A Cemig se mantém no Índice, desde sua criação em 1999, sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse Índice. A participação consecutiva da Cemig no DJSI World reflete o compromisso da Empresa com o desenvolvimento sustentável empresarial na condução de suas atividades, incluindo práticas de governança corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade com a efetiva criação de valor para os acionistas.

Pela terceira vez consecutiva, a Cemig foi selecionada como componente do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo. A Cemig se mantém no Índice, desde sua criação em 2005. O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade no meio empresarial brasileiro.

Além disso, a Cemig busca contribuir com o desenvolvimento sustentável através de investimentos em programas de conservação e eficiência de energia e em pesquisas de novas fontes alternativas, tais como a energia solar e fotovoltaica, a energia eólica, a pesquisa de células de hidrogênio e o uso de gás natural.

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes pela questão ambiental. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos através da contratação de especialistas, que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

Em 2007, a Cemig obteve as licenças de operação de 8 linhas de transmissão e a renovação de licença da usina de Igarapava.

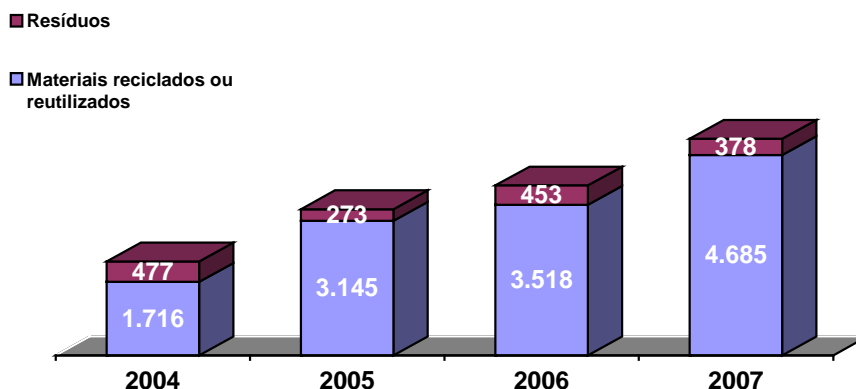
Além disso, a Cemig obteve a Dispensa de Licenciamento de 2 linhas de transmissão e 202 Subestações.

Gestão de Resíduos

A Cemig procura dar o destino mais adequado possível aos seus resíduos gerados. Em 2007, foram encaminhadas para reciclagem 320.875 lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para ao Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig, onde ocorre a separação do material para a reutilização ou alienação.

Foram alienados ou reciclados 4.685 toneladas de materiais e equipamentos, 31% a mais do que em 2006. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias. Além disso, foram regenerados e reutilizados pela própria Cemig 435 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos. Foram ainda co-processadas 41 toneladas de resíduos impregnados com óleo (luva, estopas e serragem) e 201 toneladas de óleo mineral isolante impróprios para utilização em equipamentos elétricos.

Total de materiais reciclados ou reutilizados e de resíduos encaminhados para co-processamento – 2004/2007 – (toneladas)



A elevação dos números de materiais reciclados ou reutilizados é reflexo da substituição das redes elétricas nos últimos anos, além da evolução na gestão e no processo de triagem dos materiais. Vale destacar que 4.108 das 4.685 toneladas de materiais foram alienados, proporcionando uma receita de R\$ 11,2 milhões.

Continua, desde 2002, a campanha de coleta seletiva no edifício sede da Cemig “Eu Amo Reciclar”. Durante o ano de 2007, foram recolhidos cerca de 107 toneladas de material reciclável, sendo 64 de papel, 26 de papelão e 17 de plástico, que foram repassados para a Organização Não-Governamental – ONG, Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte – Asmare.

Programas para a Ictiofauna (peixes)

Em 2007, foi lançado o Programa Peixe Vivo (<http://www.portalpeixe vivo.com.br/>) que prevê a criação e a ampliação de uma série de ações voltadas à preservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas mineiras onde existem usinas da Cemig. Esse programa está implementando canais de comunicação que possibilitem o envolvimento da comunidade. Para isso, o programa realiza a distribuição de material informativo e a promoção de palestras, reuniões e oficinas com a participação dos diversos segmentos da sociedade.

Como parte do programa e com o objetivo de repovoar e manter a biodiversidade dos reservatórios da Cemig e dos rios de Minas Gerais, foram realizados 140 peixamentos em todo estado, com a soltura de 808 mil alevinos de diferentes espécies de peixes nativas das bacias dos rios Grande, Paranaíba, São Francisco e Pardo. Essas ações ocorreram com a participação de 10.000 pessoas, entre alunos e representantes de diversos outros setores da sociedade, em mais de 70 municípios do Estado de Minas Gerais.

Flora, Fauna e Monitoramento da Qualidade de Água

As Estações Ambientais da Empresa possuem mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizadas para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas. Nessas áreas foram colhidos 700 Kg de sementes de um total de 120 espécies florestais nativas, que foram destinados aos Viveiros Florestais da Cemig e ao intercâmbio com outras instituições.

Além disso, foram produzidas 350.000 mudas de espécies nativas distribuídas para ONG's e órgãos públicos e plantados 25 ha de matas ciliares em parceria com produtores rurais.

Em relação à fauna, foram produzidos na Estação Ambiental de Peti, dentro do programa Profauna, as espécies: Pato-selvagem, Ananaí, Macuco, Cutia e Azulão, que foram posteriormente soltos nas demais Reservas do Patrimônio Natural - RPPN da Cemig. Além desses animais, nas unidades de conservação e instalações da empresa, cadastradas junto ao Ibama no projeto ASAS - Áreas de Soltura de Animais Silvestres, foram recuperados, readaptados e devolvidos à natureza 261 animais, provenientes de apreensões pela Polícia Ambiental e pelo próprio Ibama.

A Cemig monitora regularmente a qualidade da água de seus principais reservatórios, através de uma rede que contempla oito bacias hidrográficas (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), 34 sub-bacias diferentes perfazendo um total de 46 reservatórios e 247 estações de coleta de água.

Arborização Urbana

Para promover uma convivência harmoniosa entre as redes de distribuição e a arborização urbana, a Cemig realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais. Por meio de apresentações teóricas e de demonstrações práticas, os participantes recebem informações sobre implantação e manutenção de árvores urbanas e sobre espécies de árvores adequadas para a área urbana, entre outros assuntos.

Em parceria com a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - SBAU e com a International Society of Arboriculture - ISA, a Cemig promoveu, o *Seminário de Manejo de Arborização Urbana junto a Sistemas Elétricos*. O evento teve o objetivo de discutir e aprimorar as técnicas de manutenção de árvores junto a redes de distribuição de eletricidade, a partir do intercâmbio de informações entre os profissionais dessa área, além de estreitar o relacionamento entre prefeituras e concessionárias de energia elétrica.

Semana do Meio Ambiente

A Cemig realizou, no período de 11 a 22 de junho de 2007 a *Semana do Meio Ambiente 2007*, com o tema *Desenvolvimento Sustentável e Aquecimento Global*. O evento desse ano contou com a participação de mais de 4.000 estudantes do ensino fundamental de 40 escolas da rede pública, estadual e municipal de Belo Horizonte.

A escolha desse tema objetivou alertar ao público que a responsabilidade do combate ao aquecimento global não está apenas nas mãos do governo e organismos internacionais, mas é uma tarefa de todos. Dessa forma a Empresa busca contribuir para a difusão do conhecimento sobre aquecimento global e para a formação de cidadãos mais conscientes com um olhar diferenciado sobre a natureza, o futuro e o ser humano.

Programa de Educação Ambiental

A Cemig, em parceria com a Fundação Biodiversitas, a Cemig lançou a segunda etapa do *Programa Cemig de Educação Ambiental - Terra da Gente* http://www.cemig.com.br/meio_ambiente/terra_gente/index.htm. Nessa etapa o programa espera atingir 247 mil alunos de 774 escolas, localizadas em 235 municípios do Campo das Vertentes e do Sul de Minas.

O *"Terra da Gente"* foi criado com o propósito de promover a educação ambiental para alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Em todas as regiões onde é implementado, o *Terra da Gente* tem o apoio das universidades locais. Nessa nova etapa, o programa conta com o apoio da Universidade Federal de Lavras - Ufla e da Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ.

O Programa de Educação Ambiental desenvolvido nas Estações Ambientais e Usinas recebeu este ano, 19.544 alunos de diferentes escolas da capital e interior. Durante estas visitas, são transmitidas informações sobre geração de energia e sua relação com o meio ambiente, bem como mensagens sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de conservação dos ecossistemas.

Pesquisa e Desenvolvimento – Meio ambiente

A Cemig vem desenvolvendo diversos projetos na área ambiental de P&D Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, gerenciados pela ANEEL, juntamente com universidades e instituições de pesquisas.

Com recursos provenientes da ANEEL, 5 projetos de P&D relativos a meio ambiente estão em andamento nas áreas de Ictiofauna, Limnologia e aspectos ambientais afetos à operação de usinas, sistemas de transposição e recursos hídricos.

Em 2006 foi instalado o primeiro transformador 100% a óleo vegetal, em parceria com a ABB. Com os resultados positivos do primeiro transformador, em 2007, mais dois equipamentos foram implantados no Boulevard Arrudas, para atender a Linha Verde em Belo Horizonte. Essa experiência está possibilitando a disseminação da tecnologia para outras áreas de atuação da Empresa. A principal vantagem do óleo vegetal para o meio ambiente é o fato de ser biodegradável.

A CEMIG e a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, renovaram o contrato do Projeto de Monitoramento do Lobo-Guará para a realização da 6ª etapa. Esse projeto desenvolve a pesquisa sobre a ecologia do Lobo-Guará (*Chrysocyon brachyurus*) utilizando tecnologia de telemetria via satélite (sistema GPS) na Estação Ambiental de Galheiro - CEMIG, município de Perdizes, MG.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela CEMIG em 2007, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Prêmio Ambiental Ponto Terra:

Com o projeto *Aquecimento de Água com Energia Solar em Conjuntos Habitacionais*, a Cemig foi a vencedora do Prêmio Ambiental Ponto Terra - Minas 2007, na categoria empresa. A premiação, realizada pela Organização Ponto Terra, aconteceu durante a 7ª Conferência Latino-Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social - Ecolatina 2007. O projeto, pioneiro no País, é uma parceria da Cemig com a Companhia Habitacional do Estado de Minas Gerais - Cohab/MG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru. Iniciado em 2002, o projeto já beneficiou 1.671 famílias.

Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental 2007:

A Usina Hidrelétrica de Nova Ponte foi uma das vencedoras do Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental 2007 – PMGA, realizado pela União Brasileira para a Qualidade – UBRQ, como destaque nas práticas de gestão ambiental, inovadoras e diferenciadas. Atualmente, a usina é certificada nas normas internacionais de gestão ambiental, de segurança e saúde e de qualidade.

Prêmio Mineiro de Círculos de Controle de Qualidade

A Cemig foi a campeã da XVI Convenção Mineira de Círculos de Controle de Qualidade – CCQ e representou o Estado de Minas Gerais no XXIII Congresso Nacional de Círculos de Controle de Qualidade, realizado em Gramado – RS. O CCQ é um programa voluntário onde os integrantes das equipes são treinados nas ferramentas da Qualidade para a solução de problemas. A empresa foi representada pela Equipe Matrix com o trabalho “Óleo x Óleo” que apresentou uma solução inovadora para o problema da névoa de óleo que contamina os geradores de energia elétrica, que inclusive, gerou ganhos de R\$14 milhões em cada ciclo de manutenção periódica.

Prêmio de Responsabilidade Social

Os projetos Iluminando Vidas e Kit Escolar Solidário, desenvolvidos pelos empregados voluntários do Sul de Minas, foram finalistas do 4º Prêmio Assis Chateaubriand de Responsabilidade Social. O projeto Iluminando Vidas, uma parceria da Cemig, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – Apac e Usiparts, foi selecionado entre os dez melhores e recebeu o Troféu Assis Chateaubriand de Responsabilidade Social. O projeto Kit Escolar Solidário recebeu homenagem especial pela sua seleção entre os 20 projetos de maior relevância social da região.

Dow Jones

A Cemig é a única empresa da América Latina selecionada, pela edição 2007/2008 do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), como a líder mundial de um setor da economia mundial, ao lado de gigantes da América do Norte e da Europa. A Empresa foi apontada pelo índice como a melhor Empresa do supersector de utilities, que engloba as empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, distribuição de gás, saneamento e outros serviços de utilidade pública em todo o mundo. Criado há oito anos, o DJSI World se tornou uma referência mundial para investidores e administradores de recursos estrangeiros, que se baseiam em sua performance para tomar suas decisões de investimentos. A Cemig esteve presente em todas as edições do índice, desde a sua criação.

Iasc

Em pesquisa realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em que foram entrevistados mais de 19 mil consumidores de 64 concessionárias de energia do País, a Cemig foi escolhida como a melhor concessionária de energia elétrica da Região Sudeste do País, entre as que possuem mais de 400 mil consumidores, pelo Prêmio Iasc 2006 – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

ISE

Em 2007, a CEMIG foi selecionada, pela terceira vez consecutiva para o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. Desde a criação do índice, em 2005, a Empresa se mantém no índice, em que as empresas são avaliadas a partir de um questionário que reflete, além das características das empresas, sua atuação nas dimensões econômica, ambiental e social, governança corporativa e a natureza de seus produtos.

O ISE, após três anos de existência, vem se consolidando como uma referência para os investidores interessados em adquirir ações de empresas listadas na Bovespa e caracterizadas pela sua atuação voltada para a Sustentabilidade Empresarial. O índice também busca ser indutor de boas práticas de gestão no meio empresarial brasileiro.

Prêmio Proteção Brasil 2007

A Cemig recebeu o Prêmio Proteção Brasil 2007 na categoria melhor caso de segurança em eletricidade. O objetivo do prêmio, em sua terceira edição, é o reconhecimento ao esforço de empresas e profissionais para a melhoria das condições de saúde e segurança do trabalho. O case premiado aborda o processo de Implantação de vestimentas em tecido resistente à chama, um trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D da Cemig.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

A Cemig conquistou, pela quarta vez consecutiva, o Troféu Transparência (Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa) na categoria Empresas de Capital Aberto. A premiação foi conferida às 14 empresas que se destacaram por suas práticas de transparência contábil no último ano, sendo 10 de capital aberto e 4 de capital fechado. A premiação é oferecida, há onze anos, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi e a Serasa.

Guia Exame - Você S/A 2007 – “Lista das 150 Melhores Empresas para Trabalhar”

A Cemig foi escolhida a melhor entre as maiores empresas do País pesquisadas pelo Guia Você S/A Exame “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar 2007”. Foi a segunda vez consecutiva que a Cemig faz parte da relação de melhores empresas para se trabalhar, o que significa o reconhecimento dado pelo público interno ao acerto das práticas de gestão de pessoas que a Cemig vem implementando.

Relações com Investidores

A Cemig recebeu menção honrosa em três categorias durante o prêmio IR Magazine Awards Brazil 2007: Grand Prix do Melhor Programa de Relações com Investidores (empresas large cap), Melhor Sustentabilidade Socioambiental e Melhor Encontro com a Comunidade de Analistas de Investimentos. A menção honrosa é entregue aos cinco finalistas da premiação, que elege, todos os anos, os melhores profissionais de RI e as melhores empresas, em diferentes categorias, de acordo com o levantamento independente conduzido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG é grata ao Governador do Estado, Dr. Aécio Neves da Cunha, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO (não auditado)

1) Base de Cálculo	2007			2006		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	10.245.914			8.466.642		
Resultado Operacional (RO)	2.938.475			2.500.013		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	995.456			893.475		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	69.116	6,94	0,67	70.027	7,84	0,83
Encargos sociais compulsórios	250.884	25,20	2,45	235.734	26,38	2,78
Previdência privada	101.696	10,22	0,99	169.910	19,02	2,01
Saúde	30.683	3,08	0,30	28.812	3,22	0,34
Segurança e medicina no trabalho	9.657	0,97	0,09	9.078	1,02	0,11
Educação	1.158	0,12	0,01	1.081	0,12	0,01
Cultura	112	0,01	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.265	1,53	0,15	16.460	1,84	0,19
Creches ou auxílio-creche	1.651	0,17	0,02	1.608	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados	486.483	48,87	4,75	209.991	23,50	2,48
Outros	12.032	1,21	0,12	11.073	1,24	0,13
Total - Indicadores Sociais Internos	978.737	98,32	9,55	753.774	84,36	8,90
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.427	0,08	0,02	-	-	-
Cultura	27.277	0,93	0,27	14.341	0,57	0,17
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	15.295	0,52	0,15	21.134	0,85	0,25
Total das Contribuições para a Sociedade	44.999	1,53	0,44	35.475	1,42	0,42
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.426.622	184,67	52,96	5.658.967	226,36	66,84
Total - Indicadores Sociais Externos	5.471.621	186,21	53,40	5.694.442	227,78	67,26
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Investimentos relacionados com produção/operação da empresa	44.131	1,50	0,43	58.112	2,50	1,04
Investimentos com programas e/ou projetos externos*	-	-	-	-	-	-
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			10.818			10.658
Nº de admissões durante o período			252			529
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			140			396
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			4.164			3.346
Nº de mulheres que trabalham na empresa			1.469			1.454
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			6,81			7,7
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			3.363			3.299
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			9,09			9,30
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			53			ND
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007			Metas 2008		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa			17,80			ND
Número total de acidentes de trabalho			108			ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	(x) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve na empresa	() apóia no Procon	(x) organiza e incentiva na Justiça	() não se envolverá na empresa	() apoiará no Procon	(x) organizará e incentivará na Justiça
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	ND	ND	ND	ND	ND	ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %	ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2007:	11.470.199		Em 2006:	10.401.477	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	54,53% governo 8,57% acionistas	15,30% colaboradores (as) 14,03% terceiros	7,57% retido	54,41% governo 13,35% acionistas	15,63% colaboradores (as) 13,37% terceiros	3,24% retido
7) Outras informações						
I. Do total dos recursos utilizados em meio ambiente, no ano de 2006, cerca de R\$7,3milhões referem-se aos programas socioambientais implementados durante a construção de novas Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão.						
II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos. Merecem destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da empresa, totalizando, no ano de 2007, 321 mil lâmpadas. Além disso, aproximadamente 435 mil litros de óleo mineral isolante, retirados dos transformadores colocados foram de operação, foram regenerados pela própria Cemig e foram incorporados ao sistema elétrico.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possuem metas de redução.						
IV. Foram alienados ou reciclados 4.685 toneladas de material e equipamentos, 31% a mais do que em 2006. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.						
* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".						

A CEMIG EM NÚMEROS

(dados consolidados, exceto se indicado de outra forma)

Descrições	2003	2004	2005	2006	2007
Atendimento					
Número de consumidores (em milhares)	5.744	5.875	6.010	10.042	10.321
Número de empregados	11.302	10.668	10.271	10.658	10.818
Número de consumidores por empregado	508	551	585	675	954
Número de localidades atendidas	5.415	5.415	5.415	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774	774	805	805
Mercado					
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478	567.478	578.448	578.448
Geração Própria (GWh) (1)	27.025	26.922	30.411	32.187	33.130
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)					
Residencial	356,95	416,26	474,23	487,52	505,73
Comercial	305,89	356,03	410,81	435,97	449,51
Industrial	132,39	154,38	124,41	128,04	136,93
Rural	186,42	214,42	249,13	265,27	270,65
DEC (horas)	10,74	10,93	12,21	13,03	13,14
FEC (número de interrupções)	6,42	6,58	6,78	6,43	6,39
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	54	55	61	65	66
Operacionais					
Número de Usinas em Operação	48	52	54	61	62
Número de Subestações	427	434	440	469	472
Linhas de Transmissão (Km)	4.829	4.856	4.892	5.364	5.313
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.185	16.086	16.040	16.788	16.676
Linhas de Distribuição (Km)					
Urbana	82.867	83.527	84.585	93.850	91.412
Rural	276.437	283.910	294.815	308.689	337.987
Capacidade Instalada (MW)	5.771	5.949	6.113	6.692	6.678
Financeiros					
Receita operacional – R\$ milhões	7.968	9.748	11.703	13.431	15.790
Receita operacional líquida – R\$ milhões	5.223	6.611	7.313	8.467	10.246
Margem operacional - %	22,99	28,69	33,68	30,11	32,16
LAJIDA ou EBITDA – R\$ milhões	1.771	2.480	3.058	3.222	4.073
Lucro líquido (Prejuízo) – R\$ milhões	1.198	1.385	2.003	1.719	1.735
Lucro líquido (Prejuízo) (Controladora)	2,46	2,85	4,12	3,53	3,57
Patrimônio líquido – R\$ milhões	6.559	7.251	7.185	7.522	8.390
Valor patrimonial por ação (Controladora) (2)	13,48	14,91	14,77	15,46	17,25
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	21,08	21,11	27,63	23,92	23,07
Endividamento do patrimônio líquido - %	128,67	131,15	175,55	206,03	189,23
Liquidez Corrente	0,73	0,86	0,91	1,11	1,32
Liquidez Geral	0,74	0,79	0,78	0,73	0,76

(1) Já estão descontadas as perdas atribuídas à geração (652 GWh) e o consumo interno das usinas.

(2) Calculados considerando a quantidade de ações existentes em 31 de dezembro de 2007.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos

Marcio Araujo de Lacerda
Djalma Bastos de Moraes
Aécio Ferreira da Cunha
Alexandre Heringer Lisboa
Antônio Adriano Silva
Francelino Pereira dos Santos
Maria Estela Kubitschek Lopes
Wilson Nélio Brumer
Wilton de Medeiros Daher
Carlos Augusto Leite Brandão
Andréa Paula Fernandes Pansa
Evandro Veiga Negrão de Lima
José Augusto Pimentel Pessôa
Haroldo Guimarães Brasil

Membros Suplentes

Francisco de Assis Soares
Lauro Sérgio Vasconcelos David
Eduardo Lery Vieira
Franklin Moreira Gonçalves
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Fernando Henrique Schuffner Neto
Guilherme Horta Gonçalves Júnior

Eduardo Leite Hoffmann
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim
Andréa Leandro Silva
Nohad Toufic Harati
Antônio Renato do Nascimento

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Luiz Otávio Nunes West
Celene Carvalho de Jesus
Thales de Souza Ramos Filho

Membros Suplentes

Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Ronald Gastão Andrade Reis
Leonardo Guimarães Pinto
Ari Barcelos da Silva
Aliomar Silva Lima

DIRETORIA EXECUTIVA

Nome

Djalma Bastos de Moraes
José Carlos de Mattos
Luiz Fernando Rolla
Fernando Henrique Schuffner Neto
José Maria de Macedo
Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga

Cargo

Diretor-Presidente e, cumulativamente, Diretor Vice-Presidente
Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Diretor de Geração e Transmissão
Diretor de Distribuição e Comercialização
Diretor de Gestão Empresarial
Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028
Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br
E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 5)	2.066.219	1.402.047	21.953	23.834
Consumidores e Revendedores (nota 6)	2.025.124	2.074.983	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	450.817	355.599	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	474.450	358.205	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	810.293	284.197	32.996	12.443
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	519.699	459.898	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	31.426	123.056	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	489.757	125.790	92.975	24.047
Dividendos a Receber	-	-	1.383.893	1.152.772
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	57.593	107.959	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	463.491	791.231	-	-
Estoques	42.415	34.980	-	17
Outros Créditos	290.726	276.655	9.831	6.921
TOTAL DO CIRCULANTE	7.722.010	6.394.600	1.541.648	1.220.034
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 14)	1.763.277	1.726.293	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (nota 14)	-	-	772.891	744.502
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 8)	721.529	979.008	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 10)	177.842	159.738	-	-
Créditos Tributários (nota 12)	694.888	678.592	174.557	280.457
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 9)	13.646	34.637	-	-
Tributos Compensáveis (nota 11)	365.101	601.091	259.626	289.024
Depósitos Vinculados a Litígios	271.915	254.905	92.843	82.923
Consumidores e Revendedores (nota 6)	125.986	100.734	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 15)	60.880	215.559	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 13)	81.742	127.488	-	-
Outros Créditos	38.427	24.793	7.834	4.632
Total do Realizável a Longo Prazo	4.315.233	4.902.838	1.307.751	1.401.538
Permanente				
Investimentos (nota 16)	1.070.854	998.875	7.068.513	6.838.844
Imobilizado (nota 17)	10.563.200	10.335.426	1.986	1.701
Intangível (nota 17)	531.724	494.231	506	790
Diferido	63.482	82.746	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.544.493	16.814.116	8.378.756	8.242.873
ATIVO TOTAL	24.266.503	23.208.716	9.920.404	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 18)	935.905	913.773	11.781	6.346
Encargos Regulatórios (nota 21)	395.894	436.535	-	-
Participações nos Lucros (nota 33)	102.329	74.038	6.642	5.450
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	1.078.159	994.577	39.192	22.991
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar (nota 25)	881.457	1.373.828	881.457	1.373.828
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	969.603	800.434	5.735	6.792
Debêntures (nota 20)	50.638	33.514	-	-
Salários e Contribuições Sociais	236.285	185.017	9.168	7.672
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	549.133	328.143	-	-
Passivo Regulatório – Revisão da Receita de Transmissão (nota 23)	15.717	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	107.061	139.113	4.362	5.933
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 36)	166.448	176.575	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	76.949	3.025
Outras Obrigações	372.806	293.183	30.772	21.476
TOTAL DO CIRCULANTE	5.861.435	5.748.730	1.066.058	1.453.513
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores (nota 18)	340.792	271.928	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 10)	196.140	119.907	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 20)	4.961.138	5.620.190	73.587	73.587
Debêntures (nota 20)	1.657.655	1.194.799	-	30.009
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 19)	319.140	449.521	85.179	96.851
Provisões para Contingências (nota 24)	634.786	534.980	254.197	229.714
Obrigações Pós-Emprego (nota 22)	1.363.833	1.450.850	51.176	56.749
Outras Obrigações	136.622	107.660	30	31
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.610.106	9.749.835	464.169	486.941
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (nota 16)	86.236	90.080	-	-
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	318.549	97.618	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (nota 25)	2.432.307	1.621.538	2.432.307	1.621.538
Reservas de Capital (nota 25)	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros (nota 25)	1.898.525	1.841.570	1.898.525	1.841.570
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.390.177	7.522.453	8.390.177	7.522.453
PASSIVO TOTAL	24.266.503	23.208.716	9.920.404	9.462.907

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 26)	13.285.332	11.135.000	-	-
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (nota 27)	1.945.930	1.789.471	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 28)	558.269	506.900	40.738	1.457
	15.789.531	13.431.371	40.738	1.457
Deduções à Receita Operacional (nota 29)	(5.543.617)	(4.964.729)	(4.195)	(81)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.245.914	8.466.642	36.543	1.376
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS (nota 30)				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.793.722)	(2.112.673)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(649.737)	(663.851)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(154.241)	(157.732)	-	-
	(3.597.700)	(2.934.256)	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO (nota 30)				
Pessoal e Administradores	(866.377)	(992.765)	-	-
Entidade de Previdência Privada	(110.354)	(159.647)	-	-
Materiais	(89.930)	(78.519)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(58.409)	(36.812)	-	-
Serviços de Terceiros	(500.828)	(411.318)	-	-
Depreciação e Amortização	(748.196)	(626.926)	-	-
Provisões Operacionais	(49.914)	(23.976)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(134.102)	(138.955)	-	-
Outras	(168.285)	(127.903)	-	-
	(2.726.395)	(2.596.821)	-	-
CUSTO TOTAL	(6.324.095)	(5.531.077)	-	-
LUCRO BRUTO	3.921.819	2.935.565	36.543	1.376
DESPESA OPERACIONAL (nota 30)				
Despesas com Vendas	(235.837)	(152.719)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(319.886)	(78.139)	(74.071)	17.472
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(71.516)	(155.020)	-	-
	(627.239)	(385.878)	(74.071)	17.472
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras	3.294.580	2.549.687	(37.528)	18.848
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.911.530	1.594.595
Resultado Financeiro Líquido (nota 31)	(356.105)	(49.674)	1.343	108.659
Lucro Operacional	2.938.475	2.500.013	1.875.345	1.722.102
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (nota 32)	(10.356)	(36.795)	(11.043)	(10.223)
Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias	2.928.119	2.463.218	1.864.302	1.711.879
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 12)	(1.025.851)	(599.300)	(126.672)	26.217
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 12)	403.546	71.704	10.107	(9.934)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado (nota 33)	(454.885)	(209.991)	(12.288)	(9.321)
Lucro antes das Participações Minoritárias	1.850.929	1.725.631	1.735.449	1.718.841
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	(115.480)	(6.790)	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$			3,57	3,53

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	1.621.538	4.032.222	1.503.972	-	27.123	7.184.855
Reversão de Dividendos	-	-	538	-	-	538
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.718.841	-	1.718.841
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	85.942	(85.942)	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$1,04 por lote de mil ações)	-	-	-	(169.067)	-	(169.067)
Dividendos Complementares (R\$4,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(715.714)	-	(715.714)
Retenção de Lucros	-	-	241.298	(241.298)	-	-
Dividendos Extraordinários (R\$3,07 por lote de mil ações)	-	-	-	(497.000)	-	(497.000)
Reserva Estatutária	-	-	9.820	(9.820)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	1.621.538	4.032.222	1.841.570	-	27.123	7.522.453
Aumento de Capital	810.769	-	(810.769)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.735.449	-	1.735.449
Destinação do Lucro proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	86.772	(86.772)	-	-
Dividendos (R\$1,78 por ação)	-	-	-	(867.725)	-	(867.725)
Retenção de Lucros	-	-	780.952	(780.952)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	2.432.307	4.032.222	1.898.525	-	27.123	8.390.177

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006 Reclassificado
ORIGENS DOS RECURSOS				
Das Operações				
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
Despesas (Receitas) que não afetam o Capital Circulante				
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.084	21.596	-	4.182
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.911.530)	(1.594.595)
Obrigações Pós-Emprego	123.007	169.910	5.144	7.871
Juros e Variações Monetárias de Longo Prazo	(468.159)	(392.919)	(62.013)	(179.340)
Imposto Federais Diferidos	(403.546)	(71.704)	(10.107)	(9.934)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	174.832	86.154	26.594	29.217
Provisão (Reversão) para Perdas Operacionais	117.406	(124.208)	19.064	(142.565)
Outros	114.359	(27.582)	13.136	19.978
Recursos originados das operações	2.201.576	2.052.345	(183.562)	(145.651)
De Terceiros e Acionistas				
Financiamentos Obtidos	1.055.910	2.265.902	-	30.000
Alienação de Participação Societária	49.234	-	-	-
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	7.267	26.611
Reversão de Dividendos	-	538	-	538
Dividendos a Receber de Controladas	-	-	1.675.779	1.480.255
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	122.007	78.760	-	-
Obrigações Especiais	267.897	304.642	-	-
	1.495.048	2.649.842	1.683.046	2.437.404
Outras Origens				
Ativo Circulante Líquido Inicial de Controladas Adquiridas	-	262.390	-	-
Redução do Realizável a Longo Prazo	-	21.045	-	-
Transferência do Realizável a Longo Prazo para o Circulante				
Despesas Antecipadas – CVA	107.689	54.351	-	-
Ativo Regulatório –PIS/COFINS	129.671	184.071	-	-
Créditos Tributários	285.974	-	105.900	-
Tributos Compensáveis	246.070	-	29.398	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	390.483	300.898	-	-
Reajuste Tarifário Diferido	181.546	764.139	-	-
Revendedores – Transações com energia livre	29.264	94.430	-	-
Outros	138.399	86.732	3.854	15.723
	1.509.096	1.768.056	139.152	15.723
TOTAL DAS ORIGENS	5.205.720	6.470.243	1.638.636	2.307.476
APLICAÇÕES DOS RECURSOS				
Tributos Compensáveis	-	348.816	-	288.889
Aumento do Realizável a Longo Prazo	41.776	-	-	-
Créditos Tributários transferidos do Ativo Circulante para o Não Circulante	-	80.638	-	37.191
Depósito Judicial	17.068	120.428	9.920	-
Despesas Antecipadas – CVA Transferência do Ativo Circulante para o não Circulante	-	50.697	-	-
Em Investimentos	108.933	552.681	7.055	569.574
No Imobilizado	1.392.868	1.469.762	702	-
No Diferido	4.405	1.998	-	-
Juros sobre Capital Próprios e Dividendos	867.725	1.381.781	867.725	1.381.781
Transferência do Passivo Não Circulante para o Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	1.178.950	430.217	30.246	-
Tributos e Contribuição Social	64.032	346.753	-	-
Fornecedores – Suprimento	56.892	136.010	-	-
Obrigações Pós-Emprego	194.328	220.073	10.717	8.899
Encargos Regulatórios	-	34.683	-	-
Passivos Regulatórios – CVA	58.757	20.689	-	-
Outras	5.281	107.303	3.202	15.236
TOTAL DAS APLICAÇÕES	3.991.015	5.302.529	929.567	2.301.570
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.214.705	1.167.714	709.069	5.906
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE				
No fim do exercício				
Ativo Circulante	7.722.010	6.394.600	1.541.648	1.220.034
Passivo Circulante	(5.861.435)	(5.748.730)	(1.066.058)	(1.453.513)
	1.860.575	645.870	475.590	(233.479)
No início do exercício-	645.870	(521.844)	(233.479)	(239.385)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	1.214.705	1.167.714	709.069	5.906

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 31 de dezembro de 2007 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não auditadas pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária nas seguintes controladas em desenvolvimento:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.

- Guanhães Energia S.A. (controlada em conjunto – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis, ambas no Estado de Minas Gerais. As usinas encontram-se em fase de construção com previsão de início de operação em 2009, e totalizarão uma capacidade instalada de 44MW.

- Cemig Baguari Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente. A Cemig Geração e Transmissão tem a expectativa de transferência dos ativos do Consórcio Baguari para essa controlada. Essa usina tem a sua previsão de entrada em operação para 2009.

- Madeira Energia S.A. – (controlada em conjunto – participação de 10,00%) – Implementação, construção, operação e exploração da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com potência de 3.150 MW (informação não auditada) e previsão de início de operação comercial em 2012.

- ☐ Cemig Distribuição S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;

- ☐ Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 52,25% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,9 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, com 855 MW de capacidade instalada;

- Sá Carvalho S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto – participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada – participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- Efficientia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- Rosal Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- Cemig PCH S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 Kv conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;

- Cemig Trading S.A. (controlada – participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora 345 Kv;
- Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto – participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí 230 Kv;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto – participação de 18,19%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 Kv com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 Kv, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto – participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 Kv, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto – participação de 15,79%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 Kv, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto – participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 Kv, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2007:

- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto – participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 Kv;
- Transchile Charrua Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrua – Nueva Temuco, 220 Kv e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.
- Focus Soluções Tecnológicas S.A. (“AXXIOM”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Constituída em agosto de 2007 com o objetivo de prestar serviços completos de implementação e gestão de sistemas para empresas do setor de energia elétrica. O início de operações está previsto para o exercício de 2008.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações; normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados e divulgados integralmente no encerramento do último exercício social.

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética – PEE, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Conta de Consumo de Combustível – CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados no exercício de 2006..

Em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007 da previsão de pagamento de participação nos resultados aos empregados e administradores, essa participação passou a ser registrada como redutora do Lucro Líquido antes dos impostos e participações estatutárias, sendo que até 2006 era registrada na rubrica de Despesa com Pessoal.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a CEMIG está apresentando, como informação complementar, nos Anexos I, II e III, as demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por empresa, respectivamente. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, no contexto do registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (“SEC”).

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Essas alterações tiveram como objetivo aumentar a transparência das Demonstrações Financeiras das companhias brasileiras e a eliminação de algumas barreiras regulatórias que dificultavam o processo de convergência dessas Demonstrações aos princípios contábeis internacionais de contabilidade – IFRS:

As principais alterações constantes da Lei, com vigência a partir de 2008, com possibilidade de impactar as Demonstrações Financeiras da Companhia estão descritas abaixo:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado – DVA no conjunto das demonstrações financeiras elaboradas, divulgadas e que devem ser aprovadas pela assembleia geral ordinária – AGO.

- Criada uma nova possibilidade, além da originalmente prevista na lei societária, de segregação entre a escrituração mercantil e a escrituração tributária, ao estabelecer a alternativa para a companhia adotar na sua escrituração mercantil, e não apenas em livros auxiliares, as disposições da lei tributária, desde que, em seguida, depois de apurado o lucro base para tributação, sejam efetuados os ajustes necessários para que as demonstrações financeiras estejam em consonância com a Lei das S.A e os princípios fundamentais de contabilidade;
- Criação de dois novos subgrupos de contas: o Intangível, no ativo permanente e os Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido; O subgrupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, a avaliação de determinados instrumentos financeiros e, ainda, os ajustes de conversão em função da variação cambial de investimentos societários no exterior, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;
- Novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos. Esses instrumentos financeiros serão classificados em três categorias (destinadas à negociação, mantidas até o vencimento e disponíveis para venda) e a sua avaliação pelo custo mais rendimentos ou pelo valor de mercado será feita em função da sua classificação em uma dessas categorias;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo, ainda pendente de regulamentação específica pela CVM;
- Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado.
- Eliminação da possibilidade de serem efetuadas reavaliações espontâneas do ativo imobilizado.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir, ainda em 2008, o seu processo normativo para os dispositivos da lei societária que foram alterados e que necessitem de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Os efeitos decorrentes das alterações nas classificações contábeis de determinadas transações, conforme mencionado anteriormente, são como segue:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado Valor (R\$)</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação		Deduções da Receita Operacional	
Programa de Eficiência Energética – PEE	104.530	Programa de Eficiência Energética – PEE	(104.530)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	333.983	Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(333.983)
Conta Consumo de Combustível – CCC	554.448	Conta Consumo de Combustível – CCC	(554.448)
Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	38.521	Pesquisa e Desenvolvimento –P&D	(38.521)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	29.615	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(29.615)
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	15.031	Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	(15.031)
	<u>1.076.128</u>		<u>(1.076.128)</u>

Conta Original	Controladora	Consolidado	Conta de Reclassificação	Controladora	Consolidado
	Valor (R\$)	Valor (R\$)		Valor (R\$)	Valor (R\$)
Custos Operacionais – Custo de Operação			Resultado		
Pessoal e Administradores	9.321	209.991	Participação dos Empregados	(9.321)	(209.991)
	<u>9.321</u>	<u>209.991</u>		<u>(9.321)</u>	<u>(209.991)</u>
Ativo Circulante			Ativo Circulante		
Outros Créditos	(445)	(26.546)	Disponibilidades	445	26.546
	<u>(445)</u>	<u>(26.546)</u>		<u>445</u>	<u>26.546</u>
Passivo Circulante			Passivo Circulante		
Outras Obrigações	(3.025)	-	Dívidas com Pessoas Ligadas	3.025	-
	<u>(3.025)</u>	<u>-</u>		<u>3.025</u>	<u>-</u>

2.2) Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

Em 21 de fevereiro de 2008 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e o conseqüente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.3) Principais Práticas Contábeis

(a) Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

Despesas de Administração – São apropriadas mensalmente ao custo do imobilizado em curso, mediante rateio de até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados.

Atividades de Controlada não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica – Referem-se basicamente aos consórcios para produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, estando registrada a quota-parte da controlada no Grupo de Investimentos, como descrito na Nota Explicativa nº 16. Os saldos de ativo, passivo, receitas e despesas referentes às operações mencionadas são controlados mensalmente através de registros e demonstrações financeiras específicas elaboradas pelos Consórcios, em atendimento a determinação do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela ANEEL.

(b) Práticas Contábeis Gerais

Disponibilidades – Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, e aplicações financeiras com disponibilidade imediata, avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Consumidores e Revendedores – O fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado na data do balanço é contabilizado pelo regime de competência.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – É constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com consumidores e revendedores. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na Nota Explicativa nº 6.

Estoques – São avaliados ao custo médio de aquisição, sendo que os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado, não sendo depreciados.

Custos não controláveis – CVA – As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados “Parcela A”) utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cemig Distribuição e Light e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.

Investimentos – As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as demais participações societárias permanentes avaliadas pelo custo de aquisição, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado – Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação e aqueles adquiridos ou formados até 31 de dezembro de 1995 foram corrigidos monetariamente até aquela data.

Depreciação e Amortização – São calculadas sobre o saldo das Imobilizações em Serviço e Investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão – São registradas pelo valor recebido de clientes, demonstradas como retificadoras do Imobilizado. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício circular SFF/ANEEL nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passarão a ser amortizadas a partir da 2ª. Revisão Tarifária Periódica (março de 2008) por taxa a ser definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes – Os sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais são apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos das provisões para perdas, quando aplicável.

Capitalização de Encargos de Empréstimos e Financiamentos – Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às Obras em Andamento são apropriados às Imobilizações em Curso e consórcios durante o período de construção.

Obrigações Pós-Emprego – Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são determinados anualmente e reconhecidos como obrigações e registrados com base em avaliação realizada por atuários independentes, utilizando o Método de Crédito Unitário Projetado para determinação do valor presente das obrigações, em conformidade com a Deliberação CVM nº. 371/00.

Juros sobre o Capital Próprio – Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados contabilmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Financeiras como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – São provisionados ou constituídos créditos sobre adições temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Resultado de Exercícios Futuros – Refere-se ao deságio apurado pela controlada RME na aquisição da Light S.A., com base na expectativa de rentabilidade futura da Companhia adquirida e amortização durante o período da concessão (2026).

Participações dos Empregados – São provisionadas em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas como redutoras do Lucro antes dos Impostos e Participações Estatutárias, em função da inclusão no Estatuto Social da Companhia em 2007.

Resultado – As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de exercício.

Lucro Líquido por Lote de Mil Ações – É calculado com base no número de ações, excluídas as Ações em Tesouraria, na data dos balanços.

Uso de Estimativas – A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração se utilize de estimativas para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas da CEMIG e Controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto às Obrigações Pós-Emprego, como divulgado na nota acima. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa de Racionamento, do Acordo Geral do Setor Elétrico, operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Custos não Controláveis – CVA, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Créditos Tributários, Obrigações Pós-Emprego, Depreciação, Provisões para Contingências e Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica.

Provisões – Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3) – PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora nos patrimônios líquidos das empresas investidas, bem como os saldos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

A parcela relativa às participações minoritárias no Patrimônio Líquido das controladas é apresentada de forma destacada no passivo.

As demonstrações financeiras da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas dos princípios fundamentais de contabilidade chilenos para os brasileiros, com a conversão dos pesos chilenos para Reais com base na última cotação do ano.

Deve ser ressaltado que, a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar proporcionalmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo incluídos os resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

4) – DAS CONCESSÕES

A CEMIG e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Informações não auditadas		
		Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO				
Usinas Hidrelétricas -				
São Simão	Rio Paranaíba	1.710,000	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	1.192,000	07/1975	07/2005
Nova Ponte	Rio Araguari	510,000	07/1975	07/2005
Jaguara	Rio Grande	424,000	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	408,000	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	396,000	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	380,000	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	360,000	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	161,700	11/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	102,000	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	88,200	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	86,625	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	52,000	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	50,526	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	44,210	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	46,000	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	37,333	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	30,450	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	18,012	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	14,000	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	78,000	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	55,000	04/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	23,000	12/2005	04/2032
Outras	Diversas	115,210	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	17,243	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	49,638	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	13,063	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	23,904	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	7,446	07/1996	06/2026
		6.493,560		
Usina Eólica -				
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	1,000	03/2000	-
Usinas Termelétricas -				
Igarapé	Juatuba – MG	131,000	01/2005	08/2024
Formoso	Formoso – MG	0,440	04/1999	-
Ipatinga	Ipatinga – MG	40,000	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte	11,398	02/2006	04/2023
		182,838		
Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas				
UHE Baguari	Rio Doce	47,600	08/2006	08/2041
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	13,230	07/2000	07/2030
PCH Dolores dos Guanhões	Rio Guanhões	6,860	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhões	4,410	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhões	5,880	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhões	4,410	10/2002	10/2032
		82,390		
TOTAL GERAÇÃO		6.759,788		
TRANSMISSÃO				
Rede Básica	Minas Gerais	-	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	-	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	-	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	-	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	-	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	-	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	-	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	-	11/2000	11/2030
Projetos em Andamento				
Transchile – LT Charrua – Nova Temuco	Chile	-	04/2005	07/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	-	03/2005	03/2035

	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Informações não auditadas	
			Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
DISTRIBUIÇÃO				
Norte	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	-	04/1997	02/2016
Light	Rio de Janeiro	-	07/1996	06/2026

As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da CEMIG nas controladas e também em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 16.

Renovação de concessões de usinas de geração de energia elétrica

Em 14 de junho de 2007, através da Portaria MME 124/2007, o Ministério das Minas e Energia (MME) renovou o prazo de concessão para a Cemig Geração e Transmissão, por um período de 20 anos a contar da data de vencimento, para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW (informações não auditadas).

A prorrogação das concessões terá eficácia com a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 007/97 – que observará as normas e condições estabelecidas pela legislação pertinente, bem como aquelas previstas na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e seus respectivos regulamentos. O processo se encontra sob análise e instrução na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a assinatura do Termo Aditivo se dará provavelmente no primeiro semestre de 2008.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a CEMIG Geração e Transmissão S.A. se comprometeu a efetuar pagamentos ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 31/12/07	Valor Presente em 31/12/07	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	292.393	75.387	08/2001 a 07/2032	IGP-M
Irapé	29.356	10.471	03/2006 a 02/2035	IGP-M
Capim Branco (Consórcio)	18.444	6.398	09/2007 a 08/2035	IGP-M
Queimado (Consórcio)	7.753	2.943	01/2004 a 12/2032	IGP-M

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado no exercício de 2007 corresponderam a, R\$1.000, R\$284, R\$155 e R\$97, respectivamente.

O valor presente das concessões de Porto Estrela, Irapé, Capim Branco e Queimado foi calculado a uma taxa de 10,00% ao ano e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$1.019, R\$624, R\$294 e R\$97, (valor nominal de R\$1.070, R\$657, R\$308 e R\$102,), respectivamente.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente prevêem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, entretanto, a Companhia reconhece as despesas incorridas em contrapartida ao Passivo Não Circulante – Exigível a longo prazo - Outros, de forma linear, tendo como base o valor nominal corrigido, conforme indicado anteriormente, em atendimento ao princípio da competência de exercícios.

No término da concessão, o valor residual dos empreendimentos deverá ser ressarcido pelo Poder Concedente a Companhia.

5) – DISPONIBILIDADES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Contas Bancárias	443.490	134.324	5.739	1.847
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	1.351.880	1.028.630	16.214	21.987
Letras Financeiras do Tesouro	97.101	67.174	-	-
Letras do Tesouro Nacional	105.869	141.527	-	-
Outros	67.879	30.392	-	-
	1.622.729	1.267.723	16.214	21.987
	2.066.219	1.402.047	21.953	23.834

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições financeiras nacionais e contratadas em condições e taxas normais de mercado, sendo que estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia.

6) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Consolidado					
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2007	2007	2007	2007	2006
Residencial	443.580	199.704	210.296	853.580	809.616
Industrial	321.968	58.049	274.192	654.209	673.544
Comércio, Serviços e Outras	265.628	68.044	97.928	431.600	432.835
Rural	66.734	21.765	20.012	108.511	91.360
Poder Público	62.827	16.291	30.311	109.429	93.065
Iluminação Pública	99.839	9.869	18.746	128.454	122.928
Serviço Público	50.432	5.597	5.167	61.196	164.644
Subtotal – Consumidores	1.311.008	379.319	656.652	2.346.979	2.387.992
Suprimento a Outras Concessionárias	140.305	135	902	141.342	145.904
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(463.197)	(463.197)	(458.913)
	1.451.313	379.454	194.357	2.025.124	2.074.983

Controladora					
Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2007	2007	2007	2007	2006
Residencial	-	-	6.712	6.712	29.363
Industrial	-	-	38.315	38.315	42.044
Comércio, Serviços e Outras	-	-	10.160	10.160	22.031
Rural	-	-	4.087	4.087	5.245
Poder Público	-	-	1.357	1.357	1.452
Iluminação Pública	-	-	2.666	2.666	2.676
Serviço Público	-	-	1.029	1.029	1.113
Subtotal – Consumidores	-	-	64.326	64.326	103.924
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(64.326)	(64.326)	(103.924)
	-	-	-	-	-

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Encontram-se registrados no Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo) valores a receber, no montante de R\$44.469 em 31 de dezembro de 2007 (R\$50.357 em 31 de dezembro de 2006), referentes às renegociações de débitos com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, a serem quitados até setembro de 2012 e março de 2010, respectivamente.

Encontra-se registrado o valor de R\$90.834 referente créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de conclusão dessa ação judicial ainda no exercício de 2008 e que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Residencial	174.226	159.599	6.713	29.363
Industrial	163.953	132.065	38.314	42.044
Comércio, Serviços e Outras	74.932	86.335	10.160	22.031
Rural	12.595	12.922	4.087	5.245
Poder Público	20.538	17.848	1.357	1.452
Iluminação Pública	13.235	13.990	2.666	2.676
Serviço Público	3.718	36.154	1.029	1.113
	463.197	458.913	64.326	103.924

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2007 é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	458.913	103.924
Constituição (reversão) de Provisão	143.190	(6.994)
Baixa de Contas a Receber	(138.906)	(32.604)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	463.197	64.326

Os critérios para constituição da provisão, conforme definição da ANEEL, são como segue: (i) para os consumidores com débitos relevantes, é efetuada uma análise individual do saldo, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais, (ii) para os demais consumidores, são provisionados integralmente os débitos vencidos há mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para consumidores comerciais e mais de 360 dias para as demais classes de consumidores.

7) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2007	2006
Ativos		
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A" – Nota nº 8	1.172.346	1.334.607
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 9	45.072	157.693
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 13	545.233	918.719
PIS/COFINS e PASEP – Nota nº 15	118.473	323.518
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 10	697.541	619.636
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	3.089	-
Recuperação dos Descontos na TUSD	3.327	1.997
Subvenção Baixa Renda	116.361	30.987
	2.701.442	3.387.157
Passivos		
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 18	(342.370)	(352.039)
Compra de Energia durante o Racionamento – Nota nº 18	(51.600)	(78.989)
Revisão da Receita de Transmissão – nota nº 23	(23.448)	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 10	(745.273)	(448.050)
Revisão da Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	(15.955)	-
	(1.178.646)	(879.078)
Impostos, Taxas e Contribuições – Obrigações Diferidas – Nota nº 19	(625.712)	(957.085)
	(1.804.358)	(1.836.163)
Total	897.084	1.550.994

8) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, um acordo denominado “Acordo Geral do Setor Elétrico”, que definiu os critérios para garantia do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento, através de uma Recomposição Tarifária Extraordinária (“RTE”), estendida para compensação da variação dos custos não gerenciáveis da Parcela “A” ocorridos no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores.
- Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”).

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada na proporção de 64,29% e 35,71% para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre, respectivamente.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$96.269 em 31 de dezembro de 2007 (R\$165.890 em 31 de dezembro de 2006), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e, portanto, não efetua o registro antecipado da referida obrigação e dos valores de ICMS a serem cobrados em conta de energia.

Provisão para perdas na realização

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R\$452.633 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE em 31 de dezembro de 2007 (R\$406.216 em 31 de dezembro de 2006).

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	2007	2006
	Total	Total
CEMIG – Controladora		
Perdas com o Racionamento	250.527	223.933
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(250.527)</u>	<u>(223.933)</u>
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	127.806	299.069
Repasse a ser efetuado aos geradores	333.866	337.370
Parcela A	707.422	632.388
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(92.329)</u>	<u>(90.044)</u>
	1.076.765	1.178.783
RME – Light		
Perdas com o Racionamento	79.876	101.507
Repasse a ser efetuado aos geradores	40.640	70.720
Parcela A	84.842	75.836
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(109.777)</u>	<u>(92.239)</u>
	95.581	155.824
Total da RTE e da Parcela “A”	<u>1.172.346</u>	<u>1.334.607</u>
Ativo Circulante	450.817	355.599
Ativo Não Circulante	<u>721.529</u>	<u>979.008</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, nos montantes de R\$27.381 e R\$314.989 (R\$124.557 e R\$227.482 em 31 de dezembro de 2006), respectivamente.

9) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2007	2006
ATIVO		
Valores a serem recebidos de distribuidoras	436.084	402.752
Provisão para perdas na realização	(391.012)	(245.059)
	45.072	157.693
Circulante	31.426	123.056
Não Circulante	13.646	34.637

Os valores a receber no Ativo referem-se à diferença entre os preços pagos pela Companhia nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh. que deverá ser ressarcido pelas distribuidoras através dos montantes arrecadados por meio da RTE, conforme definido no Acordo Geral do Setor Elétrico.

Conforme Resolução ANEEL nº 36, de 29 de janeiro de 2003, as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam os valores obtidos mensalmente através da RTE aos geradores e distribuidoras com valores a receber, entre os quais está incluída a Companhia, desde março de 2003.

Os direitos da Cemig Geração e Transmissão são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas na realização

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo considerando os montantes de repasses médios recebidos das distribuidoras para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$391.012 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 31 de dezembro de 2007 (R\$245.059 em 31 de dezembro de 2006), registrada como redutora do ativo respectivo.

No segundo trimestre de 2007, a Companhia revisou os cálculos da atualização financeira dos valores a receber dos distribuidores com base nos critérios informados pela ANEEL, implicando em um aumento no valor do ativo. Em consequência, ocorreu também um aumento equivalente no valor da provisão para perdas. Esses ajustes não geraram efeito líquido no resultado do exercício.

10) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2007	2006
Cemig Distribuição	(35.092)	143.204
RME - Light	(12.640)	28.382
	(47.732)	171.586
Ativo Circulante	519.699	459.898
Ativo Não Circulante	177.842	159.738
Passivo Circulante	(549.133)	(328.143)
Passivo Não Circulante	(196.140)	(119.907)
Valores Líquidos	(47.732)	171.586

11) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
ICMS a Recuperar	193.055	15.088	3.561	3.508
Imposto de Renda	314.245	144.350	-	7.325
Contribuição Social	104.564	42.893	-	5
PASEP	35.782	5.877	4.571	13
COFINS	135.960	32.769	21.184	206
Outros	26.687	43.220	3.680	1.386
	810.293	284.197	32.996	12.443
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	84.774	312.434	367	367
Imposto de Renda	233.275	260.013	233.275	260.013
Contribuição Social	25.984	28.644	25.984	28.644
PASEP/COFINS	21.068	-	-	-
	365.101	601.091	259.626	289.024
	1.175.394	885.288	292.622	301.467

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado).

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e de pagamentos efetuados em 2007 que serão compensados com Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar em 2008.

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 1º trimestre de 2008.

12) – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias -				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	283.859	367.944	81.712	108.152
Provisão para Contingências	190.426	163.185	76.326	73.668
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	249.515	190.072	85.179	76.137
Obrigações Pós-Emprego	54.132	49.279	1.101	2.423
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	185.015	166.697	21.871	35.334
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	19.315	58.524	-	7.455
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(29.616)	(239.472)	-	-
Instrumentos Financeiros	79.625	-	-	-
Variação Cambial	66.924	-	-	-
Outros	85.450	48.153	1.343	1.335
	1.184.645	804.382	267.532	304.504
Ativo Circulante	489.757	125.790	92.975	24.047
Ativo Não Circulante	694.888	678.592	174.557	280.457

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 06 de março de 2008, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 06 de março de 2008.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2007, conforme a seguir:

	Consolidado	Controladora
2008	489.757	92.975
2009	194.453	41.404
2010	112.523	36.803
2011	119.130	34.329
2012	104.613	33.372
2013 a 2015	111.104	28.429
2016 e 2017	82.681	220
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(29.616)	-
	1.184.645	267.532

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 31 de dezembro de 2007, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$444.269 (R\$442.760 em 31 de dezembro de 2006).

Os créditos não reconhecidos referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 14). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida referente a essa questão corresponde a R\$437.509.

Do exercício social de 2002 até 2006, a Light não reconheceu contabilmente novos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais em atendimento à instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, lucros tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condições dessa regra CVM, a Light passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e também contabilizou os créditos fiscais acumulados desde 2003, no montante de R\$212.812 (valor correspondente a 25,00% do total, conforme consolidação proporcional efetuada pela Companhia).

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.928.119	2.463.218	1.864.302	1.711.879
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(995.560)	(837.494)	(633.863)	(582.039)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	142.577	-	142.577
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	523.110	401.894
Reconhecimento do Ativo Diferido	218.763	-	-	-
Participação dos Empregados no Resultado	154.518	71.397	4.178	3.169
Juros sobre o Capital Próprio	-	57.483	-	57.483
Contribuições e Doações Indedutíveis	(12.330)	(9.179)	(296)	(233)
Incentivo Fiscal	24.178	16.305	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(11.476)	(11.413)	(776)	(130)
Amortização de Ágio	(7.686)	-	(7.686)	-
Outros	7.288	42.728	(1.232)	(6.438)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(622.305)	(527.596)	(116.565)	16.283

13) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da controlada Cemig Distribuição S.A.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na Resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. Conforme estabelecido na resolução, a diferença percentual de 12,88% deveria ser compensada através de um acréscimo de aproximadamente R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos no período de 2004 a 2007, cumulativamente.

A última parcela que deveria ter sido incluída no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007 foi postergada para o ano de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Cemig Distribuição S.A tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	2007	2006
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	434.188	351.044
Atualização Monetária – IGP-M	189.763	137.107
(-) Valores Arrecadados	(1.028.330)	(519.044)
	<u>545.233</u>	<u>918.719</u>
Ativo Circulante	463.491	791.231
Ativo Não Circulante	<u>81.742</u>	<u>127.488</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$235.813.

14) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Entretanto, como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, e, de acordo com as cláusulas do Quinto Aditivo, assinado em 12 de setembro de 2007, o saldo devedor foi reduzido em R\$102.131, chegando-se ao valor de R\$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, que atualizado para 31 de dezembro de 2007 corresponde a R\$3.661.160.

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$83.686, a valores de 31 de dezembro de 2007.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2007, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho e 31 de dezembro de 2008.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social no seu artigo 11, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente conforme destacamos as principais a seguir:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida (3)

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.
 (1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
 (2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;
 (3) Para os exercícios de 2006 e 2007 os índices requeridos serão de 65,00% e 55,00% respectivamente.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2007 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.726.293
Atualização monetária das quotas seniores	123.335
Atualização monetária das quotas subordinadas	35.656
Amortização das quotas seniores	(114.740)
Amortização das quotas subordinadas	(7.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	1.763.277
Composição do FIDC em 31 de dezembro de 2007	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	990.386
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	708.451
Dividendos retidos pelo Fundo	64.440
	772.891
TOTAL	1.763.277

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 28 de dezembro de 2007, sendo utilizados para amortização das cotas seniores, subordinadas e despesas operacionais do FIDC, nos montantes de R\$62.252, R\$899, e R\$923 respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 2 de janeiro de 2008.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$193.350 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$125.677 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$67.673 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

15) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	2007	2006
Cemig Distribuição	116.127	298.510
Cemig Geração e Transmissão	826	-
RME – Light	1.520	25.008
	<u>118.473</u>	<u>323.518</u>
Ativo Circulante	57.593	107.959
Realizável a Longo Prazo	<u>60.880</u>	<u>215.559</u>

16) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	2.988.263	2.950.912
Cemig Distribuição	-	-	2.440.542	2.349.982
Rio Minas Energia Participações	-	-	265.557	212.015
Infovias	-	-	329.705	297.471
GASMIG	-	-	192.098	152.317
Rosal Energia	-	-	90.292	105.105
Sá Carvalho	-	-	94.078	92.876
Horizontes Energia	-	-	66.349	66.098
Usina Térmica Ipatinga	-	-	65.848	65.488
Cemig PCH	-	-	51.690	51.438
Cemig Capim Branco Energia	-	-	51.706	46.484
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	13.943	14.610
UTE Barreiro	-	-	6.690	10.163
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.776	7.200
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	477	192
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.767	5.473
Transchile	-	-	11.675	13.370
Efficientia	-	-	4.198	3.208
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	334	1.609
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.703	6.662
Cemig Trading	-	-	154	253
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	14.362	14.942
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	28.508	27.026
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	6.266	6.019
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	46.445	51.252
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.489	5.330
Focus Soluções Tecnológicas	-	-	235	-
	-	-	6.794.150	6.557.495
Em Consórcios	1.050.496	979.485	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	3.077	7.272
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	38.680	31.597
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	26.297	27.420
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	38.984	40.549
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	8.927	9.286
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	147.739	154.047
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.153	7.467
	20.358	19.390	3.506	3.711
Em Outros Investimentos				
	1.070.854	998.875	274.363	281.349
	1.070.854	998.875	7.068.513	6.838.844

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2007		Janeiro a dezembro de 2007		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.988.263	709.673	747.024
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.440.542	680.648	771.208
Infovias	331.066.000	100,00	300.083	329.705	26.801	56.422
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.944	90.292	18.008	18.956
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	94.078	22.842	24.044
GASMIG	196.155.000	55,19	154.657	348.051	13.044	83.593
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.349	4.748	8.184
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.848	6.840	7.200
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.953	51.690	15.296	14.742
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	51.706	38.163	39.166
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	55.776	2.363	7.572
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	6.690	-	(2.742)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	32.400	179	3.148
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	477	-	12
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	23.540	-	1.200
Transchile	22.000	49,00	23.827	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	4.198	205	1.195
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	334	-	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	1.062.224	94.228	591.113
Cemig Trading	160.000	100,00	160	154	51	(8)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	18,19	63.475	78.183	5.840	20.613
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	109.907	155.355	7.868	40.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	34.146	1.542	9.749
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,79	250.009	289.561	25.227	90.469
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	59.844	2.213	18.274
Focus Soluções Tecnológicas	2.000	49,00	200	1.150	-	-

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2006		Janeiro a dezembro de 2006		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	2.950.912	583.403	614.108
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.349.982	731.089	769.567
Infovias	331.066.000	100,00	331.066	247.514	-	23.405
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	105.105	30.630	18.239
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	92.876	44.185	24.583
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	275.974	13.370	79.620
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	66.098	16.384	11.809
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	65.488	13.378	6.818
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	51.438	9.232	9.718
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	46.484	18.171	19.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	58.436	576	8.837
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	10.163	-	(1.755)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	50.000	30.000	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	192	5.503	180
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.286	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.208	238	414
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	1.609	2.794	1.602
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.063	-	-
Rio Minas Energia	12.000	25,00	709.310	848.056	-	138.746
Cemig Trading	10.000	100,00	160	253	-	93
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	45.000.010	17,51	58.751	85.335	-	19.489
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	100.840.000	18,35	100.840	138.986	43.005	34.492
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	23.400.000	18,35	23.400	30.702	7.485	8.848
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	14,94	232.328	343.147	-	84.368
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	64.783	22.028	26.486

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	<u>31.12.2006</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Aportes</u>	<u>Dividendos Propostos</u>	<u>Outros</u>	<u>31.12.2007</u>
Cemig Geração e Transmissão	2.950.912	747.024	-	(709.673)	-	2.988.263
Cemig Distribuição	2.349.982	771.208	-	(680.648)	-	2.440.542
Infovias	297.471	56.422	-	(26.801)	2.613	329.705
Rosal Energia	105.105	18.956	-	(18.008)	(15.761)	90.292
Sá Carvalho	92.876	24.044	-	(22.842)	-	94.078
GASMIG	152.317	46.137	9.713	(13.044)	(3.025)	192.098
Horizontes Energia	66.098	8.184	-	(4.748)	(3.185)	66.349
Usina Térmica Ipatinga	65.488	7.200	-	(6.840)	-	65.848
Cemig PCH	51.438	14.742	-	(15.296)	806	51.690
Cemig Capim Branco Energia	46.484	39.166	4.219	(38.163)	-	51.706
Companhia Transleste de Transmissão	14.610	1.891	-	(2.363)	(195)	13.943
UTE Barreiro	10.163	(2.742)	-	-	(731)	6.690
Companhia Transudeste de Transmissão	7.200	757	-	(179)	(2)	7.776
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	192	12	-	-	273	477
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	293	-	-	1	5.767
Transchile	13.370	-	-	-	(1.695)	11.675
Efficientia	3.208	1.195	-	(205)	-	4.198
Central Termelétrica de Cogeração	1.609	334	-	-	(1.609)	334
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.662	-	41	-	-	6.703
Rio Minas Energia	212.015	147.779	-	(94.228)	(9)	265.557
Cemig Trading	253	(8)	-	(51)	(40)	154
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	14.942	3.788	-	(5.840)	1.472	14.362
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	27.026	7.481	589	(7.868)	1.280	28.508
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	6.019	1.789	-	(1.542)	-	6.266
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	51.252	14.509	2.992	(25.227)	2.919	46.445
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	5.330	1.369	-	(2.213)	3	4.489
Focus Soluções Tecnológicas	-	-	235	-	-	235
	<u>6.557.495</u>	<u>1.911.530</u>	<u>17.789</u>	<u>(1.675.779)</u>	<u>(16.885)</u>	<u>6.794.150</u>

Os saldos integrais das controladas em 2007 cuja consolidação foi proporcional são como segue:

	<u>Gasmig</u>	<u>Transleste</u>	<u>Transirapé</u>	<u>Centroeste</u>	<u>Transudeste</u>	<u>Transchile</u>
Ativo						
Circulante	505.759	10.065	4.246	96	5.910	9.495
Não Circulante	186.388	118.911	69.317	13.090	82.123	78.736
Total do ativo	<u>692.147</u>	<u>128.976</u>	<u>73.563</u>	<u>13.186</u>	<u>88.033</u>	<u>88.231</u>
Passivo						
Circulante	344.059	11.524	9.553	43	11.738	64.404
Não Circulante	37	61.676	40.470	-	43.895	-
Patrimônio líquido	348.051	55.776	23.540	13.143	32.400	23.827
Total do passivo	<u>692.147</u>	<u>128.976</u>	<u>73.563</u>	<u>13.186</u>	<u>88.033</u>	<u>88.231</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	538.755	20.980	6.923	-	11.241	-
Deduções da receita bruta	(118.867)	(1.500)	(492)	-	(797)	-
Receita líquida de vendas	419.888	19.480	6.431	-	10.444	-
Custo das vendas	(279.459)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	140.429	19.480	6.431	-	10.444	-
Despesas gerais e administrativas	(47.495)	(6.635)	(2.123)	-	(3.249)	-
Resultado Financeiro Líquido	20.258	(3.367)	(2.299)	-	(3.051)	-
Lucro operacional	113.192	9.478	2.009	-	4.144	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.599)	(1.906)	(809)	-	(996)	-
Lucro líquido do exercício	<u>83.593</u>	<u>7.572</u>	<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>3.148</u>	<u>-</u>
	<u>RME</u>	<u>ETEP</u>	<u>ENTE</u>	<u>ERTE</u>	<u>EATE</u>	<u>ECTE</u>
Ativo						
Circulante	2.920.232	38.152	36.594	6.851	189.649	21.495
Não Circulante	6.026.304	133.781	422.402	75.380	606.395	137.017
Total do ativo	<u>8.946.536</u>	<u>171.933</u>	<u>458.996</u>	<u>82.231</u>	<u>796.044</u>	<u>158.512</u>
Passivo						
Circulante	1.737.121	22.143	83.950	12.768	125.944	26.650
Não Circulante	6.147.191	71.607	219.691	35.317	380.539	72.018
Patrimônio líquido	1.062.224	78.183	155.355	34.146	289.561	59.844
Total do passivo	<u>8.946.536</u>	<u>171.933</u>	<u>458.996</u>	<u>82.231</u>	<u>796.044</u>	<u>158.512</u>
Demonstração do Resultado						
Receita bruta de vendas	8.156.915	51.055	114.019	20.272	219.980	49.549
Deduções da receita bruta	(3.145.987)	(3.525)	(8.134)	(1.449)	(15.137)	(3.497)
Receita líquida de vendas	5.010.928	47.530	105.885	18.823	204.843	46.052
Custo das vendas	(2.585.781)	-	-	-	-	-
Lucro bruto	2.425.147	47.530	105.885	18.823	204.843	46.052
Despesas gerais e administrativas	(1.767.986)	(9.916)	(22.854)	(4.770)	(42.226)	(7.656)
Resultado Financeiro Líquido	(209.013)	(6.750)	(22.851)	(3.483)	(28.346)	(10.536)
Lucro operacional	448.148	30.864	60.180	10.570	134.271	27.860
Imposto de Renda e Contribuição Social	604.886	(10.251)	(19.412)	(821)	(43.802)	(9.586)
Lucro antes da Participação Minoritária	1.053.034	20.613	40.768	9.749	90.469	18.274
Participações Minoritárias	(461.921)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<u>591.113</u>	<u>20.613</u>	<u>40.768</u>	<u>9.749</u>	<u>90.469</u>	<u>18.274</u>

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente do deságio (R\$86.236) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,40% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") na Light S.A. foi reduzida de 79,39% para 54,20% e por consequência a participação da CEMIG de 19,85% para 13,55%. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDES exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição, o que reduziu a participação da RME para 52,25% e a participação da Cemig para 13,06%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV - Infovias

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A., controlada indireta da CEMIG (investimento de 65,25% da Infovias) foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$103 milhões (parte da Infovias), ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Em 23 de outubro de 2007, a Anatel aprovou a operação, pendente de publicação no Diário Oficial da União, reconsiderando a decisão de 19 de março de 2007, quando havia negado a anuência de transferência do controle societário.

O lucro da Infovias em função dessa alienação, no montante de R\$54.079 mil, foi reconhecido no 4º trimestre de 2007, quando da publicação da aprovação da operação no Diário Oficial da União.

Contrato de mútuo

Em 14 de novembro de 2007, a Infovias e a CEMIG celebraram um contrato de mútuo no valor de R\$89.957 mil e com encargos financeiros correspondentes a 101,5% da variação do CDI. Este mútuo foi liquidado pela CEMIG em janeiro de 2008 por meio de redução de capital na Infovias.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 2007	Consolidado 2006
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,48	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,77	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,50	512.946	512.946
Usinas Capim Branco I	21,05	2,51	49.742	25.378
Depreciação acumulada			(85.268)	(57.645)
Total em operação			937.054	940.313
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	297
Usina de Funil	49,00		9.531	9.041
Usina de Aimorés	49,00		23.369	7.073
Usina de Baguari	34,00		67.417	4.826
Usinas Capim Branco I e II	21,05		-	17.935
Total em construção			113.442	39.172
Total Consórcios			1.050.496	979.485

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

17) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			2006
	2007	2007	2007	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	20.933.085	(8.816.314)	12.116.771	11.118.138
- Distribuição	10.846.123	(4.699.441)	6.146.682	5.018.455
Intangíveis	93.719	(53.326)	40.393	20.686
Terrenos	32.646	-	32.646	31.044
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	304.280	(149.416)	154.864	147.745
Máquinas e Equipamentos	10.328.443	(4.450.617)	5.877.826	4.799.443
Veículos	65.422	(29.600)	35.822	14.298
Móveis e Utensílios	21.613	(16.482)	5.131	5.239
- Geração	7.298.823	(2.948.000)	4.350.823	4.517.423
Intangíveis	86.821	(44.448)	42.373	48.586
Terrenos	202.333	-	202.333	219.858
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3.890.828	(1.369.511)	2.521.317	2.594.150
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	909.115	(345.623)	563.492	631.347
Máquinas e Equipamentos	2.203.146	(1.182.666)	1.020.480	1.022.484
Veículos	3.211	(2.809)	402	523
Móveis e Utensílios	3.369	(2.943)	426	475
- Transmissão	1.833.289	(652.304)	1.180.985	1.105.334
Intangíveis	239.930	(2.321)	237.609	245.336
Terrenos	2.226	-	2.226	2.973
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	103.817	(53.818)	49.999	49.388
Máquinas e Equipamentos	1.486.295	(595.516)	890.779	807.410
Veículos	301	(134)	167	60
Móveis e Utensílios	720	(515)	205	167
- Administração	550.072	(358.565)	191.507	160.621
Intangíveis	145.293	(92.285)	53.008	31.539
Terrenos	3.662	-	3.662	3.995
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	77.190	(39.924)	37.266	37.894
Máquinas e Equipamentos	233.064	(159.003)	74.061	68.941
Veículos	44.268	(31.588)	12.680	7.252
Móveis e Utensílios	46.595	(35.765)	10.830	11.000
- Telecomunicações	321.017	(134.657)	186.360	251.764
Intangíveis	-	-	-	24.109
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(7)	48	151
Máquinas e Equipamentos	320.488	(134.390)	186.098	227.052
Móveis e Utensílios	404	(260)	144	382
- Gás	83.761	(23.347)	60.414	64.541
Intangíveis	780	-	780	577
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.198	(479)	1.719	1.230
Máquinas e Equipamentos	80.382	(22.727)	57.655	62.455
Móveis e Utensílios	359	(141)	218	237

	Consolidado			2006
	2007	2007	2007	2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Curso	1.496.755	-	1.496.755	1.961.595
- Distribuição				1.503.768
Intangíveis	39.019	-	39.019	46.100
Imobilizado	812.814	-	812.814	1.457.668
- Geração				116.281
Intangíveis	26.969	-	26.969	1.424
Imobilizado	257.703	-	257.703	114.857
- Transmissão				163.733
Intangíveis	364	-	364	4.323
Imobilizado	106.785	-	106.785	159.410
- Administração				148.285
Intangíveis	91.208	-	91.208	71.551
Imobilizado	126.185	-	126.185	76.734
- Telecomunicações	6.810	-	6.810	6.611
- Gás	28.898	-	28.898	22.917
Total do Imobilizado e Intangível	22.429.840	(8.816.314)	13.613.526	13.079.733
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(2.518.602)	-	(2.518.602)	(2.250.076)
Imobilizado e Intangível Líquido	19.911.238	(8.816.314)	11.094.924	10.829.657

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Conforme Resolução ANEEL no. 234, de 31 de outubro de 2006, e Ofício Circular ANEEL nº1.314/2007, de 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos passará a ser amortizado a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da CEMIG, a partir de 8 de abril de 2008, por taxa a ser definida pela ANEEL correspondente à taxa média dos ativos em serviço.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$307.389, em 31 de dezembro de 2007 (R\$930.639, em 31 de dezembro de 2006), referente ao Programa “Luz para Todos”.

No Programa Luz para Todos foram ligados aproximadamente 180 mil consumidores (informação não auditada), basicamente na área rural, com um custo total até 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$1.598.709. O Programa tem a participação de recursos do Governo Federal e Governo Estadual, nos valores de R\$593.302 e R\$78.706, respectivamente. O valor remanescente, no montante de R\$726.701, será financiado através de recursos próprios da Companhia.

Alguns terrenos e edificações das controladas registradas como Ativo Imobilizado - Administração, que foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$10.207 em 31 de dezembro de 2007.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 31 de dezembro de 2007 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,47%
Termelétricas	3,90%
Transmissão	3,03%
Distribuição (incluindo Sistema de Transmissão Associado)	5,08%
Administração e outras	14,57%
Telecomunicações	8,34%
Gás	5,31%

18) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	230.620	224.052	-	-
Furnas	78.231	65.816	-	-
CCEE	81.756	-	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	25.797	34.543	-	-
Repasse aos Geradores	27.381	124.557	-	-
Outros	142.796	187.102	-	-
	586.581	636.070	-	-
Materiais e Serviços	349.324	277.703	11.781	6.346
	935.905	913.773	11.781	6.346
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	314.989	227.482	-	-
Compra de Energia Livre durante o Racionamento	25.803	44.446	-	-
	340.792	271.928	-	-

Parte substancial dos valores devidos à Compra de Energia Livre durante o Racionamento serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos a interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

19) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
Imposto de Renda	121.991	65.872	-	-
Contribuição Social	47.974	25.250	-	-
ICMS	269.076	262.084	17.813	19.800
COFINS	92.880	74.395	15.436	2.279
PASEP	22.122	17.155	3.351	497
INSS	21.637	17.110	1.358	-
Outros	32.711	25.147	1.234	415
	608.391	487.013	39.192	22.991
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	303.540	299.152	-	-
Contribuição Social	109.420	107.695	-	-
COFINS	46.674	82.752	-	-
PASEP	10.134	17.965	-	-
	469.768	507.564	-	-
	1.078.159	994.577	39.192	22.991
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	240.655	264.310	62.632	55.983
Contribuição Social	65.747	94.500	22.547	20.154
COFINS	3.834	67.425	-	17.019
PASEP	-	12.522	-	3.695
Outros	8.904	10.764	-	-
	319.140	449.521	85.179	96.851

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente.

20) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2007			2006
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	74	88.565	88.639	106.989
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	13.263	12.842	26.105	47.101
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	12.526	80.095	92.621	132.718
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	47	61.436	61.483	69.678
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.220	10.169	13.389	17.692
Banco Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	21.388	30.855	52.243	63.114
KFW	2016	4,50	EURO	1.721	13.764	15.485	18.601
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	115	8.256	8.371	153.434
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	25	3.611	3.636	4.389
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	66	15.202	15.268	18.428
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	5.615	-	5.615	20.106
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	4.632	30.886	35.518	48.769
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	-	-	-	87.118
J. P. Morgan – Tranches A/B/C (10)	2012	Libor + 3,00	US\$	-	-	-	200.931
Banco InterAmericano del Desarrollo (13)	2026	6,34	US\$	21.896	-	21.896	-
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.797	8.476	16.273	25.684
Dívida em Moeda Estrangeira				92.385	364.157	456.542	1.014.752
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	133	75.000	75.133	75.156
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	1.709	118.822	120.531	120.845
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	4.211	109.277	113.488	114.299
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	10.161	126.000	136.161	138.698
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	23.732	1.200.000	1.223.732	1.228.391
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	179.846	-	179.846	174.148
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	40.850	-	40.850	40.961
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	14.033	304.338	318.371	317.035
HSBC Bank Brasil S.A.	2008	CDI + 2,00	R\$	61.275	-	61.275	61.442
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	2.709	54.372	57.081	57.736
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.237	101.316	106.553	107.619
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	44.961	-	44.961	43.544
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	25.820	-	25.820	169.827
Bradesco	2014	CDI + 1,70	R\$	18.631	379.073	397.704	399.177
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	6.402	349.556	355.958	357.071
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	4.084	238.816	242.900	243.690
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2030	IGP-M	R\$	-	145.705	145.705	106.479
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)	2031	IGP-M	R\$	-	-	-	30.009
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	16.452	278.217	294.669	273.659
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.220	400.719	401.939	-
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	19.219	59.665	78.884	94.823
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	47.046	290.576	337.622	213.038
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.124	79.673	80.797	84.698
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	2.514	104.095	106.609	106.972
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	10.502	309.285	319.787	321.052
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	5.735	73.587	79.322	80.379
Caixa Econômica Federal	2008	101,50 do CDI	R\$	200.425	-	200.425	-
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	116.851	873.535	990.386	981.791
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,00	R\$	699	10.315	11.014	11.590
BNDES – FINEM (10)	2014	TLJP + 4,30	R\$	232	60.642	60.874	-
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.310	7.142	11.452	217.405
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	18.170	237.500	255.670	-
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	-	-	-	77.776
CCB Bradesco (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	2.662	112.500	115.162	-
Bradesco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	60.473
Banco Itaú Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	26.031
Unibanco Tranche A/B (10)	2012	CDI + 2,00	R\$	-	-	-	69.103
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.845	122.676	141.521	155.694
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	18.056	32.234	50.290	73.574
Dívida em Moeda Nacional				927.856	6.254.636	7.182.492	6.634.185
Total Geral Consolidado				1.020.241	6.618.793	7.639.034	7.648.937

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;

libor semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

(9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº14;

(10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

(11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

(12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(13) Financiamento da Transchile.

Em 15 de dezembro de 2007, a Cemig Distribuição S.A. concluiu a 2ª. Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$400.000. As debêntures têm prazo de 120 meses a contar da data de emissão, com os juros pagos anualmente e o pagamento do principal em três parcelas iguais em dezembro de 2015, 2016 e 2017. O valor nominal das debêntures será atualizado pela variação do IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 7,96% ao ano.

A CEMIG Geração e Transmissão S.A. realizou, em 21 de dezembro de 2007, sua 2ª Emissão de Notas Promissórias (*Commercial Papers*) no valor total de R\$200 milhões, com vencimento em 180 dias. Sobre o principal dessas notas promissórias incidirão juros correspondentes à 101,5% da variação do CDI. Essas Notas Promissórias não contaram com qualquer garantia da CEMIG.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	86.739	76.236	44.462	33.779	30.742	27.706	2.863	214	58.911	361.652
Euro	4.941	4.626	4.626	4.626	3.175	1.721	1.721	1.721	1.717	28.874
Yen	47	61.436	-	-	-	-	-	-	-	61.483
UMBNDDES (**)	658	659	436	324	324	324	324	324	1.160	4.533
	92.385	142.957	49.524	38.729	34.241	29.751	4.908	2.259	61.788	456.542
Indexadores										
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	1.220	-	-	-	-	-	-	133.573	267.146	401.939
Unidade Fiscal de Referência – UFIR	48.363	42.663	36.948	36.734	33.260	28.601	28.547	28.547	57.061	340.724
SELIC (*)	25.820	-	-	-	-	-	-	-	-	25.820
Certificado Depósito Interbancário – CDI	553.291	695.483	604.748	716.464	923.758	1.064.346	602.467	202.369	37.501	5.400.427
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	19.219	12.135	12.135	12.135	12.135	11.125	-	-	-	78.884
URTJ (**)	31.645	30.509	31.198	29.058	29.058	29.055	26.107	9.717	10.511	226.858
Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M	242.881	1.368	1.368	1.368	1.368	1.368	279.565	888	153.423	683.597
UMBNDDES (***)	2.646	2.632	2.632	2.632	2.632	2.632	2.632	877	-	19.315
Outros (IGPDI, INPC e TR) (****)	2.771	206	206	206	309	309	675	246	-	4.928
	927.856	784.996	689.235	798.597	1.002.520	1.137.436	939.993	376.217	525.642	7.182.492
	1.020.241	927.953	738.759	837.326	1.036.761	1.167.187	944.901	378.476	587.430	7.639.034

(*) SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

(**) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros

(***) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.

(****) IGPDI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

TR – Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação acumulada em 2007 %	Variação acumulada em 2006 %	Indexadores	Variação acumulada em 2007 %	Variação acumulada em 2006 %
Dólar Norte-Americano	(17,15)	(8,66)	IGP-M	7,75	3,83
Euro	(7,50)	1,85	FINEL	1,51	0,76
Yen	(11,78)	(9,47)	CDI	11,82	15,03
			SELIC	11,88	15,07
			UMBNDDES	(16,57)	(8,52)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Saldo no início do exercício	7.648.937	4.935.533	110.388	82.300
Saldo Inicial de Controladas	-	1.100.890	-	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.855.910	3.465.902	-	30.000
Variação monetária e cambial	66.286	100.718	237	9
Encargos financeiros provisionados	737.180	753.486	10.186	12.664
Encargos financeiros pagos	(814.184)	(781.052)	(11.243)	(14.585)
Amortização de financiamentos	(1.855.095)	(1.926.540)	(30.246)	-
Saldo no final do exercício	7.639.034	7.648.937	79.322	110.388

As captações de recursos consolidadas durante o exercício de 2007 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos / Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
Moeda Nacional			
Cemig Distribuição			
Citibank	2007	102,00% do CDI	200.000
Caixa Econômica Federal	2007	101,60% do CDI	400.000
Debêntures	2017	IPCA + 7,96%	400.000
ELETROBRÁS	2018	6,00%	141.136
ELETROBRÁS	2009	6,50%	15.555
ELETROBRÁS	2013	6,50%	722
ELETROBRÁS	2011	6,50%	1.254
FINEP	2010	10,00%	207
Cemig Geração e Transmissão			
Caixa Econômica Federal	2008	101,50% do CDI	200.000
Debêntures – Governo do Estado de M. G.	2031	IGPM	30.246
Banco do Brasil S.A.	2020	TJLP + 2,55%	5.067
Coligadas e Controladas			
Banco Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,50%	83.990
Banco Itaú BBA S.A.	2014	CDI + 1,50%	53.332
Unibanco	2014	CDI + 1,50%	83.335
BNP Paribas	2014	CDI + 1,50%	10.000
Citibank	2014	CDI + 1,50%	20.000
Banco Bradesco S.A.	2017	CDI + 0,85%	112.500
Banco Bradesco S.A.	2014	TJLP + 4,30%	13.816
Caixa Econômica Federal	2014	TJLP + 4,30%	10.132
Banco Itaú BBA S.A.	2014	TJLP + 4,30%	9.156
Unibanco	2014	TJLP + 4,30%	9.156
Banco Santander S.A.	2014	TJLP + 4,30%	8.235
Banco Alfa de Investimento S.A.	2014	TJLP + 4,30%	5.527
Banco Safra S.A.	2014	TJLP + 4,30%	4.605
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	TJLP + 4,50%	1.292
Banco Santander	2019	TJLP + 4,00%	1.292
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	TJLP + 4,50%	1.349
Moeda Estrangeira			
Coligadas e Controladas			
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2019	UMBNDDES + 4,50%	276
Banco Santander	2019	UMBNDDES + 4,00%	276
Banco Nacional de Desenvolvimento Social	2019	UMBNDDES + 4,50%	287
Banco InterAmericano Del Desarrollo	2026	6,34%	33.167
Total de Captações			1.855.910

(*) UMBNDES - Unidade Monetária do BNDES

a) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A CEMIG e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007 e durante todo o exercício de 2007.

Os principais covenants em 31 de dezembro de 2007 são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

21) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2007	2006
Reserva Global de Reversão – RGR	25.529	11.285
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	33.572	83.210
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	38.099	36.093
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.199	2.832
Eficiência Energética	138.630	146.410
Pesquisa e Desenvolvimento	114.573	85.798
Pesquisa Expansão Sistema Energético	17.928	32.407
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	36.100	39.477
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.851	1.351
	410.688	440.070
Passivo Circulante	395.894	436.535
Passivo Não Circulante	14.794	3.535

22) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de caixa, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no mesmo valor de R\$2.130.864, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional salgado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Após o processo de migração realizado em junho de 2007, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar-SPC, no qual mais de 80% dos participantes migraram para os planos A e B, 51 participantes permaneceram no Plano BD. Destes, sete são ativos e 44 são aposentados/pensionistas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.062.998 em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.317.424 em 31 de dezembro de 2006) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 conforme consta de laudo preparado por atuário externo em conformidade a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, estão apresentados nos quadros após o item b):

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$891.915 em 31 de dezembro de 2007.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2007.

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	4.994.903	411.992	363.893	19.622	169.543
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	793.854	101.692	141.501	6.670	198.458
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	5.788.757	513.684	505.394	26.292	368.001
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.384.511)	(263.422)	(31.750)	(1.365)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	1.404.246	250.262	473.644	24.927	368.001
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(834.945)	-	(155.734)	15.194	39.957
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(74.896)	-	(6.671)	(26.429)	(6.662)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	494.405	250.262	311.239	13.692	401.296

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos já Vencidos	261.233	19.032	1.026	8.244
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Direitos a Vencer	53.661	6.162	328	10.379
Obrigações Totais com Benefícios Pós-Emprego	314.894	25.194	1.354	18.623
Valor Justo dos Ativos do Plano	(238.515)	(1.583)	(70)	-
Valor Presente das Obrigações a Descoberto	76.379	23.611	1.284	18.623
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(49.595)	(7.979)	688	(1.830)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	(3.685)	(329)	(1.301)	(328)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	23.099	15.303	671	16.465

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), a partir de 2007. Nesta condição, serão reconhecidos pela controladora perdas atuariais do Plano de Benefício e Plano de Saúde nos valores de R\$18.106 e R\$5.460, respectivamente, e ganhos atuariais do Plano Odontológico no valor de R\$553, conforme CVM 371.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	686.173	244.771	278.934	9.296	370.789
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(1.264)	21.310	57.509	6.508	38.944
Contribuições Pagas	(190.504)	(15.819)	(25.204)	(2.112)	(8.437)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	494.405	250.262	311.239	13.692	401.296
Passivo Circulante	88.665	18.396	-	-	-
Passivo Não Circulante	405.740	231.866	311.239	13.692	401.296

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2006	32.339	13.724	457	16.162
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(62)	2.829	320	2.057
Contribuições Pagas	(9.178)	(1.250)	(106)	(1.754)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2007	23.099	15.303	671	16.465
Passivo Circulante	4.362	-	-	-
Passivo Não Circulante	18.737	15.303	671	16.465

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG em 2007 para amortização das obrigações atuariais.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2007 são como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.564	420	29.837	532	5.200
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	545.732	48.525	47.184	2.914	35.129
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(566.324)	(27.611)	(3.295)	(123)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	-		7.730	908	(2.899)
Custo do Serviço Passado	13.870		1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(106)	(24)	(25.464)	(279)	-
Despesa (Receita) em 2007	(1.264)	21.310	57.509	6.508	38.944

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Custo do Serviço Corrente		274	1.468	26	256
Juros Sobre a Obrigação Atuarial		26.850	2.321	143	1.727
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano		(27.863)	(162)	(6)	-
Perdas Atuariais Não Reconhecidas		-	380	45	-
Custo do Serviço Passado		682	75	126	74
Contribuição dos Empregados		(5)	(1.253)	(14)	-
Despesa (Receita) em 2007		(62)	2.829	320	2.057

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2008 é como segue:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Custo do Serviço Corrente	5.413	420	38.803	226	5.877
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	543.275	48.525	46.246	2.556	35.334
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(481.194)	(27.611)	(3.669)	(343)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	23.028	-	9.460	(1.131)	(664)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	13.870	-	1.517	2.556	1.514
Contribuição dos Empregados	(37)	(24)	(33.525)	(1.236)	-
Despesa em 2008	104.355	21.310	58.832	2.628	42.061

	Controladora			
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ			
Custo do Serviço Corrente	267	1.947	11	269
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	29.553	2.305	132	1.789
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(26.177)	(183)	(18)	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Não Reconhecidas	1.628	491	(50)	-
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	682	75	126	74
Contribuição dos Empregados	(2)	(1.671)	(64)	-
Despesa em 2008	5.951	2.964	137	2.132

As principais premissas atuariais na data dos balanços são conforme segue:

	CEMIG e Demais Controladas			
	2007		2006	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	5,50%	9,72%	6,00%	11,30%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	7,00%	11,28%	9,00%	14,45%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,00%	-	5,00%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	2,00%	6,08%	2,00%	7,10%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,00%	-	5,00%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83		AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Medium		Light Medium	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57		IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	2,00%		2,00%	

	2007 e 2006	
	BRASLIGHT	
	Real	Nominal
Taxa Anual de Desconto para Valor Presente da Obrigação Atuarial	6,00%	10,59%
Taxa Anual de Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	8,00%	12,68%
Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo	-	4,33%
Índice Anual Estimado de Aumentos Salariais Futuros	0,60%	4,96%
Taxa Anual de Crescimento Real dos Benefícios de Renda Continuada	-	4,33%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT – 83	
Tábua Biométrica de Entrada de Invalidez	Light Forte	
Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	
Taxa Anual de Rotatividade Esperada	Baseado na idade	

23) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO

Em função da publicação da Resolução Homologatória nº496 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica nº046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1º de julho de 2005. Desta forma, foi apurada pela controlada Cemig Geração e Transmissão uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo, no montante de R\$30.919, que será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009. O saldo não amortizado em 31 de dezembro de 2007 é de R\$23.448, sendo classificado em R\$15.717 no circulante e R\$7.731 no não circulante.

24) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício será de R\$156.442, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					
	Saldo Líquido em 2006 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	Saldo Líquido em 2007
Trabalhistas						
Diversos	68.330	54.131	(4.282)	118.179	(16.182)	101.997
Cíveis						
Danos Pessoais	7.694	1.417	(928)	8.183	-	8.183
Majoração Tarifária	125.202	30.583	(60.690)	95.095	(11.686)	83.409
Outras	107.964	24.621	(19.143)	113.442	(8.940)	104.502
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	280	-	20.893	(1.615)	19.278
PIS/COFINS	147.963	12.304	-	160.267	-	160.267
ICMS	20.898	(955)	-	19.943	-	19.943
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	6.752	-	46.842	-	46.842
Contribuição Social	6.289	232	-	6.521	-	6.521
INSS	33.224	633	-	33.857	-	33.857
Outras	2.524	11.974	-	14.498	(7.459)	7.039
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	42.948	-	49.020	(6.072)	42.948
Total	586.863	184.920	(85.043)	686.740	(51.954)	634.786

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 2007
	Saldo Líquido em 2006 (*)	Adições (Reversão)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	31.933	40.862	-	72.795	(10.483)	62.312
Cíveis						
Danos Pessoais	7.694	-	(928)	6.766	-	6.766
Majoração Tarifária	104.253	(7.371)	(27.037)	69.845	(11.686)	58.159
Outras	61.523	-	(10.213)	51.310	(3.140)	48.170
Fiscais						
FINSOCIAL	20.613	280	-	20.893	(1.615)	19.278
ICMS	1.800	391	-	2.191	-	2.191
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.090	6.752	-	46.842	-	46.842
INSS	870	97	-	967	-	967
Outras	2.524	5.409	-	7.933	(5.030)	2.903
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	6.072	6.609	-	12.681	(6.072)	6.609
Total	277.372	53.029	(38.178)	292.223	(38.026)	254.197

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$95.095, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Os valores provisionados até 31 de dezembro de 2007 na Companhia são como segue:

- R\$105.169 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R\$50.774 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere à porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$17.752.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$46.842 (R\$40.090 em 31 de dezembro de 2006) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$33.857 (R\$33.224 em 31 de dezembro de 2006).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$36.339.

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável e no valor de R\$5.454.

(h) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2007 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(i) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG e suas controladas discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$305.311, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 31 de dezembro de 2007, de R\$271.355. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 31 de dezembro de 2007 é R\$131.464. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como remota.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$670.546, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$84.979. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda nessa ação como possível.

(iv) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$101.452. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(v) ICMS

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$102.644, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subsequentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$33.531. Caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível.

(vi) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$525.579. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

25) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

(a) Capital Social

As ações do capital social integralizado em 31 de dezembro de 2007 têm valor nominal de R\$5,00 por ação e estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2007					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	108.348.914	51	-	-	108.348.914	22
Outras Entidades do Estado	28.657	-	5.329.764	2	5.358.421	1
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	70.088.868	33	-	-	70.088.868	14
Outros -						
No País	19.663.422	9	82.310.555	30	101.973.977	21
No Exterior	14.492.642	7	186.198.634	68	200.691.276	42
Total	212.622.503	100	273.838.953	100	486.461.456	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2006					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.304.884	51	102	-	36.116.304.986	22
Outras Entidades do Estado	9.552.515	-	1.776.588.306	2	1.786.140.821	1
Southern Electric Brasil						
Participações Ltda.	23.362.956.173	33	-	-	23.362.956.173	14
Outros -						
No País	6.834.237.214	10	26.090.932.914	29	32.925.170.128	21
No Exterior	4.551.117.137	6	63.412.129.780	69	67.963.246.917	42
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Acordo de Acionistas

Em 1997, o Governo do Estado de Minas Gerais realizou a venda de aproximadamente 33% das ações ordinárias da Companhia para um grupo de investidores, liderados pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). Como parte dessa operação, o Estado de Minas Gerais e a Southern assinaram um Acordo de Acionistas contendo, dentre outras disposições, o requerimento de quorum qualificado nas deliberações relacionadas a ações corporativas significativas, certas alterações no Estatuto Social da CEMIG, emissão de debêntures e títulos conversíveis, distribuição de dividendos que não sejam aqueles determinados no Estatuto Social e alterações na estrutura societária.

Em setembro de 1999, o Governo do Estado de Minas Gerais impetrou ação anulatória, com pedido de tutela antecipada contra o acordo de acionistas celebrado em 1997 com a Southern Electric Brasil Participações Ltda. ("Southern"). O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais anulou o referido acordo de acionistas em 2003. Os recursos impetrados pela Southern estão em tramitação na Justiça Federal.

Aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007 um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo dessas Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Dessa forma, foi aprovado o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$1.621.538 para R\$2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de cinquenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 0,01.

Grupamento de Ações

Também foi aprovado na Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações de valor nominal de R\$0,01 cada para 1 ação de valor nominal de R\$ 5,00. A efetivação do Grupamento ocorreu em 4 de junho de 2007.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2007	2006
Reservas de Capital-		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.650.898	2.650.898
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros-		
Reserva Estatutária	1.001.865	432.749
Reserva de Retenção de Lucros	623.776	1.222.709
Reserva Legal	272.884	186.112
	1.898.525	1.841.570

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizado na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a CEMIG decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela CEMIG até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente á época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento as necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da CEMIG na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

(c) Dividendos

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do patrimônio líquido das ações.

As ações do capital social da CEMIG, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a CEMIG não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Dividendos Extraordinários

Sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, a partir do exercício de 2005, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia poderá fazer a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes do Plano Diretor da Companhia.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2007 e 2006 está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2007	2006
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais		
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.369.195	912.797
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	<u>136.920</u>	<u>91.280</u>
Valor do Patrimônio Líquido	8.390.177	7.522.453
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	4.721.153	4.232.884
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	<u>141.635</u>	<u>126.987</u>
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	<u>141.635</u>	<u>126.987</u>
Dividendos Obrigatórios		
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841
Dividendo Obrigatório – 50,00% do Lucro Líquido	<u>867.725</u>	<u>859.421</u>

	Controladora	
	2007	2006
Dividendos Líquidos Propostos-		
Juros sobre Capital Próprio	-	169.067
Dividendos Complementares	867.725	715.714
Dividendos Extraordinários	-	497.000
	<u>867.725</u>	<u>1.381.781</u>
(-) Imposto de Renda Retido na fonte sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(16.923)
Total	<u>867.725</u>	<u>1.364.858</u>
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	488.269	777.528
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	379.456	604.253
Dividendos por lote de mil ações em 31.12.2006 e valor unitário em 31.12.2007 – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,52	1,39
Dividendo Obrigatório	1,78	5,30
Dividendos Propostos (Líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte)	1,78	8,42

A Companhia utilizou 5,00% do lucro líquido apurado no exercício de 2007 para constituição de Reserva Legal, no valor de R\$86.772.

O saldo remanescente do Lucro Líquido Ajustado terá a seguinte destinação proposta a Assembléia Geral de Acionistas a realizar-se em abril de 2008: R\$569.116 transferidos para a conta de Reserva Estatutária e R\$211.836 alocados na Reserva de Retenção de Lucros.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio de R\$169.067 em 2006 foram de R\$57.483. A Companhia não pagou juros sobre o capital próprio em 2007

26) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não auditado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	2007 (*)	2006 (*)	2007	2006	2007	2006
Residencial	8.764.157	8.560.153	8.648.603	7.429.818	4.373.896	3.622.178
Industrial	86.394	84.175	24.686.241	23.972.596	3.380.277	3.069.373
Comércio, Serviços e Outros	830.818	820.946	5.549.409	4.439.154	2.494.502	1.935.339
Rural	565.169	505.707	2.212.485	1.942.306	598.812	515.233
Poder Público	61.234	58.225	968.177	724.720	386.545	290.415
Iluminação Pública	2.661	2.696	1.212.251	1.127.685	309.487	285.806
Serviço Público	9.050	8.841	1.325.462	1.117.660	368.974	296.162
Sub-Total	<u>10.319.483</u>	<u>10.040.743</u>	<u>44.602.628</u>	<u>40.753.939</u>	<u>11.912.493</u>	<u>10.014.506</u>
Consumo Próprio	1.256	1.124	52.941	37.160	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	126.112	134.763
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	11.332	76.799
	<u>10.320.739</u>	<u>10.041.867</u>	<u>44.655.569</u>	<u>40.791.099</u>	<u>12.049.937</u>	<u>10.226.068</u>
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	93	44	13.235.965	11.472.158	1.209.731	708.867
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	25.664	200.065
Total	<u>10.320.832</u>	<u>10.041.911</u>	<u>57.891.534</u>	<u>52.263.257</u>	<u>13.285.332</u>	<u>11.135.000</u>

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.
A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um reajuste médio de 5,16% a partir de 8 de abril de 2007. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 6,50% em suas contas de energia comparado a um aumento de 2,89% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

A ANEEL está revisando os procedimentos de apuração pela Companhia da receita referente a subvenção aos consumidores de baixa renda. Em função dessa revisão, os valores registrados em 2007 foram apurados de forma estimada, estando pendente de recebimento o período de fevereiro a dezembro de 2007.

27) – RECEITA DE USO DA REDE – CONSUMIDORES LIVRES

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	2007	2006
Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição - TUSD	1.313.499	1.201.854
Receita de Uso da Rede Básica	537.415	485.598
Receita de Sistema de Conexão	95.016	102.019
	1.945.930	1.789.471

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, Transudeste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

28) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Fornecimento de Gás	297.353	298.039	-	-
Serviço Taxado	15.482	10.461	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	75.593	121.010	-	-
Prestações de Serviços	68.015	34.488	343	481
Aluguel e Arrendamento	50.081	32.016	493	976
Outras	51.745	10.886	39.902	-
	558.269	506.900	40.738	1.457

29) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006 Reclassificado	2007	2006
ICMS	3.017.522	2.515.830	4.182	-
COFINS	1.228.455	1.096.577	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	144.922	29.938	-	-
PIS-PASEP	253.106	245.857	-	58
Programa de Eficiência Energética - PEE	28.972	104.530	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	390.803	333.983	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível - CCC	406.864	554.448	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	27.646	38.521	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	26.258	29.615	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	17.505	15.031	-	-
Outras	1.564	399	13	23
	5.543.617	4.964.729	4.195	81

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

30) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Pessoal	967.688	1.082.691	22.948	45.751
Pessoal – Administradores e Conselheiros	519	5.503	-	3.929
Obrigações Pós-Emprego	123.007	169.910	5.144	7.871
Materiais	93.596	81.972	421	474
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58.908	36.812	-	-
Serviços de Terceiros	619.665	503.993	10.730	18.032
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.793.722	2.112.673	-	-
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	137.349	138.955	-	-
(Reversão) Provisões Operacionais	290.598	52.062	30.085	(98.840)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	649.737	663.851	-	-
Gás Comprado para Revenda	154.241	157.732	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	284.160	238.544	4.042	4.617
	6.951.334	5.916.955	74.071	(17.472)

DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Remunerações e Encargos	995.456	914.283	18.911	31.188
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	34.274	32.288	1.487	2.039
Benefícios Assistenciais	116.640	120.516	2.550	3.757
	1.146.370	1.067.087	22.948	36.984
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(178.682)	(162.081)	-	-
	967.688	905.006	22.948	36.984
Indenização por Anuênios Futuros	-	177.685	-	8.767
	967.688	1.082.691	22.948	45.751

INDENIZAÇÃO POR ANUÊNIOS FUTUROS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 2006 a Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição apresentaram proposta aos empregados de indenização em troca do direito futuro referente ao percentual de 1,00% incorporado anualmente aos salários (“anuênio”). O valor da indenização correspondia à estimativa dos anuênios futuros dos empregados até completarem 35 anos de contribuição ao INSS, descontada a valor presente a uma taxa de 12,00% a.a., sendo então aplicado um redutor percentual variável estabelecido pela Companhia e suas controladas. A adesão dos empregados foi concluída em 30 de junho de 2006 e o pagamento da indenização, no valor de R\$177.685, foi realizado no período de junho a agosto de 2006.

SERVIÇO DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	111.738	93.547	-	-
Comunicação	80.930	50.197	1.368	1.356
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	108.464	83.999	30	38
Conservação e Limpeza de Prédios	36.073	29.241	27	70
Mão de Obra Contratada	19.029	27.476	165	6
Fretes e Passagens	8.609	8.510	1.302	1.709
Hospedagem e Alimentação	16.850	15.971	210	369
Vigilância	15.128	14.354	1	31
Consultoria	17.283	26.432	2.673	9.688
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	27.522	21.220	25	34
Manutenção e Conservação de Veículos	19.113	16.307	191	50
Corte e Religação	31.309	20.682	-	-
Outros	127.617	96.057	4.738	4.681
	619.665	503.993	10.730	18.032

ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado	
	2007	2006
Energia de Itaipu Binacional	1.197.803	888.185
Energia de curto prazo	119.981	76.317
PROINFA	65.015	40.643
Contratos Iniciais	36.412	127.598
Contratos Bilaterais	350.067	42.063
Energia de Leilão	996.809	869.997
Outros	27.635	67.870
	2.793.722	2.112.673

PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Prêmio de Aposentadoria	2.756	6.287	2.283	384
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	143.190	128.618	(6.994)	(12.233)
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	54.131	(79.218)	40.862	(77.238)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	42.948	487	6.609	487
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(5.974)	(19.304)	(6.475)	(19.304)
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	30.583	(17.920)	(7.371)	(17.920)
Outras	22.964	33.112	1.171	26.984
	290.598	52.062	30.085	(98.840)

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Arrendamentos e Aluguéis	34.102	33.565	604	951
Propaganda e Publicidade	26.235	21.273	395	890
Consumo Próprio de Energia Elétrica	16.729	15.607	-	-
Subvenções e Doações	40.648	35.475	870	687
Taxa de Fiscalização da ANEEL	37.441	33.711	-	-
Concessão Onerosa	14.434	13.229	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	38.996	29.230	160	49
Seguros	5.403	5.052	95	138
Contribuição ao MAE	3.485	2.670	3	3
Outras Despesas	66.687	48.732	1.915	1.899
	284.160	238.544	4.042	4.617

31) – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

RECEITAS FINANCEIRAS -	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Renda de Aplicação Financeira	200.464	183.839	16.023	9.211
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	122.659	133.757	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	158.991	187.195	-	41.267
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	99.186	-	99.187
Variação Monetária da CVA	45.108	87.211	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	404.900	321.936	26.594	29.216
Variação Monetária e Juros – Reajuste Tarifário Diferido	130.676	198.731	-	-
Variações Cambiais	119.828	89.861	-	109
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(64.880)	(71.728)	(36.945)	(40.958)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	8.279	25.221	-	2.234
Rendas FIDC	-	-	35.656	10.988
Outras	159.986	137.065	35.807	46.354
	1.286.011	1.392.274	77.135	197.608
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(851.855)	(867.923)	(10.185)	(12.664)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(139.048)	(75.168)	-	-
Variação Monetária da CVA	(36.661)	(57.727)	-	-
Variações Cambiais	(9.841)	(3.408)	(1.708)	(40)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(26.343)	(27.810)	(237)	(9)
C.P.M.F.	(66.780)	(83.987)	(5.536)	(12.840)
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre – atualização	(174.832)	(86.154)	(26.594)	(29.217)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(187.248)	(116.833)	-	-
Outras	(149.508)	(122.938)	(31.532)	(34.179)
	(1.642.116)	(1.441.948)	(75.792)	(88.949)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(356.105)	(49.674)	1.343	108.659

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Os encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no exercício de 2007 no montante de R\$8.822, foram transferidos para a rubrica de Ativo Imobilizado e não houve variação monetária ou cambial capitalizada no mesmo período (R\$20.880 e encargos financeiros e R\$3.870 e variações monetárias/cambiais no exercício de 2006).

32) – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	(19.968)	(15.052)	(69)	(513)
FORLUZ – Custeio Administrativo	(20.663)	(13.504)	(895)	(798)
Ganho na Alienação de Participação na Way	54.079	-	-	-
Outras Despesas Líquidas	(23.804)	(8.239)	(10.079)	(8.912)
	(10.356)	(36.795)	(11.043)	(10.223)

O ganho na alienação de participação na Way está descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 16.

33) – PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A Companhia e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão utilizaram como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2007 e 2006 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC. Adicionalmente, nos acordos coletivos em novembro de 2007 e 2006, foram pactuadas com os sindicatos pagamentos de parcelas extraordinárias de R\$358.573 e R\$139.198, respectivamente. As parcelas adicionais mencionadas foram pagas dentro dos próprios exercícios.

Em conformidade com os referidos acordos, a participação no resultado dos exercícios de 2007 e 2006, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, correspondeu a R\$486.483 e R\$209.991, respectivamente.

34) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	674.408	670.712	-	-	149.809	181.963	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	14.744	13.491	-	-	77.585	(79.731)	-
Outros	127	1.378	2.463	1.125	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	564.780	379.054	-	-	188.118	229.880	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	22.277	-	-	14.744	79.731	-	-	77.585
Outros	351	5.099	2.694	3.903	-	-	-	-
Light S.A.								
Fornecimento de Energia Elétrica	366	-	-	-	55.757	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	163	-	-	-	(20.528)	(22.459)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.021	2.923	-	-	65.870	56.773	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	167.308	15.088	268.302	262.084	(2.535.715)	(2.515.830)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.763.277	1.726.293	-	-	123.335	140.454	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS – Não Circulante	57.901	312.434	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	36.795	36.546	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	125.677	307.894	-	-	-	(37.672)
Debêntures	-	-	146.705	106.479	-	-	(40.226)	(3.736)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	990.386	981.791	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	18.392	31.986	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	88.665	139.113	-	-	(101.696)	(169.910)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.131.967	1.421.315	-	-	-	-
Outros	-	-	89.410	65.310	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(34.274)	(32.288)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(20.663)	(13.504)
Outros								
Juros sobre Capital Próprio	4.785	635	75.045	-	-	-	-	-
	141.391	103.006	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 11, 14, 19, 20, 22, 24, 25, 29, 31, 32 e 38.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$36.795 em 31 de dezembro 2007 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses (R\$36.545 em 31 de dezembro de 2006).

35) – EXPOSIÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Como concessionária do setor elétrico brasileiro, a CEMIG e suas controladas operam em ambientes onde fatores como reestruturações societárias, regulamentações emanadas dos órgãos governamentais, evolução tecnológica, globalização e variações do mercado consumidor são fatores de risco.

A CEMIG possui um programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos, buscando promover o entendimento de eventuais ocorrências que podem gerar perda de valor aos acionistas e estruturar a empresa para agir de forma pró-ativa em relação ao seu ambiente de riscos.

Os principais riscos de mercado que afetam os negócios da CEMIG estão descritos a seguir:

a) Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente a cotação do dólar norte-americano em relação ao real, com impacto significativo no endividamento, resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2007, operações contratadas de hedge, no montante de R\$122.099, equivalente a US\$68.932, e R\$61.409 equivalentes a ¥3.878.825 (Yen Japonês), nas quais foi efetuada a substituição da variação do dólar Norte-Americano e Yen acrescidos de juros pela variação do CDI (vide Nota Explicativa nº 36).

A exposição líquida à taxa de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	2007	2006
Dólar Norte-Americano (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	361.652	906.634
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(122.099)	(233.187)
	<u>239.553</u>	<u>673.447</u>
Yen (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos	61.483	69.678
(-) Operações Contratadas de Hedge	(61.409)	(69.624)
	<u>74</u>	<u>54</u>
Outras Moedas Estrangeiras (nota 20)		
Empréstimos e Financiamentos		
Euro	28.874	36.293
Outros	4.533	2.147
	<u>33.407</u>	<u>38.440</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>273.034</u>	<u>711.941</u>

Deve ser ressaltado que a exposição às taxas de câmbio demonstrada acima é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres, através da CEMIG Geração e Transmissão, os quais são indexados a variação do dólar norte-americano.

b) Risco de taxas de juros

A CEMIG e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente Libor), no montante de R\$144.305 em 31 de dezembro de 2007 (R\$433.086 em 31 de dezembro de 2006).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, este risco foi reduzido parcialmente em função dos ativos que também são indexados a taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.622.729	1.267.723	16.214	21.987
Ativos Regulatórios (nota 7)	1.914.959	2.111.936	-	-
	<u>3.537.688</u>	<u>3.379.659</u>	<u>16.214</u>	<u>21.987</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	(5.426.247)	(5.456.230)	(79.322)	(110.388)
Passivos Regulatórios (nota 7)	(1.139.243)	(879.078)	-	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (nota 35)	(183.508)	(302.811)	-	-
	<u>(6.748.998)</u>	<u>(6.638.119)</u>	<u>(79.322)</u>	<u>(110.388)</u>
Obrigações Superiores aos Ativos	<u>(3.211.310)</u>	<u>(3.258.460)</u>	<u>(63.108)</u>	<u>(88.401)</u>

c) Risco de crédito

O risco decorre da possibilidade da CEMIG e suas controladas vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Parcela substancial do fornecimento bruto de energia está pulverizada em um grande número de consumidores, o que reduz o risco da Companhia. Os procedimentos para redução da inadimplência compreendem a emissão de aviso de vencimento dos débitos, contatos telefônicos e negociações que viabilizem o recebimento dos créditos. Após serem esgotadas as possibilidades de regularização das contas em atraso, se procede à suspensão do fornecimento.

d) Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2007, e durante todo o exercício de 2007.

e) Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

36) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus às vigentes no mercado.

a) Valor de Mercado

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informação de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os saldos contábeis das aplicações financeiras e das contas a receber do Governo do Estado em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, equivalem aos valores de mercado, pois encontram-se registrados aos valores de realização. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamento e das operações de swap foram calculados conforme o valor presente destes instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de natureza, prazo e risco similares, conforme demonstrado abaixo.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros está demonstrado a seguir:

	2007		2006	
	Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 5)	1.622.729	1.622.729	1.267.723	1.267.723
Contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (nota 14)	1.763.277	1.763.277	1.726.293	1.726.293
	<u>3.386.006</u>	<u>3.386.006</u>	<u>2.994.016</u>	<u>2.994.016</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 20)	7.639.034	7.452.849	7.648.937	7.480.461
Operações Contratadas de Hedge (nota 36)	166.448	184.389	176.575	187.160
	<u>7.805.482</u>	<u>7.637.238</u>	<u>7.825.512</u>	<u>7.667.621</u>

b) Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 31 de dezembro de 2007, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$68.932 (R\$122.099) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$34.669 – R\$61.409).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas em 2007 e 2006 nos montantes de R\$178.969 e R\$91.612, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 31 de dezembro de 2007:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	31 de dezembro de 2007	
				Perda não realizada	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(39.828)	(48.648)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,50% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2008 até 06/2013	US\$68.932	(126.620)	(135.741)
				(166.448)	(184.389)

Adicionalmente a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 31 de dezembro de 2007, é negativo em R\$2.532 (R\$7.797 em 31 de dezembro de 2006).

37) – SEGUROS

A CEMIG mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
CEMIG, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	28/04/2007 a 28/04/2008	12.096	177
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	10/08/2007 a 10/08/2008	591.950	123
Risco Operacional – Geradores, Turbina e Equipamentos de Potência	Total	05/05/2007 a 05/05/2008	1.619.778	2.929
Light				
Risco Operacional	Total	31/10/2007 a 31/10/2008	1.802.298	1.109
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2007 a 25/09/2008	17.713	218
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2007 a 10/08/2008	53.139	530

A CEMIG não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

38) – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CEMIG possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 em diante	Total
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.020.241	927.953	738.759	837.326	1.036.761	1.167.187	1.910.807	7.639.034
Compra de Energia Elétrica de Itaipu (1)	1.207.152	924.161	995.821	1.030.571	1.054.379	448.960	-	5.661.044
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu (1)	80.448	70.613	73.237	75.837	78.143	33.552	-	411.830
AHE Baguari	24.757	-	-	-	-	-	-	24.757
AHE Aimorés	20.052	-	-	-	-	-	-	20.052
SPE Guanhães	16.481	-	-	-	-	-	-	16.481
Sistema de Gestão Comercial I	58.695	-	-	-	-	-	-	58.695
LT Charruá	8.516	-	-	-	-	-	-	8.516
LT Furnas - Pimenta	15.729	-	-	-	-	-	-	15.729
Dívida com Plano de Pensão Forluz	88.665	81.914	83.017	72.436	68.978	48.047	619.941	1.062.998
Compra de Energia Leilão	1.347.204	1.623.791	2.355.071	2.728.957	3.067.874	3.547.985	16.778.927	31.449.809
Concessões Onerosas	1.480	1.494	1.494	1.494	6.078	12.494	304.968	329.502
Total	3.889.420	3.629.926	4.247.399	4.746.621	5.312.213	5.258.225	19.614.643	46.698.447

(1) Contrato com Furnas, em dólar americano, para compra de energia elétrica de Itaipu até Maio de 2013.

39) – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de energia elétrica.

As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem.
- A base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP-M, acrescida e/ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período.
- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

A ANEEL está em processo de revisão das tarifas de fornecimento e TUSD da Cemig Distribuição, 2º ciclo que corresponde ao período de 2008 a 2013, sendo que a Audiência Pública ocorrerá em 05 de março de 2008 e as novas tarifas entrarão em vigor a partir de 08 de abril de 2008. O percentual médio de correção, divulgado provisoriamente pela ANEEL, corresponde a uma redução da tarifa de 9,72%. Para a definição desse valor foram considerados parâmetros do 1º ciclo que também estão sendo ajustados, como indicadores de produtividade, valor da base de ativos a serem remunerados e também o custo médio de capital definido. Este percentual provisório poderá ainda ser alterado em função das contribuições que serão recebidas na audiência pública e da definição pela ANEEL do valor efetivo da base de ativos a ser utilizado para remuneração no 2º ciclo de revisão tarifária.

40)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, GASMIG, INFOVIAS, SÁ CARVALHO, ROSAL, OUTRAS						ELIMINAÇÕES	TOTAL
					ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSA	OUTRAS		
ATIVO	9.920.404	7.807.144	10.005.365	2.222.708	270.472	382.013	366.640	155.397	119.614	489.939	(7.473.193)	24.266.503
Disponibilidade	21.953	916.288	636.286	122.553	35.371	111.387	30.065	48.885	37.398	106.033	-	2.066.219
Contas a Receber	2.156.784	345.927	1.836.512	407.057	8.375	148.373	7.841	4.741	3.139	27.683	(557.595)	4.388.837
Ativo Regulatório	-	45.898	2.423.558	109.209	-	-	-	-	-	-	-	2.578.665
Outros Ativos	670.662	572.697	1.077.898	571.992	3.267	32.345	135.124	29.496	4.692	26.797	(121.448)	3.003.522
Investimentos/Imobilizado/Diferido	7.071.005	5.926.334	4.031.111	1.011.897	223.459	89.908	193.610	72.275	74.385	329.426	(6.794.150)	12.229.260
PASSIVO	9.920.404	7.807.144	10.005.365	2.222.708	270.472	382.013	366.640	155.397	119.614	489.939	(7.473.193)	24.266.503
Fornecedores e suprimentos	11.781	262.116	883.381	122.110	633	31.068	6.535	5.223	3.920	20.138	(70.208)	1.276.697
Emprestimo, Financiamento e Debentures	79.322	3.111.647	2.752.083	487.984	144.303	-	5.615	-	-	67.694	990.386	7.639.034
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	881.457	541.518	674.408	26.576	16.130	8.135	7.608	21.954	18.008	69.556	(1.383.893)	881.457
Obrigações Pós-Emprego	55.538	276.170	888.924	250.262	-	-	-	-	-	-	-	1.470.894
Outros Passivos	502.129	627.430	2.366.027	665.434	9.336	150.712	17.177	34.142	7.394	39.006	(215.328)	4.203.459
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	86.236	-	-	-	-	-	-	-	86.236
Participações minoritárias	-	-	-	318.549	-	-	-	-	-	-	-	318.549
Patrimônio Líquido	8.390.177	2.988.263	2.440.542	265.557	100.070	192.098	329.705	94.078	90.292	293.545	(6.794.150)	8.390.177
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	36.543	2.665.603	5.976.411	1.252.732	67.924	231.747	68.263	38.638	29.522	130.833	(252.302)	10.245.914
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(22.948)	(228.090)	(618.904)	(71.691)	(1.661)	(11.334)	(8.081)	(973)	(1.207)	(3.318)	-	(968.207)
Obrigações Pós-Emprego	(5.144)	(22.982)	(73.570)	(21.311)	-	-	-	-	-	-	-	(123.007)
Materiais	(421)	(18.085)	(69.361)	(3.902)	(264)	(1.003)	-	(213)	(156)	(191)	-	(93.596)
Materia Prima	-	(58.409)	-	-	-	-	(499)	-	-	-	-	(58.908)
Serviços de Terceiros	(10.730)	(95.512)	(395.541)	(68.325)	(3.699)	(4.407)	(15.836)	(4.249)	(2.570)	(18.796)	-	(619.665)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(129.828)	(3.247)	-	-	-	-	(1.298)	(1.028)	(1.948)	-	(137.349)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(75.448)	(2.164.173)	(646.445)	-	-	-	(248)	(740)	(10.911)	104.243	(2.793.722)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(257.204)	(446.838)	(85.393)	-	-	-	-	(3.303)	(6.058)	148.059	(649.737)
Depreciação e Amortização	(701)	(223.486)	(416.891)	(82.219)	(7.409)	(4.344)	(25.640)	(2.508)	(2.173)	(12.773)	-	(778.144)
Provisões Operacionais	(30.085)	(6.011)	(175.959)	(74.698)	-	(672)	(21)	-	-	(3.152)	-	(290.598)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(154.241)	-	-	-	-	-	(154.241)
Outras Despesas Líquidas	(4.042)	(77.954)	(161.625)	(26.842)	(1.196)	(4.449)	(5.445)	(499)	(311)	(1.797)	-	(284.160)
	(74.071)	(1.193.009)	(4.526.109)	(1.080.826)	(14.229)	(180.450)	(55.522)	(9.988)	(11.488)	(57.944)	252.302	(6.951.334)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(37.528)	1.472.594	1.450.302	171.906	53.695	51.297	12.741	28.650	18.034	72.889	-	3.294.580
Resultado Financeiro	1.343	(332.801)	7.853	(52.252)	(11.409)	11.181	5.576	4.593	3.286	6.525	-	(356.105)
Lucro (prejuízo) Operacional	(36.185)	1.139.793	1.458.155	119.654	42.286	62.478	18.317	33.243	21.320	79.414	-	2.938.475
Resultado Não Operacional	(11.043)	(2.522)	(43.027)	(7.616)	(10)	(4)	54.155	-	-	(289)	-	(10.356)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(47.228)	1.137.271	1.415.128	112.038	42.276	62.474	72.472	33.243	21.320	79.125	-	2.928.119
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(116.565)	(280.271)	(311.719)	151.221	(13.340)	(16.337)	(15.630)	(9.199)	(2.364)	(8.101)	-	(622.305)
Participações Minoritária	-	-	-	(115.480)	-	-	-	-	-	-	-	(115.480)
Participações dos Empregados	(12.288)	(109.976)	(332.201)	-	-	-	(420)	-	-	-	-	(454.885)
Lucro Líquido do Exercício	(176.081)	747.024	771.208	147.779	28.936	46.137	56.422	24.044	18.956	71.024	-	1.735.449

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME Light	EETEP,ENTE, ERTE,EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÃO	TOTAL
ATIVO	9.462.907	7.379.646	9.447.368	2.138.166	281.046	295.354	370.878	143.152	136.197	406.458	(6.852.456)	23.208.716
Disponibilidades	23.389	687.814	214.103	177.577	47.956	62.507	17.327	43.373	31.158	70.297	-	1.375.501
Contas a Receber	1.897.274	410.326	2.943.674	560.857	7.645	114.638	28.504	4.653	2.698	19.062	(271.453)	5.717.878
Ativo Regulatório	-	34.637	1.808.483	53.390	-	-	-	-	-	-	-	1.896.510
Outros Ativos	700.909	418.910	742.271	340.972	3.453	29.972	53.842	20.767	3.415	16.546	(23.508)	2.307.549
Investimentos/Imobilizado/Diferido	6.841.335	5.827.959	3.738.837	1.005.370	221.992	88.237	271.205	74.359	98.926	300.553	(6.557.495)	11.911.278
PASSIVO	9.462.907	7.379.646	9.447.368	2.138.166	281.046	295.354	370.878	143.152	136.197	406.458	(6.852.456)	23.208.716
Fornecedores e Suprimento	6.346	137.637	873.542	123.685	2.754	26.747	23.050	3.034	2.632	7.714	(21.440)	1.185.701
Empréstimo, Financiamento e Debentures	110.388	3.104.031	2.417.911	808.694	158.867	-	24.024	-	-	43.231	981.791	7.648.937
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.373.828	379.054	670.712	-	8.537	6.272	-	22.272	17.327	48.598	(1.152.772)	1.373.828
Obrigações Pós-Emprego	62.682	304.684	977.825	244.772	-	-	-	-	-	-	-	1.589.963
Outros Passivos	387.210	503.328	2.157.396	581.182	6.319	110.018	56.410	24.970	11.133	14.667	(152.497)	3.700.136
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	90.080	-	-	-	-	-	-	-	90.080
Participações minoritárias	-	-	-	77.738	-	-	19.880	-	-	-	-	97.618
Patrimônio Líquido	7.522.453	2.950.912	2.349.982	212.015	104.569	152.317	247.514	92.876	105.105	292.248	(6.507.538)	7.522.453
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	1.376	2.242.933	5.419.054	524.562	30.657	232.305	104.694	37.038	29.408	87.087	(242.472)	8.466.642
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL												
Pessoal	(49.680)	(249.293)	(733.944)	(26.646)	(456)	(10.984)	(12.839)	(757)	(1.530)	(2.065)	-	(1.088.194)
Obrigações Pós-Emprego	(7.871)	(36.331)	(115.793)	(9.915)	-	-	-	-	-	-	-	(169.910)
Materiais	(474)	(17.555)	(58.520)	(2.070)	(38)	(555)	(2.366)	(187)	(80)	(127)	-	(81.972)
Materia Prima	-	(36.812)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.812)
Serviços de Terceiros	(18.032)	(88.674)	(329.204)	(26.292)	(1.417)	(5.366)	(21.064)	(3.058)	(3.154)	(7.732)	-	(503.993)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	-	(123.756)	(11.581)	-	-	-	-	(1.548)	(1.230)	(840)	-	(138.955)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(1.981.437)	(227.981)	-	-	-	(320)	(454)	(6.452)	103.971	(2.112.673)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(232.164)	(515.224)	(46.727)	-	-	-	-	(2.986)	(5.251)	138.501	(663.851)
Depreciação e Amortização	(694)	(207.924)	(367.294)	(33.418)	(2.792)	(3.507)	(39.175)	(2.508)	(2.751)	(12.194)	-	(672.257)
Provisões Operacionais	98.840	(1.523)	(108.834)	(40.522)	-	-	(23)	-	-	-	-	(52.062)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(157.732)	-	-	-	-	-	(157.732)
Outras Despesas Líquidas	(4.617)	(70.226)	(140.796)	(11.450)	(329)	(3.242)	(21.311)	(520)	(336)	(931)	15.214	(238.544)
	17.472	(1.064.258)	(4.362.627)	(425.021)	(5.032)	(181.386)	(96.778)	(8.898)	(12.521)	(35.592)	257.686	(5.916.955)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	18.848	1.178.675	1.056.427	99.541	25.625	50.919	7.916	28.140	16.887	51.495	15.214	2.549.687
Resultado Financeiro	108.659	(319.103)	188.955	(23.169)	(5.944)	6.407	(2.279)	5.321	3.212	3.481	(15.214)	(49.674)
Lucro (prejuízo) Operacional	127.507	859.572	1.245.382	76.372	19.681	57.326	5.637	33.461	20.099	54.976	-	2.500.013
Resultado Não Operacional	(10.223)	(2.292)	(25.500)	806	-	(398)	812	-	-	-	-	(36.795)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	117.284	857.280	1.219.882	77.178	19.681	56.928	6.449	33.461	20.099	54.976	-	2.463.218
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.283	(193.430)	(299.883)	(35.974)	(3.832)	(12.984)	17.226	(8.756)	(1.860)	(4.386)	-	(527.596)
Participações Minoritária	-	-	-	(6.520)	-	-	(270)	-	-	-	-	(6.790)
Participações dos Empregados	(9.321)	(49.742)	(150.432)	-	-	-	-	(122)	-	(374)	-	(209.991)
Lucro Líquido do Exercício	124.246	614.108	769.567	34.684	15.849	43.944	23.405	24.583	18.239	50.216	-	1.718.841

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças, Relações com
Investidores e Controle de
Participações

Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Diretor de Gestão Empresarial

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Comercial

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Geração e Transmissão

José Maria de Macedo
Diretor de Distribuição e
Comercialização

José Carlos de Matos
Diretor de Desenvolvimento de Novos
Negócios

Pedro Carlos Hosken Vieira
Superintendente de Controladoria

Leonardo George de Magalhães
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-53.140

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano FAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Exercício	1.735.449	1.718.841	1.735.449	1.718.841
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	778.144	672.257	701	694
Baixas Líquidas de Imobilizado	30.084	21.596	-	4.182
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.911.530)	(1.594.595)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(388.869)	(392.919)	(62.013)	(179.340)
Provisão (Reversão) de Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária	174.832	86.154	26.594	29.217
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	296.824	191.988	12.070	(142.566)
Obrigações Pós-Emprego	123.007	169.910	5.144	7.871
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	19.978	-	19.978
Impostos Federais Diferidos	(403.546)	(71.704)	(10.107)	(9.934)
Provisão para Perdas Instrumentos Financeiros	178.969	91.612	-	-
Participação de Minoritários	115.480	6.790	-	-
Outros	(1.194)	(120.461)	20.130	82
	<u>2.639.180</u>	<u>2.394.042</u>	<u>(183.562)</u>	<u>(145.570)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(91.107)	(630.646)	-	-
Revendedores – Transações no CCEE	120.894	194.856	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	301.779	257.171	-	-
Tributos Compensáveis	(296.146)	(165.291)	8.845	(85.513)
Reajuste Tarifário Diferido	509.286	294.353	-	-
Outros Ativos Circulantes	155.172	97.903	(2.893)	21.422
Despesas Antecipadas – CVA	77.342	126.119	-	-
Créditos Tributários	(25.902)	(27.354)	36.972	(31.786)
Transporte de Energia	(104.466)	(55.048)	-	-
Depósitos Judiciais	(17.068)	(124.987)	(9.920)	4.299
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	1.444.658	1.644.463
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	122.007	78.760	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(5.847)	30.317	(3.202)	29.856
	<u>745.944</u>	<u>76.153</u>	<u>1.474.460</u>	<u>1.582.741</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(34.268)	(124.738)	5.435	(13.856)
Tributos e Contribuição Social	18.952	(74.435)	20.055	(3.664)
Salários e Contribuições Sociais	51.265	(634)	1.496	(1.458)
Encargos Regulatórios	(29.655)	74.393	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(54.243)	8.553	(1.057)	(1.921)
Obrigações Pós-Emprego	(245.219)	(268.107)	(12.288)	(13.126)
Despesa Antecipada - CVA	174.416	46.360	-	-
Perdas Instrumentos Financeiros	(189.096)	30.893	-	-
Outros	135.252	22.605	84.412	4.807
	<u>(172.596)</u>	<u>(285.110)</u>	<u>98.053</u>	<u>(29.218)</u>
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	3.212.528	2.185.085	1.388.951	1.407.953
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	1.055.910	2.265.902	-	30.000
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	7.267	26.611
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(1.855.095)	(1.926.540)	(30.246)	-
Empréstimos de curto prazo	800.000	1.200.000	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(1.360.096)	(2.071.666)	(1.360.096)	(2.071.666)
	<u>(1.359.281)</u>	<u>(532.304)</u>	<u>(1.383.075)</u>	<u>(1.115.055)</u>
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	1.853.247	1.652.781	5.876	292.898
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(108.933)	(552.681)	(7.055)	(569.574)
No Imobilizado	(1.392.868)	(1.469.762)	(702)	-
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	267.897	304.642	-	-
Alienação de Participação Societária	49.234	-	-	-
No Diferido	(4.405)	(1.998)	-	-
	<u>(1.189.075)</u>	<u>(1.719.799)</u>	<u>(7.757)</u>	<u>(569.574)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	664.172	(67.018)	(1.881)	(276.676)

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.402.047	1.344.135	23.834	300.510
Saldo Inicial – Aquisição de Controladas	-	124.930	-	-
No fim do Período	<u>2.066.219</u>	<u>1.402.047</u>	<u>21.953</u>	<u>23.834</u>
	664.172	(67.018)	(1.881)	(276.676)
PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	814.184	781.052	11.243	14.585
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.091.271	696.224	50.126	8.917
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	8.822	24.750	-	-
Dividendos compensados com os créditos da CRC	122.007	78.760	-	-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora					
	2007	2006	2007	2006				
RECEITAS								
Receita Operacional	15.789.531	13.431.731	40.738	1.457				
Provisão sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(143.190)	(128.618)	6.994	12.233				
Resultado Não Operacional	(10.356)	(36.795)	(11.043)	(10.223)				
	<u>15.635.985</u>	<u>13.266.318</u>	<u>36.689</u>	<u>3.467</u>				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.793.722)	(2.112.673)	-	-				
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(649.737)	(663.851)	-	-				
Serviços de Terceiros	(619.665)	(503.993)	(10.730)	(18.032)				
Gás Comprado para Revenda	(154.241)	(157.732)	-	-				
Materiais	(93.596)	(81.972)	(421)	(474)				
Matéria Prima	(58.908)	(36.812)	-	-				
Outros Custos Operacionais	(368.664)	(99.553)	(40.448)	98.204				
	<u>(4.738.533)</u>	<u>(3.656.586)</u>	<u>(51.599)</u>	<u>79.698</u>				
VALOR ADICIONADO BRUTO	10.897.452	9.609.732	(14.910)	83.165				
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(778.144)	(672.257)	(701)	(694)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>10.119.308</u>	<u>8.937.475</u>	<u>(15.611)</u>	<u>82.471</u>				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial			1.911.530	1.594.595				
Receitas Financeiras	1.350.891	1.464.002	114.080	223.352				
	<u>1.350.891</u>	<u>1.464.002</u>	<u>2.025.610</u>	<u>1.817.947</u>				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>11.470.199</u>	<u>10.401.477</u>	<u>2.009.999</u>	<u>1.900.418</u>				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%	%	%		%		
Pessoal e Encargos	1.754.910	15	1.625.353	16	49.375	2	77.839	4
Impostos, Taxas e Contribuições	6.254.922	54	5.658.967	54	154.315	8	26.678	1
Despesas Financeiras e Aluguéis	1.609.438	14	1.391.526	14	70.860	4	77.060	4
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	867.725	8	1.381.781	13	867.725	43	1.381.781	73
Participação de Minoritários	115.480	1	6.790	-	-	-	-	-
Lucros Retidos	867.724	8	337.060	3	867.724	43	337.060	18
	<u>11.470.199</u>	<u>100</u>	<u>10.401.477</u>	<u>100</u>	<u>2.009.999</u>	<u>100</u>	<u>1.900.418</u>	<u>100</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	3.086.293	-	10.312.757	12	(113.730)	13.285.332
Receita de Uso da Rede	-	106.593	525.838	1.461.558	-	(148.059)	1.945.930
Outras Receitas Operacionais	40.738	42.864	9.789	87.721	383.910	(6.753)	558.269
Receita bruta de vendas e/ou serviços	40.738	3.235.750	535.627	11.862.036	383.922	(268.542)	15.789.531
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(4.195)	(649.391)	(126.300)	(4.685.586)	(78.145)	-	(5.543.617)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	36.543	2.586.359	409.327	7.176.450	305.777	(268.542)	10.245.914
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(102.597)	-	(2.811.398)	(38)	120.311	(2.793.722)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(265.462)	-	(532.334)	-	148.059	(649.737)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(154.241)	-	(154.241)
	-	(368.059)	-	(3.343.732)	(154.279)	268.370	(3.597.700)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(131.674)	(81.651)	(653.052)	-	-	(866.377)
Entidade de Previdência Privada	-	(14.406)	(8.070)	(87.878)	-	-	(110.354)
Materiais	-	(11.480)	(6.817)	(71.189)	(444)	-	(89.930)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(58.409)	-	-	-	-	(58.409)
Serviços de Terceiros	-	(88.025)	(26.415)	(378.064)	(8.427)	103	(500.828)
Depreciação e Amortização	-	(206.680)	(46.916)	(464.842)	(29.758)	-	(748.196)
Provisões Operacionais	-	(7.716)	277	(42.475)	-	-	(49.914)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	-	(134.102)	-	-	-	-	(134.102)
Outras	-	(41.765)	(16.366)	(97.651)	(12.572)	69	(168.285)
	-	(694.257)	(185.958)	(1.795.151)	(51.201)	172	(2.726.395)
CUSTO TOTAL	-	(1.062.316)	(185.958)	(5.138.883)	(205.480)	268.542	(6.324.095)
LUCRO BRUTO	36.543	1.524.043	223.369	2.037.567	100.297	-	3.921.819
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(8.017)	-	(227.148)	(672)	-	(235.837)
Despesas gerais e Administrativas	(74.071)	(41.199)	(16.615)	(186.132)	(1.869)	-	(319.886)
Outras Despesas Operacionais	-	(10.219)	(4.254)	(24.552)	(32.491)	-	(71.516)
	(74.071)	(59.436)	(20.869)	(437.831)	(35.032)	-	(627.239)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	(37.528)	1.464.607	202.500	1.599.736	65.265	-	3.294.580
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	1.343	(341.303)	(14.416)	(18.724)	16.995	-	(356.105)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(36.185)	1.123.304	188.084	1.581.012	82.260	-	2.938.475
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(11.043)	676	(3.617)	(50.523)	54.151	-	(10.356)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	(47.228)	1.123.980	184.467	1.530.489	136.411	-	2.928.119
Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.565)	(267.723)	(45.274)	(160.498)	(32.245)	-	(622.305)
Participações dos Empregados	(12.288)	(72.586)	(37.390)	(332.201)	(420)	-	(454.885)
Participações Minoritárias	-	-	-	(115.480)	-	-	(115.480)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(176.081)	783.671	101.803	922.310	103.746	-	1.735.449

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Holding	Geração	Transmissão	Distribuição e Comercialização	Outras	Eliminações	Total
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	-	2.526.855	-	8.712.116	-	(103.971)	11.135.000
Receita de Uso da Rede	-	56.195	611.056	1.260.721	-	(138.501)	1.789.471
Outras Receitas Operacionais	1.457	8.869	5.253	63.515	427.806	-	506.900
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.457	2.591.919	616.309	10.036.352	427.806	(242.472)	13.431.371
DEDUÇÃO À RECEITA OPERACIONAL	(81)	(551.614)	(156.953)	(4.169.167)	(86.914)	-	(4.964.729)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.376	2.040.304	459.356	5.867.186	340.892	(242.472)	8.466.642
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA							
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(10.546)	-	(2.206.098)	-	103.971	(2.112.673)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	-	(240.401)	-	(561.951)	-	138.501	(663.851)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(157.732)	-	(157.732)
	-	(250.947)	-	(2.768.049)	(157.732)	242.472	(2.934.256)
CUSTO DE OPERAÇÃO							
Pessoal e Administradores	-	(147.018)	(87.585)	(758.162)	-	-	(992.765)
Entidade de Previdência Privada	-	(24.746)	(12.882)	(122.019)	-	-	(159.647)
Materiais	-	(12.090)	(6.461)	(59.968)	-	-	(78.519)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	(36.812)	-	-	-	-	(36.812)
Serviços de Terceiros	-	(73.854)	(20.877)	(316.584)	(3)	-	(411.318)
Depreciação e Amortização	-	(190.033)	(40.573)	(396.319)	(1)	-	(626.926)
Provisões Operacionais	-	(185)	(16)	(23.775)	-	-	(23.976)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	-	(127.374)	-	(11.581)	-	-	(138.955)
Outras	-	(37.572)	(10.487)	(95.057)	(1)	15.214	(127.903)
	-	(649.685)	(178.881)	(1.783.464)	(5)	15.214	(2.596.821)
CUSTO TOTAL	-	(900.632)	(178.881)	(4.551.513)	(157.737)	257.686	(5.531.077)
LUCRO BRUTO	1.376	1.139.672	280.475	1.315.673	183.155	15.214	2.935.565
DESPESA OPERACIONAL							
Despesas com Vendas	-	(22.290)	-	(130.429)	-	-	(152.719)
Despesas gerais e Administrativas	17.472	(31.722)	(14.949)	(46.199)	(2.741)	-	(78.139)
Outras Despesas Operacionais	-	(9.195)	(2.204)	(22.759)	(120.862)	-	(155.020)
	17.472	(63.207)	(17.153)	(199.387)	(123.603)	-	(385.878)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas) Financeiras	18.848	1.076.465	263.322	1.116.286	59.552	15.214	2.549.687
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	108.659	(317.597)	1.803	168.345	4.330	(15.214)	(49.674)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	127.507	758.869	265.125	1.284.630	63.882	-	2.500.013
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(10.223)	(769)	(1.502)	(24.715)	414	-	(36.795)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, contribuição social e participação dos empregados	117.284	758.100	263.623	1.259.915	64.296	-	2.463.218
Imposto de Renda e Contribuição Social	16.283	(188.428)	(25.325)	(334.330)	4.204	-	(527.596)
Participações dos Empregados	(9.321)	(30.984)	(18.880)	(150.432)	(374)	-	(209.991)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	(6.520)	-	-	(270)	-	(6.790)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	124.246	532.168	219.419	775.153	67.856	-	1.718.841

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. O exame das demonstrações financeiras da controlada em conjunto e da controlada indireta em conjunto, Rio Minas Energia Participações S.A. e Light S.A., respectivamente, em 31 de dezembro de 2007 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG a participação nestas empresas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R\$ 265,5 milhões, e a participação desse investimento no resultado no exercício totalizou R\$ 147,7 milhões de lucro. As demonstrações financeiras dessas investidas, com ativos totais proporcionais de R\$ 2.236,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essas investidas no referido exercício, está fundamentado exclusivamente nos exames efetuados pelos auditores independentes da Rio Minas Energia Participações S.A. e da Light S.A.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseado em nossos exames e nos pareceres de auditoria de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi efetuado com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, do valor adicionado, e do resultado segregado por atividade, apresentadas nos Anexos I, II e III, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs. 7, 8, 9 e 18, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de dezembro de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
6. As demonstrações financeiras da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e as demonstrações complementares dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do resultado segregado por atividade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2007, contendo parágrafos de ênfases quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima, quanto à mudança no percentual de reposicionamento tarifário em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo da Cemig Distribuição S.A. e quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o primeiro semestre de 2008.

6 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9-S-MG